

**Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Ciências Administrativas
Programa de Pós-Graduação em Administração - PROPAD**

Anderson Diego Farias da Silva

**O Processo Regulador na [Re]conversão de um Arranjo
Produtivo Local: O caso do Portomídia – Centro de
Empreendedorismo e Tecnologia da Economia Criativa**

Recife, 2014

CLASSIFICAÇÃO DE ACESSO A TESES E DISSERTAÇÕES

Considerando a natureza das informações e compromissos assumidos com suas fontes, o acesso a monografias do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco é definido em três graus:

- "Grau 1": livre (sem prejuízo das referências ordinárias em citações diretas e indiretas);
- "Grau 2": com vedação a cópias, no todo ou em parte, sendo, em consequência, restrita a consulta em ambientes de biblioteca com saída controlada;
- "Grau 3": apenas com autorização expressa do autor, por escrito, devendo, por isso, o texto, se confiado a bibliotecas que assegurem a restrição, ser mantido em local sob chave ou custódia.

A classificação desta dissertação se encontra, abaixo, definida por seu autor.

Solicita-se aos depositários e usuários sua fiel observância, a fim de que se preservem as condições éticas e operacionais da pesquisa científica na área da administração.

Título da Dissertação: O Processo Regulador na [Re]conversão de um Arranjo Produtivo Local: O caso do Portomídia – Centro de Empreendedorismo e Tecnologia da Economia Criativa

Nome do Autor: Anderson Diego Farias da Silva

Data da aprovação: 30/09/2014

Classificação, conforme especificação acima:

Grau 1	☒
Grau 2	☐
Grau 3	☐

Recife, 30 de setembro de 2014,

Assinatura do autor

Anderson Diego Farias da Silva

**O Processo Regulador na [Re]conversão de um Arranjo Produtivo
Local: O caso do Portomídia – Centro de Empreendedorismo e
Tecnologia da Economia Criativa**

Orientador: Prof. Dr. Fernando Gomes de Paiva Junior

Dissertação de mestrado apresentada
como requisito complementar para
obtenção do grau de Mestre em
Administração, área de concentração em
Gestão Organizacional, do Programa de
Pós-Graduação em Administração da
Universidade Federal de Pernambuco.

Recife, 2014

Catálogo na Fonte
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

S586p	Silva, Anderson Diego Farias da O processo regulador na [Re] conversão de um Arranjo Produtivo Local: o caso do Portomídia – Centro de Empreendedorismo e Tecnologia da Economia Criativa / Anderson Diego Farias da Silva. – Recife: O Autor, 2014. 113 folhas: il. 30 cm. Orientador: Prof. Dr. Fernando Gomes Paiva Júnior. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, 2014. Inclui referências, apêndices e anexos. 1. Pequenas e médias empresas – Inovações tecnológicas. 2. Redes digitais de serviços integrados. 3. Instituições e sociedades culturais. 4. Projeto lógico digital. 5. Mídia digital. I. Paiva Júnior, Fernando Gomes (Orientador). II. Título. 658 CDD (22.ed.) UFPE (CSA 2014 –147)
-------	---

Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Ciências Administrativas
Programa de Pós-Graduação em Administração - PROPAD

O Processo Regulador na [Re]conversão de um Arranjo Produtivo Local: O caso do Portomídia – Centro de Empreendedorismo e Tecnologia da Economia Criativa

Anderson Diego Farias da Silva

**Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em
Administração da Universidade Federal de Pernambuco.**

Banca Examinadora:

Dr. Fernando Gomes de Paiva Jr., UFPE (Orientador)

Dr. Henrique César Muzzio de Paiva Barroso, UFPE (Examinador Interno)

Dr. Geber Lisboa Ramalho, UFPE/Cin (Examinador Externo)

Agradecimentos

Escrever uma Dissertação de Mestrado é um desafio enriquecedor e de grande superação. Amadurecemos a cada nova experiência na busca por respostas para as nossas inquietações enquanto “pesquisadores”. Para os que partilham conosco desse período, parecem-nos uma empreitada interminável e, diria, quase que enigmática que só se viabiliza graças a muita gente que participa e apoia, direta ou indiretamente, na construção da pesquisa. E a essas pessoas dedico o meu muito obrigado.

Preliminarmente, agradeço a Deus pela dádiva da vida.

Aos meus pais Maricleide Farias e Aridelson Ozório, aos meus irmãos TÁCILA FARIAS, Thaíssa Farias e Wallace, ao meu tio Manuel Arcanjo e a minha linda sobrinha Bianca pelo apoio familiar e incentivo de sempre.

À Alinny Alves, pela paciência e por todo amor dado.

Aos meus amigos pelo apoio verdadeiro e aos colegas de trabalho que tiveram paciência em me ouvir.

A Marcelo Pessoa, Nelson Fernandes, Osíris Fernandes e Thiago Custódio, pela amizade, grandes contribuições e *insights* fornecidos ao longo do estudo.

À Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (Facepe), que sem dúvida contribuiu para a realização deste sonho.

Aos membros e ex-membros do *Lócus* de Investigação em Economia Criativa da UFPE, pelos momentos de descontração, contribuição e aprendizado.

Aos professores Dr. Henrique Muzzio, Dr. Geber Ramalho e Dra. Cláudia Leitão, que gentilmente compuseram a minha banca e possibilitaram ricas contribuições para a construção desta dissertação.

Ao meu orientador prof. Dr. Fernando Paiva, que me possibilitou um crescimento profissional e pessoal.

Ao Porto Digital que gentilmente nos recebeu e a todos os entrevistados que se colocaram sempre a disposição em nos ajudar.

A todos, meu muito obrigado!

“Feliz aquele que transfere o que sabe
e aprende o que ensina”
(Cora Coralina)

Resumo

Este estudo teve por objetivo desvelar como ocorreu o processo de regulação cultural em meio à [re]conversão do Arranjo Produtivo Local (APL) monotemático de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), denominado Porto Digital, em um polo de Economia Criativa. Criado em 2001, o Porto Digital é um Arranjo Institucional constituído por uma hélice tríplice, compreendida pela atuação do poder público e privado por meio de uma Organização Social (OS), que busca promover uma rede colaborativa de produção científica e tecnológica extremamente complexa, na Cidade do Recife. Em 2011, o Porto Digital, por meio da lei municipal nº 17.762, expandiu o seu território de atuação e incorporou setores da economia criativa, consolidados por meio da criação do Portomídia - Centro de Empreendedorismo e Tecnologia da Economia Criativa. Para tanto, esta pesquisa qualitativa buscou compreender, mediante realização de um estudo de caso, como ocorreu o processo de expansão do escopo de atuação do Porto Digital, sob o prisma dos Estudos Culturais (EC), especificamente no que tange a teoria da Regulação Cultural. Baseado nas mudanças que ocorrem nas relações tempo e espaço no mundo contemporâneo, e que sugerem a urgência em se revisar e descortinar outras formas de se compreender, decodificar e analisar o ambiente simbólico das organizações, onde certas perspectivas epistemometodológicas vigentes reduzem o papel da cultura a uma espécie de construto manipulável acrescentado ao desempenho empresarial, que a escolha pela abordagem dos EC se materializou, por possibilitar uma versatilidade teórica e o despertar crítico e reflexivo mais profundo, considerando as relações de poder e a força política do indivíduo. Dessa forma, buscou-se averiguar como a compreensão de cultura nos EC poderá contribuir para o entendimento da dimensão cultural e o avanço das pesquisas apresentadas pela literatura dos estudos organizacionais sobre os APL brasileiros. Os resultados revelam que outros aspectos estão associados à regulação das aglomerações produtivas, não compreendidos pelas teorias vigentes nos estudos organizacionais e que estão estabelecidos por meio do poder institucional (regras e regulação), do poder econômico (relações de poder) e do poder subjetivo (o ato empreendedor, a força política do indivíduo).

Palavras-chave: Regulação Cultural. Arranjo Produtivo Local (APL). Porto Digital. Portomídia. Economia Criativa.

Abstract

This study aimed to reveal how was the process of cultural adjustment through the [re] conversion of Local Productive Arrangement (APL) monothematic of Information Technology and Communication (ICT), called Porto Digital, on a polo Creative Economy. Created in 2001, the Porto Digital is an Institutional Arrangement consists of a triple helix, understood the role of public and private power through a Social Organization (OS), which seeks to promote a collaborative network of scientific and technological production extremely complex in Recife. In 2011, Porto Digital, through Municipal Law No. 17,762, has expanded its service territory and incorporated sectors of the creative economy, through the creation of consolidated Portomídia - Center for Entrepreneurship and the Creative Economy Technology. To this end, this qualitative study sought to understand, by conducting a case study, how the process of expanding the scope of action of Porto Digital, from the perspective of Cultural Studies (EC) occurred specifically in regard to theory Cultural adjustment. Based on the changes that occur in time and space relations in the contemporary world, and to suggest the urgency to review and uncover other ways to understand, decode and analyze the symbolic environment of organizations, where certain epistemic-methodological perspectives in effect reduce the role culture to a kind of manipulable construct added to business performance, the choice of approach by EC materialized by allowing a theoretical critical and reflective deeper versatility and awakening, considering the power relations and the political strength of the individual. Thus, we sought to demonstrate how the understanding of culture in the EC may contribute to the understanding of the cultural dimension and the advance of research presented in the literature organizational studies on Brazilian APL. The results demonstrate that other aspects are associated with the regulation of productive agglomerations, not understood by the prevailing theories in organizational studies and they are established via the institutional power (rules and regulation), economic power (power relations) and power subjective (the entrepreneurial act, the political strength of the individual).

Keywords: Cultural Regulation. Local Productive Arrangement (APL). Porto Digital. Portomídia. Creative Economy.

Lista de Figuras

Figura 1 (2) - Circuito da Cultura de Du Gay	25
Figura 2 (2) - Abordagens da Regulação por Tipos de Poder	38
Figura 3 (2) - Os Arranjos Produtivos Locais no Brasil	40
Figura 4 (2) - Hélice Tríplice	41
Figura 5 (2) - Parque Tecnológico de Itaipu (PTI)	42
Figura 6 (2) - Lista dos APLs selecionados para elaboração dos Planos de Desenvolvimento	45
Figura 7 (3) - Estrutura de Governança do Porto Digital	46
Figura 8 (3) - Área de Abrangência e governança do Porto Digital	47
Figura 9 (3) - O Portomídia	50
Figura 10 (3) - Projetos aprovados para incubação no Portomídia	51
Figura 11 (3) - Representação Gráfica do Processo de Incubação e Apoio a Startups	52
Figura 12 (3) - Projetos aprovados para incubação no Portomídia na CP 01/2014	53
Figura 13 (5) - Economia Criativa	62
Figura 14 (5) - Expansão de atividades do Porto Digital para o Quadrilátero de Santo Amaro	73

Lista de Quadros

Quadro 1 (2) - Pontos de análise das relações de poder em Foucault	36
Quadro 2 (4) - Instituições e empresas a serem pesquisadas no estudo	57
Quadro 3 (5) - Aspectos comuns nas abordagens de aglomerados locais	82

Lista de Siglas

Anprotec - Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores

Assespro – Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação

APL – Arranjo Produtivo Local

Bndes – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Brics – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

C.E.S.A.R. – Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife

EC – Estudos Culturais

EC – Economia Criativa

IASP – International Association of Science Parks and Areas of Innovation

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano

ISS – Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza

MinC – Ministério da Cultura

NGPD – Núcleo de Gestão do Porto Digital

NTIC – Novas Tecnologias da Informação e Comunicação

OS – Organização Social

Portomídia – Centro de Empreendedorismo e Tecnologia da Economia Criativa

PI – Propriedade Intelectual

Softex – Centro de Excelência de Tecnologia de Software do Recife

TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação

TI – Tecnologia da Informação

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

Unctad – United Nation Conference on Trade and Development

Unesco – United Nations Educational, Scientific and Cultural

Sumário

1	Créditos de Abertura	13
1.1	Objetivo Central	17
1.1.1.	Objetivos Específicos	17
1.2	Justificativa	17
2	A Regulação Cultural no âmbito do Circuito da Cultura sob a égide dos Estudos Culturais	20
2.1	Os Estudos Culturais	21
2.1.1	Uma Narrativa acerca de sua formação	21
2.1.2	Inspiração Teórica: O Circuito da Cultura	24
2.1.2.1	Produção	26
2.1.2.2	Consumo	28
2.1.2.3	Identidade	29
2.1.2.4	Representação	31
2.1.2.5	Regulação	33
2.2	Arranjos Produtivos Locais	40
3	Contextualizando o Caso: O Portomídia	46
4	Trilha de Investigação	54
4.1	Tipo e Natureza da Pesquisa	54
4.2	Estratégia de Investigação	55
4.3	Método de Pesquisa	56
4.3.1	Plano de Coleta de Dados e Construção do <i>Corpus</i>	57
4.3.1.1	Análise e Interpretação dos Dados	58
4.3.2	Critérios e Formas de Validação	59
5	Apresentação e Discussão dos Resultados	60
5.1	Economia Criativa: Um conceito em evolução	60
5.2	Significados Culturais no processo de Regulação na [re]conversão de um APL	65
5.2.1	Poder Institucional	66
5.2.2	Poder Econômico	74
5.2.3	Poder Subjetivo	81
6	Considerações Finais	91
	Referências	96
	APÊNDICE	108
	ANEXOS	109

1 Créditos de Abertura

Estamos diante de uma economia global tomada por um processo de reestruturação produtiva, em que experimentamos os impactos da globalização dos mercados, a intensificação das redes, os fechamentos de parcerias, a intensificação das exigências dos clientes conectados, a diferenciação ampliada dos produtos, as profundas transformações tecnológicas e o acirramento da concorrência num âmbito global (HARVEY, 2012; CASTELLS, 2010; JULIEN, 2010).

Na estrutura da economia, existem reflexos da pós-modernidade¹, ocasionando mudanças estruturais nos modos de consumo, a considerar que é possível destacar-se a concepção da “Sociedade do Conhecimento” no domínio da transposição de valores materialistas para pressupostos pós-materialistas (SAKAIYA, 1991). Logo, passam a existir na esfera cultural, as comunidades de afinidades - ambientes onde as necessidades individuais emergem e são encontrados desprendimentos de indivíduos que interagem numa dimensão coletiva (JOHANNESSEN; OLSEN, 2010; RAVASI; RINDOVA, 2008; YÚDICE, 2006).

O esforço para se compreender essa nova ordem mundial na qual nos deparamos, se fundamenta na análise das alterações sistêmicas que, ao longo de grande parte do século XX, ocorreram e viabilizaram esse novo cenário, pois o modo de produção que fundamentalmente constituía a racionalização capitalista naquela época era a fusão do taylorismo e do fordismo, definidos como a produção eficiente de algo com utilização de mão de obra especializada².

Em diversos aspectos, as inovações organizacionais e tecnológicas fordistas significavam mera extensão de tendências consolidadas. A forma corporativa de organização de negócios, por exemplo, tinha sido aperfeiçoada pelas estradas de ferro ao longo do século XIX e no período em que os *Princípios da Administração Científica*, de F. W. Taylor³ (1995) haviam sido publicados. Como tal, o fordismo veio a formar a base de um longo período de expansão pós-guerra que se manteve mais ou menos intacto até 1973.

¹ O termo é adequado para as transformações culturais a que ora assistimos. Reflexos da nova condição sociocultural e estética prevalecente no capitalismo contemporâneo (HARVEY, 2012).

² Conforme assinala o estudo de Fernandes (2009).

³ A obra de Taylor (1995) consolidou-se como um tratado que descrevia como a produtividade do trabalho podia ser radicalmente aumentada através da decomposição de cada processo de trabalho em movimentos componentes e da organização de tarefas de trabalho fragmentadas segundo padrões rigorosos de tempo e estudo do movimento.

Só quando a aguda recessão de 1973⁴ abalou esse quadro, um processo de transição rápido, mas que, segundo Harvey (2012), ainda não bem entendido, do regime de acumulação teve início.

Hoje, entretanto, do sistema de produção industrial, testemunha-se o surgimento do sistema de produção informacionalizado⁵, caracterizado pela produção de informação, imagens e serviços. A transformação tecnológica e administrativa do trabalho e das relações produtivas dentro e em torno da empresa emergente em rede é o principal instrumento por meio do qual o paradigma informacional e o processo de globalização afetam a sociedade em geral. A produtividade e a competitividade dos agentes nessa economia dependem de sua capacidade para gerar, processar e aplicar, de forma eficiente, informação baseada em conhecimentos (CASTELLS, 2010, p.119). E para consolidar esse cenário, Kumar (2007) diz que o trabalho e o capital, na condição de “variáveis” básicas da sociedade industrial, têm sido substituídos por informação e conhecimento.

Diante do surgimento dessas condições, muitas das organizações tradicionais estão sendo [re]convertidas, ou seja, muitas empresas se integram e se descaracterizam, passando a formar redes, cadeias, arranjos, conglomerados e alianças estratégicas, concebidas, contemporaneamente, como as denominadas organizações pós-fordistas (CLEGG; HARDY, 1999).

No mundo organizacional, essas mudanças estruturais têm se intensificado, com o aumento das redes e parcerias entre os negócios, aliadas ao capital cognitivo que cada vez mais vem sendo cultivado nas empresas, como opção estratégica (JULIEN, 2010; CASTELLS, 2010). Portanto, vem ocorrendo um estreitamento de relações entre as organizações e os atores envolvidos na construção dos artefatos culturais (BERBEL, 2008).

Podemos destacar como exemplo o caso Pernambucano do Arranjo Produtivo Local (APL) de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), denominado Porto Digital, criado em 2001 e que, recentemente, a partir de uma convergência de interesses gerou um processo regulatório, ampliando o seu escopo de atuação e o seu território de abrangência, por meio da Lei municipal do Recife nº 17.762/2011 (Anexo A), passando a incorporar setores da Economia Criativa que atuarão no novo equipamento cultural criado para embarcar as empresas de economia criativa do arranjo, denominado de Portomídia - Centro de

4 Tal acontecimento está associado à decisão da OPEP de aumentar os preços do petróleo e a decisão árabe de embargar as exportações de petróleo para o ocidente durante a guerra árabe-israelense de 1973 aliadas a produtividade decrescente por causa do aumento da alienação, falência do Estado de Bem-Estar Social e resistência do trabalhador (KUMAR, 1997, p.68).

5 Global e em rede, acrescentaria Castells (2010, p.119).

Empreendedorismo e Tecnologia da Economia Criativa, buscando aliar conhecimento, experiência, compartilhamento de informações, ideias e recursos, para a criação de seus respectivos artefatos.

Os pilares desse novo *cluster* constituído pelo Porto Digital, o Portomídiaⁱ, estão pautados em temáticas que visam o desenvolvimento regional, quais sejam: a educação (por meio da capacitação e da qualificação prática); a experimentação (tecnologia de ponta para o suporte a criação por meio dos estúdios e laboratórios); o empreendedorismo (incubação, formação empreendedora e o *funding*); e, por fim, a exibição (galeria de artes digitais, com foco permanente na produção local) (CICTEC, 2013; PORTO DIGITAL, 2013).

O APL é constituído por atores, estabelecidos, em geral, por uma Hélice Trípliceⁱⁱ [*triple hélix*] compreendidas pelas esferas públicas, privadas e pelas universidades (LUENGO; OBESO, 2013; ETZKOWITZ, 2008). “A formação dessas novas instituições pretende criar um sistema de inovação sustentável e durável na era da economia do conhecimento” (PEREIRA et al., 2013, p. 4).

Portanto, os estímulos às aglomerações produtivas aliadas à criação de espaços locais de aprendizagem estimulam o desenvolvimento de especializações produtivas localizadas, que auxiliam na sustentação do desenvolvimento diante desse novo “paradigma da economia ancorada no conhecimento” (CUNHA; NEVES, 2008, p. 98). Por isso, o desenvolvimento local por meio do intercâmbio entre as esferas públicas, privada e as universidades, a hélice tríplice, tem se constituído como um caminho alternativo para o desenvolvimento de novas tecnológicas e inovação.

Os últimos anos têm configurado um ambiente propício para o desenvolvimento de políticas governamentais que buscam incentivar o estabelecimento de APL, visando organizar empreendimentos de um mesmo ramo para fortalecê-los, possibilitando a sua chance de sobreviver e prosperar (CASSIOLATO; LASTRES, 2005). Observamos alguns modelos exitosos de aglomerações produtivas que se utilizam destes conceitos, a exemplo do APL de louças de mesa de Campo Largo, no Estado do Paraná, que emprega cerca de 4.000 pessoas e é responsável por 90% da produção nacional (CUNHA; NEVES, 2008) e do Parque Tecnológico de Itaipu (PTI), que possui uma área de 50 mil m², e envolve cerca de 2 mil pessoas em suas atividades de pesquisas científicas e tecnológicas (PEREIRA et al., 2013).

Apesar das diversas pesquisas apresentadas pela literatura organizacional acerca dos arranjos produtivos no Brasil, elas não conseguem dar conta do horizonte simbólico das organizações, influenciadas por essa complexa e interdependente dinâmica entre focos dispersos de produção, circulação e consumo que experienciamos na globalização e que

alteram a relação espaço e tempo no mundo contemporâneo (CORRÊA, 2007; THOMPSON, 1997).

Diante desse novo contexto, certas abordagens vigentes nos estudos organizacionais insistem em “lidar com a cultura como um constructo manipulável para incrementar o desempenho empresarial, desconsiderando as relações de poder e invisibilizando a força política do indivíduo” (ALMEIDA et al., 2009, p.1). Por isso, se faz cada vez mais necessário se adotar abordagens epistemometodológicas flexíveis e abertas, que possuam maior afinidade com a complexidade da cultura na contemporaneidade.

Assim, este estudo busca descrever como o entendimento de cultura presente nos Estudos Culturais (EC) pode corroborar para a compreensão da dimensão cultural na literatura organizacional, especificamente na formulação de pesquisas que se debrucem por compreender como se constituem, sob o ponto de vista da regulação cultural, os Arranjos Produtivos Locais (APL), inclusive os arranjos institucionais ligados aos setores criativos, como o Porto Digital.

A regulação cultural está inserida nas discussões que permeiam a constituição dos estudos culturais, especialmente, no que tange a teoria do Circuito da Cultura⁶ (JOHNSON, 2006; THOMPSON, 1997). “O argumento geral é que a regulamentação cultural é, em certa medida, uma resposta a mudanças econômicas e outras mudanças estruturais, mas não é simplesmente um reflexo linear ou direto dessas mudanças⁷” e desafios presentes no contexto globalizado que experienciamos (THOMPSON, 1997, p.13). Ou seja, a ideia de articular os conceitos que permeiam a construção dos Estudos Culturais para a elaboração teórico-empírica do presente estudo justifica-se pela sua abertura e versatilidade teórica, além da sua capacidade reflexiva e crítica (JOHNSON, 2006).

Considerando a problemática exposta, o interesse para a elaboração do presente estudo surgiu em compreender **como atuam as possíveis tensões desenvolvidas no processo de regulação cultural em meio à [re]conversão de um Arranjo Produtivo Local (APL), nesse caso, compreender como ocorreu o processo regulatório de expansão do escopo de atuação do Porto Digital, que culminou na criação de um novo *cluster*, denominado Portomídia**. Para tanto, serão discutidos o marco regulatório de expansão do Porto Digital e de criação do arranjo institucional, denominado de Portomídia.

⁶ O modelo teórico do Circuito da Cultura proposto por Du Gay et al. (1997^a), compreende que a construção do significado de um determinado artefato se constrói e se modifica por meio de cada interação cultural ocorrida, compreendida pela circularidade de valores simbólicos articulados por meio de cinco processos culturais: representação, identidade, produção, consumo e a regulação.

⁷ Traduzido do texto “*Media and Cultural Regulation*” (THOMPSON, 1997, p.13).

1.1 Objetivo central

Este estudo tem por objetivo central desvelar como ocorreu o processo de regulação cultural em meio à [re]conversão de um Arranjo Produtivo Local de TIC em um polo de Economia Criativa.

1.1.1 Objetivos específicos

Foram traçados os seguintes objetivos específicos para este estudo:

- a) compreender como foi estabelecido o processo institucional de regulação cultural na estratégia de expansão do Porto Digital;
- b) avaliar como são constituídas as relações de poder na dimensão econômica no Porto Digital no que concerne ao Portomídia; e,
- c) averiguar quais as práticas discursivas na esfera subjetiva emergentes na regulação cultural do Porto Digital na composição do Portomídia.

1.2 Justificativa

Diante das mudanças no tempo e espaço, provocadas, sobretudo, pela globalização dos mercados e as intensas transformações tecnológicas, além das mudanças no modo de consumo e das estruturas organizacionais, proporcionadas pelo surgimento de novos modelos de negócios, torna-se um fator importante para se descortinar novas abordagens que amplifiquem a compreensão de tais fenômenos.

Este estudo busca contribuir para a elevação das pesquisas acerca das aglomerações produtivas no Brasil, especificamente aos APL ligados aos setores criativos e inovadores. A literatura acerca dos Arranjos Produtivos Locais (APL), termo brasileiro criado para incentivar o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para as aglomerações produtivas, ainda é pouco refletida na academia, especialmente no que diz respeito ao papel da cultura no processo de regulamentação dessas aglomerações.

Os primeiros estudos sobre aglomerações produtivas surgiram em 1920⁸, com a obra clássica *Principles of Economics*, publicada pelo economista Alfred Marshall (2006). As

⁸ Obra original de 1920.

reflexões iniciais de Marshall se pautaram pela possibilidade de se obter ganhos coletivos por meio de atividades territorialmente concentradas – as aglomerações produtivas. Marshall despertou discussões acerca da importância das atividades geograficamente concentradas para o desenvolvimento econômico e social, a geração de emprego e a obtenção de vantagens competitivas para esses territórios (NETO; PAULILLO, 2012).

A partir do estudo produzido por Marshall (2006), as aglomerações produtivas passaram a ser objeto de pesquisas realizadas por diversos autores e em diferentes contextos, inclusive, com pressupostos epistemológicos distintos (NETO; PAULILLO, 2012), pelos quais as definições referentes às aglomerações produtivas são tão dispersas e confusas. Lastres e Cassiolato (2005) apontam alguns dos termos que são empregados acerca das pesquisas sobre aglomerações produtivas, tais como: *clusters*, polos, parques tecnológicos e científicos, *milieu* inovador, redes de empresas e distritos industriais.

A partir de 2004, uma comissão interministerial criada pelo Governo Brasileiro decidiu por adotar o termo APL, a fim de institucionalizar a criação de políticas públicas voltadas para essas aglomerações produtivas que se somaram à própria evolução desses arranjos (NORONHA; TURCHI, 2005). Dessa forma, não é mais possível qualificar tais conglomerados de acordo com a concepção de Marshall (2006), uma vez que, no cenário atual, a governança passa a ter importância determinante para o sucesso de um APL.

Portanto, “se há algo novo na localidade que produz, ela brota de uma forma específica de governança, podendo envolver mais ou menos tecnologia, mais ou menos política pública e, certamente, uma nova organização” (NETO; PAULILLO, 2012, p. 1133). O processo regulatório, portanto, emerge do êxito de um APL que está diretamente relacionado a seus atores, suas redes e suas relações de poder.

As publicações acadêmicas pouco têm discutido acerca do novo contexto no qual estão inseridas as aglomerações produtivas do país, especialmente o modo como vem ocorrendo o processo de regulamentação desses arranjos, considerando aspectos relacionados ao marco regulatório, às relações de poder e à força política dos indivíduos que o compõem.

O banco de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), por exemplo, espaço que acumula pesquisas defendidas a partir de 1987, nos 128 estudos encontrados nos registros da pesquisa sobre “Arranjos Produtivos Locais” nenhum deles discorre a respeito do “processo regulador de um Arranjo Produtivo Local”. Mesmo alterando-se o termo de pesquisa por “regulamentação de Arranjos Produtivos Locais”, apenas 4 deles registram conteúdos relacionados ao tema (CAPES, 2014).

O presente estudo possui certa relevância acadêmica diante da necessidade em se desenvolver pesquisas que ofereçam, sob o prisma dos Estudos Culturais, compreensão do modo como é estabelecido o processo de regulação de um Arranjo Produtivo Local, especialmente, os arranjos institucionais atrelados aos setores criativos brasileiros. Paralelamente, o estudo apresenta resultados empíricos acerca dos formatos constitutivos do processo de regulação em meio à expansão de escopo de atuação do Arranjo Produtivo Local pernambucano de Tecnologia da Informação e Comunicação, denominado Porto Digital, e que recentemente passou a incorporar setores vinculados à economia criativa ao seu *lócus* de atuação⁹.

A pesquisa corrobora, portanto, para o acúmulo de conhecimentos acerca dos conceitos que permeiam a economia criativa e o processo de regulação dos parques tecnológicos atrelados aos setores criativos no Brasil. Com base nos conceitos que permeiam os Estudos Culturais, especificamente aqueles relacionados ao Circuito da Cultural proposto por Du Gay et al. (1997^a), que tratam da interação cultural ocorrida na atribuição e modificação de significados referentes a determinado artefato, compreendidos por meio do intercâmbio ocorrido entre cinco processos culturais, a saber: produção, consumo, identidade, representação e regulação¹⁰, é que se constituiu a fundamentação teórica do presente estudo, buscando-se, assim, desvelar como ocorre o processo regulador na [re]conversão de um Arranjo Produtivo Local, nesse caso, como ocorreu o processo de expansão do escopo de atuação do Porto Digital, que culminou na criação do novo *cluster* - o Portomídia, voltado para as empresas de economia criativa.

Um breve histórico da construção do Porto Digital foi elaborado, juntamente com a contextualização da sua estratégia de expansão, que culminou na criação do Portomídia – Centro de Empreendedorismo e Tecnologia da Economia Criativa.

A construção da fundamentação teórica e a contextualização do *case* corroboraram para a escolha do método mais cabível para a realização da pesquisa empírica. Foram entrevistadas e consultadas as lideranças e personalidades representativas presentes em todo processo de governança do Porto Digital: empresas, governo e universidade, buscando compreender possíveis nuances envolvidas na formatação do arranjo.

⁹ Conforme as leis municipais nº 17.244/2006 e 17.762/2011 da Cidade do Recife.

¹⁰ Este último sendo a base para a formulação do presente estudo.

2 A Regulação Cultural no Âmbito do Circuito da Cultura sob a Égide dos Estudos Culturais

Os debates que permeiam a temática da regulação cultural são reforçados cada vez mais, à medida que a dimensão cultural é apresentada numa posição central na contemporaneidade. Temáticas que envolvem identidade(s) cultural(is), multiculturalismo, diversidade cultural e os “usos” da cultura demonstram mudanças de perfis na conjuntura acadêmica, bem como na definição de políticas públicas direcionadas para essas temáticas (GUERRA, 2010).

Inicialmente, a Regulação Cultural estava relacionada ao foco central da sociologia, que é a regulação das relações sociais, especificamente aos processos institucionalizados onde a ordem social é produzida e reproduzida (THOMPSON, 1997). Atualmente, novos estudos e teorias vêm sendo desenvolvidos, analisando as influências que a regulação cultural vem sofrendo e a sua relação com as estruturas econômicas, políticas e sociais em determinados contextos.

A discussão que emerge é fruto de uma necessidade em se [re]definir o raio de influência da cultura com relação a determinados aspectos da vida cotidiana, que ainda não haviam sido *culturalizados*. Entretanto, por outro lado, é importante compreender como é possível lidar com uma cultura crescentemente organizada, institucionalizada e regulada/legislada, sem inviabilizar suas nuances irreconciliáveis com tal movimento. Portanto, conforme afirma Guerra (2010, p.05), “temos uma economia cada vez mais culturalizada e uma cultura cada vez mais economicizada”.

O entendimento das teorias e conceitos torna-se um fator imprescindível para a compreensão de como é possível o processo de regulação cultural em meio à [re]conversão de um APL vinculado aos setores de TIC e Economia Criativa - áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional. Assim, nas seções a seguir serão apresentadas algumas referências conceituais sobre a construção dos Estudos Culturais, onde será demonstrada uma narrativa acerca de sua formação histórica; será apresentado o modelo teórico que constitui o Circuito da Cultura, articulado por meio de cinco processos culturais: produção, consumo, identidade, representação e regulação, sendo enfocados os conceitos que permeiam a teoria da regulação descrita por Thompson (1997); além dos estudos referentes aos Arranjos Produtivos Locais (APL), buscando demonstrar a sua relevância para o desenvolvimento da economia criativa.

2.1 Os estudos culturais

Os Estudos Culturais têm como objetivo central despertar a importância da crítica, “como o conjunto dos procedimentos pelos quais outras tradições são abordadas tanto que elas podem contribuir quanto pelo que elas podem inibir” (JOHNSON, 2006, p.10). Ao longo dos anos, algumas características desse tipo de estudo vêm se destacando, especialmente a sua capacidade crítica e reflexiva, sua abertura e versatilidade teórica. Desse ponto de vista, Johnson (2006, p.10) afirma que os Estudos Culturais são como “um processo, uma espécie de alquimia para produzir conhecimento útil”.

No campo organizacional, por exemplo, verificamos que certas perspectivas teóricas e práticas vigentes tendem a reduzir o papel da cultura, tratada como um construto manipulável para incrementar os resultados organizacionais, desprezando as relações de poder existentes e não considerando a força política dos indivíduos que a compõem (ALMEIDA et al., 2012; 2009). Dessa maneira, notadamente, torna-se fundamental descortinar abordagens epistemometodológicas flexíveis e abertas, como nas abordagens dos Estudos Culturais, que possibilitem aproximar a compreensão acerca da complexidade da cultura na vida cotidiana.

A seguir, será demonstrado, por meio de uma narrativa, como se constituiu o surgimento do campo teórico dos Estudos Culturais e uma inspiração teórica, estabelecida por meio da compreensão de cinco processos culturais (produção, consumo, identidade, representação e regulação) articulados no Circuito da Cultura de Du Gay et al., (1997).

2.1.1 Uma narrativa acerca de sua formação

Mudanças de perspectivas ou, como diria Hall (2011, p.131), *rupturas significativas*ⁱⁱⁱ constituem o ambiente complexo da relação entre pensamento e realidade histórica. Os Estudos Culturais¹¹ surgem em um desses momentos nos anos 1950, e têm como base para a construção deste novo terreno os estudos de Hoggart¹² e Williams.

¹¹ Almeida (2012, p.34) afirma, com base nos estudos de Hall (2011), que “os Estudos Culturais não constituem um corpo unificado do conhecimento. Trata-se de uma formação discursiva construída por diversos posicionamentos metodológicos e teóricos que seguiram e seguem percursos distintos no seu interior”.

¹² Inspirado em sua pesquisa, denominada “*The Uses of Literacy*” (1957), Richard Hoggart funda em 1964 o CCCS – *Center for Contemporary Cultural Studies*, ligado ao *English Department* da Universidade de Birmingham (ESCOSTEGUY, 2013; ALMEIDA, 2012).

Na construção dos Estudos Culturais, algumas obras são consideradas seminais para o embasamento deste novo campo teórico, tais como: “*As utilizações da cultura*” de Richard Hoggart, que versa sobre a influência do “debate cultural” sustentado nas discussões acerca da “sociedade de massa”, com tal característica presente na tradição do trabalho intelectual identificado com Leavis e a Revista *Scrutiny* (ESCOSTEGUY, 2013; ALMEIDA, 2012); e a obra de Williams (1958), denominada de “*Cultura e Sociedade*”, referindo-se às discussões em torno das intensas mudanças que ocorrem em nossa vida social, econômica e política.

Essas obras contribuíram, de maneira distinta, com as construções teóricas deste novo campo. Em princípio, os estudos pareciam ser uma simples atualização do mundo pós-guerra. Mas, sobretudo, as contribuições que os autores buscavam trazer dizem respeito a novas concepções não situadas nas visões tradicionais de pensamento (HALL, 2011; ESCOSTEGUY, 2013).

Outras duas obras de Williams, somadas aos estudos de E. P. Thompson, servem de referência e pavimentaram a construção de um vasto campo teórico para os Estudos Culturais, são elas: “*The Long Revolution*”, onde a cultura é percebida como a soma das descrições disponíveis pelas quais a sociedade dá sentido e reflete as suas experiências em comum; “*Politics and Letters*”, que sugere um desenvolvimentismo consistente, cujas críticas provêm pelo fato de ser uma obra de ruptura; e “*A formação da classe trabalhadora inglesa*”, de E. P. Thompson, que destaca questões como cultura, consciência e experiência.

Essas obras constituíram a cesura da qual emergiram os Estudos Culturais. Ou seja, configuraram um rompimento com a tradição dos modos de estudar fenômenos sociais, atentando aos seus leitores para a tese de que “concentradas na palavra ‘cultura’ existem questões diretamente propostas pelas grandes mudanças históricas (...)” (HALL, 2011, p.133).

Por terem influências da agenda da ‘nova esquerda’, esses autores e seus escritos^{iv}, colocaram a política do trabalho intelectual no centro dos Estudos Culturais, tendo a cultura como espaço de convergência e, portanto, papel central. Apesar de a cultura ser esse espaço de convergência, o fato é que não existe uma definição única e não problemática de cultura, o conceito continua complexo.

Um aspecto apontado por Hall (2011, p.137) está relacionado ao que Williams descreve de um “claro engajamento com as definições ‘idealistas’ e ‘civilizadora’ de cultura”, além de um engajamento mais extenso, com certas formas de marxismo, dos quais Williams

se posiciona contrariamente. Isto porque o marxismo clássico atribuía o campo das ideias e significados às superestruturas¹³ (WILLIAMS, 2005; 2012; ROCHA; SANTOS, 2013).

Williams assimilava em seus estudos o argumento contrário a um materialismo vulgar e a um determinismo econômico¹⁴, propondo em seu lugar um tipo de ‘interacionismo radical’, ambiente onde ocorre a interação mútua de todas as práticas, resolvendo o problema do determinismo. Apartir da formulação de tais conceitos, diversas revisões radicais têm contribuído para a redefinição do que os Estudos Culturais é ou deveria ser (HALL, 2011; WILLIAMS, 2013; 2012).

Os estudos concebidos por Hall (2011, p.141) ainda conceituam acerca do paradigma dominante¹⁵ – “esboço de uma linha significativa de pensamento dos Estudos Culturais” – onde a cultura é compreendida “como algo que se entrelaça a todas as práticas sociais; e essas práticas, [...] como uma forma comum de atividade humana: como práxis sensual humana, [...] através da quais homens e mulheres fazem a história.” Além disso, o autor retrata acerca do estruturalismo de Lévi-Strauss e de sua apropriação do paradigma linguístico, que após Saussure, ofereceu às “ciências humanas da cultura” a promessa de um novo paradigma e de fazê-las (a cultura) de uma forma inteiramente nova e de torná-las científicas (2011, p.144-145).

Apesar de terem universos conceituais e intelectuais distintos, o culturalismo e o estruturalismo se contrastavam em torno do conceito de experiência e ao redor de cada perspectiva que cada um viveu. No culturalismo, a experiência era o solo em que interagiam a condição e consciência, já o estruturalismo insistia que a experiência, por definição, não poderia ser o fundamento de coisa alguma, pois “só se podia viver e experimentar as próprias condições dentro e através de categorias, classificações e quadros de referência da cultura” (HALL, 2011, p. 147-148).

As divergências entre os dois paradigmas surgem do ponto em que é estabelecida a concepção dos “homens” como portadores das estruturas que os situam, ao invés de serem concebidos como agentes ativos na construção da própria história. Portanto, convém dizer que tanto o ‘estruturalismo’ quanto o ‘culturalismo’, em suas atuais manifestações, não

¹³ O termo superestrutura se refere a um conceito marxista que corresponde a um dos níveis da estrutura social. Compreendida pelo Estado (governo), às Instituições e a Burguesia (capitalista).

¹⁴ O Determinismo é uma teoria filosófica que afirma que tudo é explicado por meio da determinação, ou seja, através das relações de causalidades. O determinismo econômico é um conceito criado para criticar o reducionismo econômico, que é descrito como a redução de todos os fatos sociais a dimensões econômicas. Partindo da premissa que todos os fatores econômicos são decisivos e essenciais para vida coletiva e individual.

¹⁵ Hall (1980, p.57-72). “*Cultural Studies: Two Paradigms*”.

conseguem dar conta de construir o estudo da cultura como um domínio conceitualmente claro e teoricamente informado.

Atualmente, uma parcela significativa de pesquisadores dedicados aos Estudos Culturais tem se debruçado sobre a aplicabilidade desse novo construto para a compreensão dos fenômenos relacionados aos temas contemporâneos, tais como os estudos de Guerra (2010) acerca da produção cultural e o empreendedor de filmes; e o estudo de Almeida (2012) sobre a representação cultural e as disputas e lutas existentes em torno da Indicação Geográfica do queijo coalho.

Para tanto, alguns modelos teóricos, a exemplo do circuito da cultura, têm sido desenvolvidos para a compreensão de como se constituem o processo de produção da cultura nas interações culturais constituídas.

2.1.2 Inspiração teórica: o circuito da cultura

Na visão dos estudiosos dos Estudos Culturais, o significado de um artefato se constitui e se transforma por meio de cada interação cultural ocorrida, assim, ele não se origina necessariamente do processo de produção. Isto porque, no caso do ambiente dos negócios, Almeida (2012, p. 42-43) argumenta que:

[...] a construção de significado das práticas, processos e produtos emergentes no mundo dos negócios deve ser vista como uma produção cultural ao invés da ação isolada de um sujeito particular. Isso porque a produção de significados representa um ato coletivo e dinâmico que ocorre em cada interação pessoal e social, sem, contudo, ter uma origem definida.

O circuito da cultura desenvolvido por Du Gay et al. (1997a) e Johnson (2006), além do ensaio teórico Codificação/Decodificação proposto por Hall (2011), aponta nessa perspectiva, pois compreende que a construção de significados para um determinado artefato cultural não se configura por meio do objeto em si - tal como o Sony *walkman*¹⁶ ou um *software* - nem tampouco a partir do momento de produção do determinado bem ou serviço, mas, sobretudo, tais significados são produzidos e [re]produzidos em diferentes ambientes e circulam por meio de diferentes processos e práticas sociais (ALMEIDA, 2012).

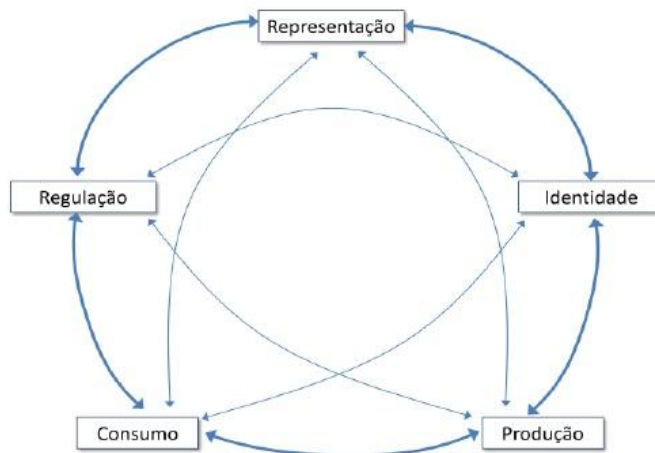
Demonstrado na Figura 1 (2) abaixo, o modelo teórico proposto pelo estudo de Du Gay et al. (1997a) compreende a circularidade de valores simbólicos¹⁷ articulados por meio de

¹⁶ Conforme estudo desenvolvido por Du Gay et al. (1997a).

¹⁷ O conjunto articulado desses cinco processos constituem o circuito da cultura adotado por Du Gay et al. (1997a).

cinco processos culturais, sendo estes: representação, identidade, produção, consumo e regulação.

Figura 1 (2)- Circuito da cultura de Du Gay



Fonte: Almeida (2012, p. 48) e Du Gay et al. (1997a, p.3)

Corroborando para o entendimento de que não existe um significado único associado ao produto que possa ser compreendido para diferentes situações, o modelo teórico proposto pelo estudo de Du Gay et al. (1997a) possibilita a concepção de que na dinâmica do processo cultural a interpretação de um artefato ocorre de forma aberta (ALMEIDA, 2012).

Dessa forma, conclui-se que os significados conferidos a um produto poderão ser diversos, inclusive, conflitantes. Johnson (2006) acrescenta, afirmando que os significados múltiplos atribuídos a um determinado artefato cultural ao longo do circuito da cultura demonstram as lutas que são estabelecidas em torno do seu significado.

No modelo teórico sugerido por Du Gay et al. (1997a), o contexto também é destacado como um fator importante para se interpretar os significados estabelecidos no processo de significação cultural.

A concepção integradora do circuito [da cultura] considera as contingências das circunstâncias de produção, circulação e consumo. Por isso, os significados que convencionalmente são atribuídos ao produto cultural estão situados em momentos sócio-históricos particulares (ALMEIDA, 2012, p.49).

A ideia do Circuito da Cultura apresenta a possibilidade de se investigar o processo de construção de significados culturais em diferentes locais. Adiante, como forma de compreender diferenças e articulações estabelecidas nos diferentes momentos do circuito da cultura, será apresentada cada uma das dimensões culturais demonstradas na Figura 1.

2.1.2.1 Produção

Buscando compreender as tensões sociais, a constituição das estruturas nas organizações e as relações econômicas que ocorrem em nosso cotidiano, Negus (1997) desenvolveu um estudo¹⁸ que versa acerca da teoria da Produção da Cultura, de modo que a teoria construída apresenta um olhar sobre a perspectiva dos meios produtores da cultura.

A primeira conclusão a que se chegou, em meio ao desenvolvimento da pesquisa, está relacionada à perda/fim do controle da produção¹⁹, enquanto que a segunda está relacionada à autonomia humana e ao crescente engajamento das pessoas em atividades criativas. A teoria construída objetivou compreender como tudo isso está relacionado ao ato de tornar o entendimento dos vestígios ou sinais como importante equidade, ao passo que descreve os caminhos de circulação e distribuição de artefatos culturais, além de regular os meios exclusivos de possibilidades na relação produção-consumo no âmbito do “circuito cultural de representação, identidade, produção, consumo e regulação” (NEGUS, 1997, p. 69-70).

A produção cultural está imbricada ao momento em que os significados são gerados e compartilhados por um determinado grupo ou conglomerado produtivo que partilhem dos mesmos códigos profissionais (HALL, 2011) e diante de uma “cultura” particular regulada por novas formatações de organização que se diferem dos modelos de cunho mais racionalistas, como o próprio fordismo e taylorismo (GUERRA, 2010; DU GAY et al., 1997a). Nesse sentido, existe uma alteração nas relações de produção desse campo, sustentadas pelo surgimento e difusão das redes sociais, na atuação coletiva, no compartilhamento de experiências entre os atores que compõem esses grupos ou arranjos e nos modelos de aprendizagem reflexivos e contextualizados (GUERRA, 2010 *apud* RAFFO et al., 2000a).

O surgimento das aglomerações territoriais – os Arranjos Produtivos Locais (APL) - pode ser considerado um exemplo, pois, são constituídos pela atuação de agentes econômicos, políticos e sociais que demonstram vocação ou são intensivos em um conjunto específico de atividades relacionadas aos setores culturais e criativos, a exemplo do Porto Digital. Isto ocorre pelo fato de muitos desses arranjos possuírem incubadoras e aceleradoras de negócios,

¹⁸ A pesquisa desenvolvida por Negus (1997, p.68) “busca realizar um estudo da produção da cultura, entretanto, é necessário entender não somente os processos técnicos e padrões econômicos de manufatura, organização e distribuição. É também importante compreender a cultura – o caminho da vida através de elementos como a música, filmes e tecnologias de *hardware* e *software* produzidos e disseminados”. (tradução nossa).

¹⁹ Na perspectiva dos Estudos Culturais (EC), a criação de significado para um artefato não se origina no processo da sua produção, mas, sobretudo, é estabelecido e transformado em cada interação cultural ocorrida, conforme argumenta Almeida (2012).

centros de pesquisa e inovação vinculados a Universidade e, especialmente, a dinâmica de cooperação que se estabelecem em suas respectivas redes torna-se um elemento fundamental para o desenvolvimento cognitivo (SILVA et al., 2013; SILVA, 2012; PAIVA JR. et al., 2006).

Outra contribuição importante pautada pelos estudos de Negus (1997) versa acerca dos debates que permeiam a constituição das Indústrias Culturais (*The Culture Industry*), conceito elaborado em 1944 por Adorno²⁰ e Horkheimer^v, e publicado em 1947. Os autores apontavam que a Indústria Cultural teria introduzido um caráter linear, do qual pode ser descrito, em síntese, nos métodos e planos dos produtos midiáticos “(linhas de produção não somente em estúdios, mas alternando em biografias compiladas e barateadas, seriados (pseudo documentários/novelas) e músicas do momento (melôs)” (NEGUS, 1997, p.70).

Em se tratando do ambiente organizacional, as contribuições de Negus (1997) potencializam os debates que permeiam o mundo dos negócios e os seus anseios atuais, apresentando como argumento central as grandes corporações que comercializam artefatos culturais, conforme o *case da* empresa Sony^{vi} - que baseou seus negócios numa sinergia entre seus processos e suas organizações. Para o autor, é justamente nesse aspecto que reside o problema, isto porque nem sempre poderá funcionar a sinergia, por estarem envolvidas questões externas e internas das empresas (fatores culturais, sociais, econômicos, políticos, legais, relação entre os conglomerados produtivos que compõem a sinergia).

O que fica evidente é que a vida externa e interna das organizações passa por um intenso processo de [re]estruturação cultural diante do surgimento do que Castells (2010) teoriza de especialização flexível e da grande importância que a significação passa a ter no ecossistema dos negócios (ALMEIDA, 2012; SENNETT, 1999). Isso reforça o argumento de Du Gay et al. (1997b), onde afirma que o ecossistema dos negócios está imerso na cultura.

Portanto, a compreensão do processo de produção deve ir além dos muros que demarcam o ambiente onde as pessoas trabalham para incorporar as práticas e significados através das quais acontece o processo de criação e circulação de tecnologia, estabelecidos pelas estruturas objetivas. Todavia, vale ressaltar que os significados que são atribuídos às práticas de produção não são gerados e moldados apenas pela cultura “interna” da organização. Estes significados se correlacionam com atividades consideradas “externas” a empresa, a exemplo do consumo, conforme argumenta Almeida (2012).

²⁰ Theodor Adorno e Max Horkheimer são percussores na construção da Escola de Frankfurt e contribuíram para o entendimento do processo da industrialização da cultura, além, de buscarem explicar acerca dos impactos desses processos nos itens culturais criados e consumidos. Estabelecendo a relação da indústria cultural e o modelo de cultura de massas (ADORNO, 2002; HABERMAS, 1987).

2.1.2.2 Consumo

O termo consumo “evoca, sobretudo, a ideia de compra de bens” e serviços. Entretanto, com base no estudo denominado “*Consumption and its Consequences*”, que versa acerca do consumo doméstico em Londres, propiciou-se uma [re]leitura dos conceitos acerca das diversas formas de decodificação das coisas para o seu consumo (MILLER, 1997, p.14).

Com base na perspectiva dos Estudos Culturais, Miller (1997) evoca argumentos buscando desconstruir o conceito elaborado em torno da ideia de que o consumo seria um ato apenas de aquisição ou compra de um determinado bem, rompendo com a concepção determinista de que o consumo é definido pela produção. Isso sugere que o ato de consumir é um processo pelo qual criamos identidade e que, portanto, está indissociável dos cinco processos de significação estabelecidos pelo circuito da cultura. Com isso, o ato de consumo passaria a ter outras consequências, que podem torná-lo um fator imprescindível no mundo contemporâneo.

Já Canclini (1999, p. 14) corrobora com tais discussões afirmando em sua obra ‘*Consumidores e Cidadãos*’ que “devido a mudanças econômicas e culturais, pelas quais as identidades se organizaram”, os significados atribuídos ao consumo passam por um processo de transformação, onde, o consumidor é elevado ao *status* de cidadão enquanto que o consumo passa a ser concebido como algo relacionado ao prazer, a liberdade. Bourdieu (2007) acrescenta, afirmando que além do *status*, o consumo e a exibição de bens simbólicos se transmutam em signos, utilizados para demonstrar prestígio e posição social. Portanto:

[...] Entender as transições das identidades “clássicas” (nações, classes, etnias) que já não nos restringem como antes às novas estruturas globais, que consideram de outro modo nossos interesses e desejos, é pensar a recomposição das relações sociais e as insatisfações do fim do século. (CANCLINI, 1999, p. 14-15).

Dessa forma, o consumo passa a ser compreendido como uma das principais formas de participação na vida política contemporânea (formas de sociabilidades, práticas políticas, interações psicológicas, ambiente da [re]organização das identidades).

Em se tratando das aglomerações produtivas, os conceitos que permeiam questões como território, comunidade, cidadania e a identidade (coletiva e individual) acabam por serem revistos buscando atender a reivindicações proporcionadas pelas demandas sociais em contrapartida às demandas político-econômicas. Essa reformulação dos conceitos provocados

pelas práticas sociais tem permitido uma transformação cultural que baliza e torna legítimos os vínculos estabelecidos pelos atores estratégicos que compõem as redes, assim como às políticas públicas e privadas, que têm como fundamento o investimento social (MURAD, 2009).

Por conseguinte, o consumo poderá ser um meio para a criação legítima da cultura, onde, Miller (1997, p.19) argumenta que “o consumo é também um ato de trabalho do qual criamos nossa identidade cultural”. Assim, ao expressar suas necessidades e desejos, o indivíduo modela a sua imagem pública e delimita os grupos e as formas de vida que avalia ser correspondente a sua expectativa de realidade.

2.1.2.3 Identidade

O conceito de identidade²¹ é abrangente e há muito discutido. A partir de uma análise sob um determinado cenário de guerra - entre a Croácia e a Sérvia - Woodward (2000) elaborou um estudo onde afirma que as identidades assumem uma forma por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais elas são representadas²².

Para Woodward (2000), identidade é relacional e marcada pela diferença. Dessa maneira, a identidade se distingue pelo que não é. Porém, algumas diferenças - em grupos étnicos e de gênero, por exemplo - são vistas com maior destaque, especialmente em momentos e lugares particulares²³, neste caso, num cenário de guerra. Portanto, a construção da identidade é tanto simbólica quanto social e há uma relação entre a identidade da pessoa e o que ela usa.

Uma das maneiras das identidades estabelecerem suas reivindicações é por meio do apelo aos antecedentes históricos, de maneira que essa redescoberta do passado é parte do processo de sua construção. Com base nas discussões que permeavam a construção das identidades dos povos que integravam a antiga Iugoslávia, Woodward (2000, p.12-13) procurou abordar de forma mais aprofundada os argumentos relacionados à identidade e diferença, pelas quais se destacam as tensões entre as perspectivas essencialistas, que discorrem acerca da existência de uma identidade autêntica e verdadeira; e das perspectivas

²¹ “Quase todo mundo fala agora sobre “identidade”. A identidade só se torna um problema quando está em crise, quando algo que se supõe ser fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza” (MERCER, 1990, p.4).

²² Ressalta-se no estudo de Woodward (2000), que a representação seria um dos elementos do circuito cultural mais próximo da identidade, pelo fato da identidade passar por um processo de significação.

²³ Relação espaço-tempo, conforme apontado por Harvey (2012).

não-essencialistas, relacionadas à mobilidade das identidades e sua constituição na relação com as diferenças. Assim, com base na temática abordada, Kathryn Woodward (2000) buscou problematizar em torno de algumas importantes discussões, quais sejam: a identidade é fixa? Podemos encontrar uma ‘verdadeira’ identidade? A afirmação de identidade envolve necessariamente o apelo a alguma qualidade essencial?

Existem alternativas, quando se trata de identidade e de diferença: a oposição binária [EU/OUTRO], onde as perspectivas essencialistas que mantêm o seu foco na identidade *versus* as perspectivas não-essencialistas que estabelecem o seu foco nas diferenças e nas formas^{vii}, é permeada por um desequilíbrio fundamental de poder. Ou seja, argumentar que a identidade está vinculada à esfera social é compreendê-la também como sendo constituída por relações de força e poder. Assim, o cenário identitário é formatado por disputas.

Diante das diversas inquietações contemporâneas que abarcam o conceito da identidade, como o aumento das preocupações com as identidades nacionais e as identidades étnicas, por exemplo, essas questões identitárias passam a ser vistas como um conceito central no Circuito da Cultura. Isto porque, nas últimas décadas, mudanças ocorrem no campo da identidade, produzindo uma “crise de identidade”. Implicando na análise sobre como as identidades se constituem e os processos envolvidos, além de levantar diversas indagações: de que maneira as identidades são fixas ou de que forma poderão ser alternativa, fluídas e cambiantes (WOODWARD, 2000, p.19-20).

Um aspecto discutido nas temáticas que envolvem a identidade tem a ver com a compreensão acerca do conceito da representação, entendida como um processo cultural gerador de identidades individuais e coletivas (WOODWARD, 2000). Além disso, entre os conceitos que evocam a identidade, incluem-se os conflitos identitários, que, na verdade, refletem parte da modernidade tardia e que estão provocando fluxos migratórios, identidades plurais e homogeneidade cultural - as identidades passam a ser vistas como objetos que poderão ser contestados.

Estes conflitos e manifestações estão viabilizando o aparecimento de novas identidades - o surgimento das chamadas ‘comunidades imaginadas’. Dessa maneira, as mudanças sociais e deslocamentos são gerados por meio das relações presentes nos campos sociais. Os sistemas classificatórios surgem como sistemas de representação simbólica que dividem as concepções dos indivíduos, o que provoca formas de exclusão social (WOODWARD, 2000).

Por isso, ampliar o conhecimento acerca dos símbolos presentes na dinâmica social contribui para o entendimento do movimento de identificação e a consequente [re]organização

do tecido urbano e dos cenários culturais (como no caso dos Arranjos Produtivos Locais), relacionados diretamente com a dinâmica do Circuito da Cultura, passando pela produção, consumo, representação e regulação.

2.1.2.4 Representação

A Representação é uma das práticas centrais que produzem cultura e momento-chave do Circuito da Cultura, mas, ao verificarmos a relação que a representação teria com a cultura, percebemos que a cultura tem a ver com significados compartilhados. Nesse sentido, a linguagem é o meio privilegiado em que damos sentido às coisas, em que o significado é produzido e difundido, entretanto, só podem ser compartilhados por meio do nosso acesso comum à linguagem. Assim, a linguagem é central no que tange ao significado e à cultura, além de ser como repositório central de valores culturais e dos significados (HALL, 1997).

O termo ‘Representação’, para Stuart Hall (1997), corresponde a modos de produção do significado, do conceito em nossas mentes por meio da linguagem, muito adiante da existência de fato ou da observação empírica. O elo entre conceito e linguagem nos permite fazer referência tanto ao mundo “real” de objetos, pessoas ou eventos, como a seus mundos ficcionais (HALL, 1997, p. 17).

Existem dois sistemas de representação: o *sistema de correlação* e o de *linguagem*. O sistema de correlação afirma que objetos, pessoas e eventos são correlacionados com um conjunto de conceitos ou representações mentais que fazemos em nossas cabeças. Já o sistema de linguagem possibilita a existência de um mapa conceitual compartilhado, por meio do qual possamos representar ou intercambiar significados ou conceitos (HALL, 1997).

Há, portanto, um processo mental e de tradução para o sistema no qual fomos ensinados a referir o mundo, as pessoas e os eventos – é a construção de signos. Estes signos significam ou representam os conceitos e as relações conceituais entre estes que levamos em nossas mentes e que juntos compõem os sistemas de significação de nossa cultura (HALL, 1997).

Segundo Hall (1997), o significado não está no objeto nem na pessoa nem na coisa, nem mesmo na palavra, uma vez que somos nós que estabelecemos o significado de forma tão determinada que, em seguida, ele vem a parecer natural ou inevitável. Sob essa lógica, o significado surge em decorrência de convenções associadas à linguagem que, por sua vez, funcionam como sistema de codificação do mundo, reconhecido e aceito comunitariamente

por cada cultura segundo suas especificidades, ou seja, o significado é construído pelas práticas sociais e pelos efeitos da representação.

Uma representação fundamental para a apresentação do discurso do desenvolvimento econômico do estado de Pernambuco, por meio do Arranjo Produtivo Local, denominado Porto Digital, é o reconhecimento de que Pernambuco possui as condições necessárias para a consolidação deste *cluster* de Tecnologia da Informação e Comunicação e Economia Criativa (CORRÊA, 2007).

Para Corrêa (2007), uma representação simbólica com capacidade aglutinadora foi introduzida no discurso pelos elementos de identificação cultural vinculados ao Projeto do Porto Digital, que significou este espaço como possibilidade de recuperação da posição perdida - e com ele a autoestima - do estado de Pernambuco, que já foi expoente da região e perdeu, paulatinamente, a posição para outros estados do Nordeste do País. Nesse aspecto, a principal conclusão dessa reflexão proporcionada pelo estudo, é de que o significado não é inerente às coisas do mundo.

Nos procedimentos de análise acerca das informações institucionais do Porto Digital proporcionadas pelo estudo de Corrêa (2007), demonstrou-se que existem elementos da identidade cultural local presentes nos textos e discursos proferidos por integrantes ou personalidades do meio ligadas ao APL²⁴. Assim, a utilização desses elementos de identidade cultural para a aderência ao discurso do desenvolvimento local via Porto Digital constitui-se não apenas num fator de diferenciação, mas, principalmente, num fator de autoestima. A ocupação de um bairro com edificações históricas numa região portuária onde se encontra o Marco Zero da Cidade do Recife se constitui como fator importante para a materialidade do discurso que se pretende articular (CORRÊA, 2007). Isso se alinha à proposta de Hall (1999), quando ele aponta que a identidade não nasce com o indivíduo, ela é formada e transformada no interior da representação que reflete um conjunto de significados de cada cultura.

Nesse sentido, três abordagens são usadas para representar o mundo: reflexiva, intencional e construcionista. Na abordagem reflexiva, a linguagem funciona como um espelho que reflete os significados já existentes no mundo (objetos, pessoas e eventos), enquanto que na abordagem intencional reflete-se a imposição do significado do falante por meio da linguagem. A abordagem construtivista, adotada nesse estudo, reflete a linguagem tomada como um produto social onde os significados são construídos mediante sistemas de representação.

²⁴Dados disponibilizados no Portal Institucional do Porto Digital: <http://www.portodigital.org.br/>. Acesso em 03 ago 2013.

A abordagem construtivista, portanto, proporciona uma reflexão que desestabiliza noções consolidadas pela própria cultura e que desafia o pesquisador a aprofundar-se em sua análise, se estiver propondo-se a trabalhar com o sentido, numa busca de algo complexo e em permanente mutação. Assim, a associação entre os textos e as interações sociais, com as quais se relacionam como produtos e produtores, atribuem aos significados veiculados nestes textos uma estabilidade apenas momentânea: os signos que constroem os mundos representados, o contexto das atividades humanas, que estão sujeitos a constantes ressignificações introduzidas por mudanças passíveis de acontecer naquelas designações negociadas.

2.1.2.5 Regulação

A perspectiva dos Estudos Culturais de Thompson (1997) situa-se no final do século XX, trazendo uma visão acerca da economia dominante e as novas tendências políticas, que poderiam ser resumidas pelas palavras ‘Globalização’ e ‘[Des]regulamentação’. Com a globalização dos mercados, as economias nacionais passaram a ser expostas a concorrências internacionais. Além disso, a globalização nas culturas de comunicações e do consumidor, principalmente por meio do aumento das viagens e migrações internacionais, viabilizou as condições para que os “Estados-Nação” se tornassem socialmente mais plurais e multiculturais.

Nesse cenário, o estudo de Thompson (1997) aborda a dinâmica na regulação, com base no Circuito da Cultura. Como forma de versar sobre a referida temática, o autor apresenta três casos relevantes para a regulação da cultura, sendo observados sob o ponto de vista das demandas conflitantes de mudança e da ordem. No primeiro caso, foi observada a forma como as pressões concorrentes vêm afetando as políticas de lazer em períodos sucessivos desde o início do século XIX. O segundo caso trata acerca da tensão entre as pressões que se manifestam nas reivindicações rivais empresariais e patrimoniais na década de 1980. Já o terceiro momento inclui os meios de comunicação com ênfase na tensão entre os princípios opostos do mercado *versus* serviço público, e a escolha do consumidor indo ao encontro à cidadania democrática.

Os escritos da regulação cultural de Thompson (1997, p.10) buscavam compreender: “Como as pressões conflitantes por mudanças e ordenação se manifestam e são contestadas em diferentes formas de regulação cultural?”. Ou seja, principalmente, após o movimento da

globalização, de que maneira essas pressões conflitantes que almejam mudanças e ordem surgem e são contrapostas, e de que forma estas influenciam na regulação cultural.

Do ponto de vista teórico e metodológico, o desafio inicialmente enfrentado pela Abordagem da Regulação foi sintetizado, portanto, pela necessidade de desenvolver uma interpretação que explicasse a relação entre a ação criativa dos sujeitos e as estruturas sociais históricas, sem incorrer no estruturalismo althusseriano e no individualismo metodológico. Esse desafio foi superado exatamente pelo conceito de ‘regulação’ (COMBAT, 2013, p.02).

Os estudos em relação à regulamentação da cultura surgem com maior fôlego no campo sociológico, isto porque estão profundamente atrelados ao foco central da sociologia, no qual busca compreender a regulação das relações sociais, especificamente os procedimentos institucionalizados pelos quais a ordem social é produzida e [re]produzida (THOMPSON, 1997).

Por ordem social, de acordo com o Art. 193 da Constituição da República Federativa do Brasil, entende-se que “tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais” (BRASIL, 1988). Essa ordem social se constitui por meio de processos reguladores estabelecidos mediante dispositivos como a educação (Escolas e instituições educacionais), saúde, cultura, ciência e tecnologia, comunicação social, seguridade social (previdência), políticas direcionadas ao meio ambiente, assistência social (programas e projetos sociais), dentre outros.

A partir do processo de reestruturação produtiva e da abertura econômica dos países ao processo globalizado, inclusive o Brasil, o que se verifica é um profundo impacto nas grandes metrópoles, onde estão concentradas as atividades produtivas, as riquezas e o poder. Tais acontecimentos têm provocado a intensificação da segmentação urbana e a precariedade ocupacional, o que tem se transformado no epicentro do que alguns autores chamam de “crise social” (MOREIRA DE CARVALHO, 2006; THOMPSON, 1997).

Essas alterações sistêmicas têm provocado profundas transformações na forma de se desenvolver teorias e analisar os formatos de mudanças da regulação cultural e o seu relacionamento com as estruturas econômicas, sociais e políticas em períodos específicos (THOMPSON, 1997).

Ao longo dos anos, pesquisadores têm se dedicado a desenvolver conceitos e teorias que corroborem para a compreensão dos fatores que afetam a regulação cultural, absorvendo o argumento de Marx, o qual afirma que: “O modo de produção da vida material determina o caráter geral dos processos sociais, políticos e espirituais da vida”. (MARX, 1963, p. 67). Ou

seja, a produção econômica determinando a cultura de cada época ou período (THOMPSON, 1997).

O escritor italiano Antonio Gramsci foi um dos autores que desenvolveu teorias e conceitos que abordam a regulação e o seu cenário de disputas e conflitos. Em sua obra clássica *The Prison Notebooks*, especificamente no artigo *Americanism and Fordism*²⁵ (1971), Gramsci já discutia acerca da regulação moral existente entre a produção econômica e a cultura de consumo. Gramsci sustentava o argumento que o sistema de produção em massa por linha de montagem e o posicionamento estratégico da *Ford Motor Company* em estabelecer altos salários tinham como objetivo introduzir na classe trabalhadora uma transformação geral na cultura e no consumo dos mesmos, atentando para assuntos como o consumo de bebidas alcoólicas e a questão da sexualidade, o que se distanciaria, aparentemente, de matérias preocupantes do capital e do ambiente de trabalho.

A partir da teoria da regulação econômica desenvolvida entre as décadas de 70 e 80, levou-se adiante o argumento de Gramsci, o qual propõe que qualquer modo de produção capitalista requer uma forma complementar de consumo. Dessa maneira, juntas, constituiriam um regime de acumulação (SENNETT, 1999). Entretanto, essa teoria argumenta que a sustentação desse regime requer a instauração de um conjunto de instituições não econômicas, ou seja, culturais, tais como: institutos educacionais, mecanismos de comunicação, sistemas de saúde, que denominam como modo de regulação (LIPIETZ, 1986a; AGLIETTA, 1979).

Os estudos da regulação vêm sendo alvo de diversas pesquisas, tais como a teoria da regulação histórico-social de Corrigan e Sayer (1985), baseada na constituição do comportamento moral e na formação do Estado. Eles afirmavam que essa teoria buscava “normalizar” modos historicamente específicos de comportamento em universais. Essa abordagem tem sido bastante criticada, sobretudo por dois aspectos: o primeiro por limitar o papel em que os indivíduos da regulação moral possuem como sujeitos criativos que contrapõem e rompem as agências de regulação instauradas; e o segundo aspecto, por subestimar outras forças de poder, concedendo ao Estado o título de força proeminente no controle da sociedade (THOMPSON, 1997).

Por isso, alguns pesquisadores acreditam que a abordagem da regulação desenvolvida por Michel Foucault é mais dinâmica e frutífera. Isso porque a teoria desenvolvida por ele tem como foco a compreensão dos discursos e as práticas na sociedade moderna. Levando-se em

²⁵ GRAMSCI, A. 'American and Fordism' in *Selections from the Prison Notebooks*, London, Lawrence and Wishart, 1971.

consideração que a cada dia estamos tomados por discursos e práticas que tentam constituir a ideia de um ‘eu natural e saudável’, alguns de seus estudos procuram compreender de que forma, cada vez mais, as pessoas estão preocupadas com o seu tempo ócio e como estas objetivam preenchê-los com a preparação ou o cuidado com o corpo, buscando torná-los mais atraentes ou saudáveis, além de compreender o aumento do engajamento das pessoas em atividades criativas (FOUCAULT, 2012; THOMPSON, 1997).

Em seus estudos, Michel Foucault tinha interesse pela temática do poder, inclusive, buscando compreender como ele é utilizado para estabelecer uma forma de controle social regulado por meio de instituições sociais. Para Foucault (2012), o poder é constituído por meio de uma realidade dinâmica que auxilia as pessoas a manifestarem a sua liberdade com limitações. Assim, o poder poderá ser exercido como um instrumento que possibilita as relações entre os indivíduos que constituem uma determinada sociedade. O Quadro 1 (2) a seguir ilustra os pontos de análise das relações de poder, segundo Foucault.

Quadro 1 (2) - Pontos de análise das relações de poder em Foucault

Pontos de análise	Descrição
1. O sistema de diferenciações	Diferenças jurídicas ou tradicionais de estatuto e de privilégio; diferenças econômicas na apropriação das riquezas e dos bens; diferenças de lugar nos processos de produção; diferenças linguísticas ou culturais; diferenças na habilidade e nas competências, etc.
2. O tipo de objetivos	Objetivos perseguidos por aqueles que agem sobre a ação dos outros, tais como manutenção de privilégios, acúmulo de lucros, operacionalidade da autoridade estatutária, exercício de uma função ou profissão.
3. As modalidades instrumentais	Exercício do poder pela ameaça das armas, por efeitos da palavra, disparidades econômicas, mecanismos mais ou menos complexos de controle, sistemas de vigilância, regras explícitas ou não, permanentes ou modificáveis, com ou sem dispositivos materiais, etc.
4. As formas de institucionalização	Podem misturar dispositivos tradicionais, estruturas jurídicas, fenômenos de hábito ou de moda (p.e. instituições familiares); podem ter aparência de um dispositivo fechado sobre si mesmo com seus lugares específicos, regulamentos próprios, estruturas hierárquicas e relativa autonomia funcional (p.e. instituições militares); podem formar sistemas muito complexos, dotados de aparelhos múltiplos (p.e. o Estado).
5. Os graus de racionalização	Em função da eficácia dos instrumentos e da certeza do resultado (maior ou menor refinamento tecnológico no exercício do poder); ou em função do custo eventual (custo econômico dos meios utilizados ou do custo em termos de reação constituído pelas resistências encontradas).

Fonte: Cappelle et al. (2005, p. 362)

A visão de poder de Foucault rompe com a concepção de que o poder se encontra centralizado na figura do Estado, apresentando o conceito do poder microfísico, ou seja, o poder diluído em formas moleculares, estabelecido por meio de relações (conforme Quadro 1) (MATA; BRIGÍDO, 2013; FOUCAULT, 2012).

Após esse deslocamento, o poder não será mais tratado somente em suas formas negativas, mas torna-se força positiva produzindo saber, disciplina, individualidade e normatizando a vida dos indivíduos. O que Michel Foucault pretende em sua genealogia não é conceituar o poder, mas analisar os seus dispositivos, suas relações e efeitos que são intensificados nas instituições (MATA; BRIGÍDO, 2013, p. 01).

Com base no argumento de Foucault, haveria, então, três tipos de poder (conforme a Figura 2 (2)): **o poder institucional**, exercido por meio de regras e regulação, que são estabelecidas por meio das normas (disciplinar e biopolítica²⁶) e as estruturas formais ou instituições regulatórias, tais como a fábrica, prisão, o hospital, a escola, o centro psiquiátrico, as instituições e órgãos ligados ao Estado. Em se tratando das normas, o conceito possui um sentido mais amplo, em um caráter exclusivamente jurídico, a exemplo das leis. A norma tem mais a ver como um princípio de exclusão ou de incorporação relativa à(s) prática(s) do(s) indivíduo(s).

Na abrangência do conceito de norma, compreendem-se aquelas relacionadas ao comportamento do(s) indivíduo(s), as normas sociais, as que regulam os saberes, as de conduta, e aquelas que indicam ações e que, em se tratando da vida moderna, atuam conforme as formas da disciplina dos corpos e da regulação da vida biológica das populações (FOUCAULT, 2012; FONSECA, 2010; THOMPSON, 1997).

Enquanto que **o poder econômico** é estabelecido como no sistema de classes, Michel Foucault reconhece que por trás de um poder estatal existe uma classe dominante. Dessa maneira, no sistema de classes, o poder político é praticado em uma pluralidade de núcleos e pontos de apoio invisíveis e desconhecidos (FOUCAULT, 2012).

É óbvio que estamos vivendo sob um regime ditatorial de classes, sob um poder de classe que se impõem pela violência, até mesmo quando os instrumentos de tal poder são institucionais e constitucionais. (...) Eu admito não ser capaz de definir, nem mesmo por razões ainda mais fortes de propor, um modelo ideal de funcionamento de nossa sociedade científica e tecnológica. (...) Por outro lado, uma tarefa que me parece imediata e urgente, acima de qualquer outra coisa, é essa: Deveríamos indicar e demonstrar, até mesmo quando estiverem escondidas, todas as relações de poder político que controlam, oprimem e reprimem o corpo social. (FOUCAULT; CHOMSKY, 1971²⁷).

Para Foucault (2012), existem instituições que diferentemente das forças armadas e das polícias, dos tribunais de justiça - dentre outros - não aparentam possuir relações com o poder político (BRANDÃO, 2010). Para tanto, ele exemplifica demonstrando que uma instituição de ensino, como a universidade ou determinado sistema de educação não são constituídos, simplesmente, para disseminar conhecimento. Estas “são feitas para manter certa

²⁶ Para Foucault (2012) a biopolítica é um conceito utilizado para compreender os modos pelo qual o poder se estabeleceu no final do século 19 e no início do século 20. A biopolítica tem como objetivo atingir o conjunto dos indivíduos - a população - e o seu domínio. Portanto, a biopolítica é a prática disciplinar de biopoderes em ambientes específicos. No conceito de biopoder, a população é tanto meta quanto instrumento no estabelecimento de uma relação de poder. Ele age na gestão da saúde, da alimentação, da sexualidade, dos costumes, dentre outros.

²⁷ Traduzido por Brandão, 2010.

classe social no poder, e para excluir os instrumentos de poder de outra classe” (FOUCAULT, 2012, p. 71). Tanto as instituições de ensino, quanto os centros psiquiátricos, as famílias, as organizações e a prisão foram alvos da genealogia do poder abordados na obra de Foucault (2012).

Por fim, tem-se o **poder subjetivo**, em que o indivíduo luta contra discursos e práticas organizadas em torno de si mesmo (FOUCAULT, 2012; THOMPSON, 1997; FOUCAULT; CHOMSKY, 1971).

As técnicas que produzem e permitem acumular conhecimento acerca do objeto, ou do indivíduo, têm o objetivo de organizar o espaço, controlar o tempo, promover a vigilância contínua, perpétua e ilimitada e registrar continuamente o conhecimento (CAPPELLE, M. C. A. et al., 2005, p. 361).

Estas são disseminadas, como práticas disciplinares, em instituições de ensino, forças armadas e policiais, centros psiquiátricos, nas empresas e aglomerações produtivas, se constituindo como estratégias de poder que visam se “transformar em práticas discursivas que disciplinam o corpo, instituindo gestos, atitudes, condutas e posturas, regulam a mente e ordenam as emoções” (CAPPELLE, M. C. A. et al., 2005, p. 361).

Figura 2 (2)- Abordagens da regulação por tipos de poder



Fonte: Adaptado de Thompson (1997)

Em suma, Foucault afirma que o rumo do desenvolvimento da modernidade se dá a partir da articulação dos poderes institucional e econômico em direção ao terceiro tipo, que é o poder subjetivo, cada vez mais difundido. Isso se refere ao processo de regulação e disciplina externa que seguimos para compreender a *autorregulação* e *autodisciplina* (FOUCAULT, 2012; THOMPSON, 1997).

Foucault (2012) entende que o poder está no discurso e acaba se tornando um aparelho de *autodisciplina* do sujeito, na medida em que possui uma relação com o poder subjetivo. Em outras palavras, o ato de lidar com o poder manifesta a busca por se demonstrar que todo conhecimento é relativo e é dependente de algum sistema de poder vigente, levando-se em consideração que toda forma de conhecimento está sempre demarcada pela linguagem. Já a *autorregulação* tem a ver com o ato ou efeito de se autorregular que pode ser exemplificado por meio da ação de determinada empresa ou de um conglomerado produtivo que estabelece normas e condutas a partir de suas práticas e experiências.

Dessa forma, chega-se à concepção do conceito de ‘*Articulação*’ em que Hall (2011) afirma ser:

[...] em parte, precisamente para reunir ou articular em uma instância complexamente estruturada uma série de discursos políticos e práticas sociais que intervêm em diferentes locais com a transmissão e transformação do poder... por exemplo, a vida familiar, a sociedade civil, gênero e relações econômicas²⁸ (HALL, 2011, p. 90).

O conceito de ‘articulação’ empregado por Stuart Hall (2011) elucida o processo de posicionamento do indivíduo no interior de uma formação discursiva. No campo teórico do empreendedorismo, por exemplo, pode ser considerado como o desenvolvimento de uma abordagem que possibilita a ampliação do escopo da ação meramente centrada na organização ou no indivíduo, para compreender a ação empreendedora como fruto do sujeito empreendedor (coletivo ou individual) e os instrumentos de imbricamento que possibilitam a ligação da estrutura e da agência empreendedora numa interação dinâmica e que ajuda o sujeito empreendedor no acesso a recursos voltados à ação empreendedora.

O político na condição de categoria de análise permite uma nova forma de olhar para o sujeito, ou seja, o sujeito empreendedor na qualidade de ator político está inserido num campo de articulações (MELLO; CORDEIRO, 2010; PAIVA JÚNIOR et al., 2008; 2006).

Nesse sentido, Thompson (1997, p. 18) acrescenta,

Acredito que essa visão da política como envolvendo a articulação de discursos produz efeitos ideológicos, como ganhar o apoio e consentimento para certas idéias e práticas que sustentam a relação de poder, pode oferecer uma estrutura útil para análise. É particularmente apropriado para situações em que o esforço ideológico é exigido para reconciliar forças e discursos aparentemente divergentes²⁹.

²⁸ Tradução nossa (2014).

²⁹ Idem.

A regulação, então, passa a ser vista sobre o prisma da política pública, chegando às políticas de lazer com as quais possui uma relação estreita em meio às tendências culturais, sociais e econômicas da época (THOMPSON, 1997).

2.2 Os arranjos produtivos locais

Os primeiros estudos referentes às aglomerações de empresas foram publicados por Alfred Marshall, em seu livro intitulado por “Princípios de Economia”, na década de 1920. Em seus estudos, Marshall se interessava, em geral, sobre a localização das indústrias, geralmente relacionadas a condicionantes geográficos, físicos, climáticos, fatores de solo e do mercado consumidor (MARSHALL, 2006).

A partir das primeiras observações apresentadas por Marshall, percebeu-se que oportunidades e ganhos coletivos poderiam ser gerados por intermédio de atividades geograficamente agrupadas. Além disso, essa concentração espacial permitiria o desenvolvimento econômico e a geração de competitividade das empresas e regiões que não poderiam ser adquiridos no formato tradicional (isolado) dos negócios.

O termo “APL” foi criado por uma comissão interministerial do governo brasileiro no ano de 2004, quando se buscava desenvolver políticas públicas direcionadas para as aglomerações de empresas (NORONHA; TURCHI, 2013). Logo, essa ação centrada nos APLs estimula o desenvolvimento regional (Figura 3 (2)) e incentiva os vínculos verticais e horizontais entre as empresas e os atores envolvidos (BERBEL, 2008).

Figura 3 (2)- Os arranjos produtivos locais no Brasil



Fonte: Observatório Brasileiro de APL³⁰ (2013)

³⁰ Mapa disponível na página virtual do Observatório Brasileiro de APLs na Rede Mundial de Computadores: <http://portalapl.ibict.br/#pb>.

Estudos recentes, conforme Kirschbaum et al. (2009, p. 186), definem os APL como “aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, com foco num conjunto específico de atividades econômicas”. Enquanto que Cassiolato e Lastres (2003) corroboram com essa concepção afirmando que esses arranjos são constituídos pela participação e interação entre empresas, clientes, representações, instituições públicas e privadas, conforme indicado na Figura 4 (2).

Figura 4 (2)- Modelo teórico da hélice tríplice



Fonte: Inova Brasil (2010)³¹

A formação de aglomerações produtivas e o estabelecimento das relações de cooperação são compreendidos como fatores relevantes para o desenvolvimento e a geração de inovação. Há mais de 40 anos Sábato e Botana (1968) debatiam o papel que as relações de cooperação e a formação de conglomerados produtivos poderiam exercer no sentido de gerar inovações tecnológicas. Eles sugeriam a incorporação da Ciência e Tecnologia (C&T) neste processo, onde o governo, a iniciativa privada e a infraestrutura científico-tecnológica deveriam interagir. Entretanto, dadas às circunstâncias e as diferenças estruturais de cada parceiro, estas relações de cooperação não estão isentas de conflitos e disputas em seu território.

Por muitos anos, os estudos de aglomerações produtivas vinham sendo reduzidos à formação de cartéis. Mas, com o desencadeamento do processo de globalização, gerou-se o acirramento da concorrência e o surgimento das TIC, onde as pesquisas começaram a investigar outras possibilidades do fenômeno, como os acordos que buscam o fomento à inovação (FREEMAN, 1991).

³¹ Por meio do link: <http://inovabrasil.blogspot.com.br/2010/09/helice-tripla-acoes-articuladas-dao.html>, 2014

Atualmente, o acirramento das economias num plano internacional é considerado um dos principais fatores que têm provocado mudanças no entendimento acerca do papel da universidade no mundo contemporâneo, compreendida por alguns autores como agente de desenvolvimento econômico (LUENGO; OBESO, 2013; ETZKOWITZ, 2008; ETZKOWITZ; LEYDSORFF, 1997; SÁBATO; BOTANA, 1968).

O modelo teórico da Hélice Tríplice [*triple helix*] foi desenvolvido por Etzkowitz e Leydsorff (1997) e acrescentou à universidade, além do tripé ensino-pesquisa-extensão, uma legítima e nova função: a possibilidade de desenvolver a produção de conhecimento ligado aos problemas do setor empresarial, assim como a comercialização dos achados dessa produção.

Figura 5 (2)- Parque tecnológico de Itaipu (PTI)



Fonte: Fucapi (2013)³²

Experiências nesse sentido têm sido desenvolvidas no Brasil, a exemplo do Parque Tecnológico de Itaipu (PTI), criado em 2003, com o objetivo de [re]configurar o território da região trinacional do Iguaçu, compreendida pelo Brasil, Paraguai e Argentina. O PTI (Figura 5) possui uma área de 50 mil m² e envolve cerca de 2 mil pessoas em suas atividades de pesquisas científicas e tecnológicas (PEREIRA et al., 2013). Além disso, o PTI conta com o aporte financeiro do poder público e da iniciativa privada. Até o ano de 2010, atraiu 65 entidades, sendo 26 empresas que produzem um faturamento anual de 3,6 milhões, que,

³² Por meio do link: <http://www.fucapi.br/blog/2013/07/governo-lanca-edital-de-r-640-milhoes-para-parques-tecnologicos/>

somados a outras fontes geradas pelos institutos instalados, perfazem um valor de 42 milhões arrecadados (RIBEIRO, 2010).

Os Arranjos Produtivos Locais estão inseridos em territórios com condições específicas, sendo elas de ordem política, social, cultural, econômica ou físico-espacial, dos quais influenciam no seu desempenho e funcionamento.

Para Kirschbaum et al. (2009, p. 186):

Territórios são espaços delimitados por e a partir de relações de poder, campos de força, teias ou redes de relações sociais, demarcadores das diferenças entre os membros da coletividade e os de fora. São suportes materiais da existência e, simultaneamente, catalisadores de elementos simbólicos, podendo abranger escalas local, regional, nacional e mundial. O conceito de território supera a noção de espaço reduzida a distância, que gera custos de produção e de distribuição maiores ou menores, a depender das distâncias dos mercados de fatores de produção e de consumo.

Ao longo dos últimos anos, existe certa proliferação de estudos acerca dos APLs, especialmente no campo da produção cultural e operação dos bens simbólico-culturais (GUERRA, 2010; RIBEIRO, 2010; LOIOLA; LIMA, 2008; CASSIOLATO; LASTRES, 2003). Dessa forma, a produção cultural passa a ser um dos principais domínios da economia mundial, onde a diversidade cultural e as manifestações culturais locais e regionais se constituem como importantes chaves em um período marcado pela homogeneização crescente de padrões de consumo, paradoxalmente.

Com base no estudo de Bassett, Griffiths e Smith (2002), argumenta-se que as propriedades tecnológicas e organizacionais presentes nos segmentos culturais, com fortes interfaces e consistentes economias externas, reforçam as tendências à aglomeração produtiva. Nesse sentido, Loiola e Ribeiro (2008, p. 6), acrescentam:

- [...] a. Os processos de trabalho requerem mão-de-obra com alto grau especialização flexível, o que foi intensificado com a introdução de tecnologias digitais.
- b. As atividades de produção são geralmente organizadas em aglomerações produtivas de pequenas e médias empresas, as quais são fortemente interdependentes.
- c. Demandam altos níveis de mão de obra local e variadas habilidades de mão-de-obra e geram externalidades positivas. Por exemplo, a produção audiovisual, a atividade teatral ou um museu poderiam estimular o turismo em certa região, recriar hábitos de consumo e criar modas, estimulando outras atividades produtivas.
- d. Seus agentes podem fazer uso de infraestrutura física e de comunicação comuns, difundindo conhecimentos tácitos através de redes de interação, formais e informais.

Portanto, percebe-se que com a proliferação dos estudos acerca da formação e consolidação de APL, sobretudo, dos Arranjos Produtivos Locais Intensivos em Cultura, é que nas teorias tradicionais sobre os APL - influenciados pelas teorias econômicas - a principal relação é a mercadológica, enquanto que nos Arranjos intensivos em cultura, além do aspecto mercadológico, o maior recurso é a capacidade criativa das pessoas.

Isso tem influenciado na [re]definição das estratégias de atuação de alguns Arranjos Produtivos Locais, a exemplo do Porto Digital, que recentemente ampliou o seu escopo de atuação, incorporando setores da economia criativa, como música e audiovisual, por meio da criação do Portomídia - Centro de Empreendedorismo e Tecnologia da Economia Criativa. O Porto Digital emerge como um importante exemplo do que seria um APL no campo da produção simbólica (SILVA et. al., 2013; CICTEC, 2013; SILVA, 2012; OLIVEIRA, 2008; CORRÊA, 2007; PAIVA JR. et al., 2006), ou seja, um sistema de relações intra e interempresas e instituições, englobando aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos, sociais e culturais.

Outro aspecto que corrobora para consolidação desse argumento, acerca da dimensão que os Arranjos intensivos em cultura vêm alcançando, é que, recentemente, o governo brasileiro, por meio do Termo de Cooperação registrado no processo nº 01400.015221/2013-65 em 22 de julho de 2013, firmado entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e o Ministério da Cultura (MinC), especificamente entre a Secretaria do Desenvolvimento da Produção do MDIC e a Secretaria de Economia Criativa do MinC, garante a criação de 27 Arranjos Produtivos Locais Intensivos em Cultura, em cada Unidade da Federação, por meio do desenvolvimento de políticas públicas direcionadas ao fomento dos setores culturais e criativos concentrados nessas localidades (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 2013).

Além disso, o Termo de Cooperação garante a interface entre os Bancos de Dados e Rede Social do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), objetivando a “divulgação, gestão e acompanhamento, e visando o monitoramento dos Planos Estratégicos desses Arranjos Produtivos Locais Intensivos em Cultura” (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 2013, p. 21).

Por intermédio do Edital do Pregão Eletrônico nº 35/2013, lançado pelo MDIC, com base no Termo de Cooperação firmado entre os respectivos Ministérios, no estado de Pernambuco, o APL Coletivo Mata Norte Criativa (conforme Figura 6 (2)) foi selecionado e deverá elaborar o seu respectivo Plano de Desenvolvimento (BRASIL, 2013).

Figura 6 (2)- Lista dos APL selecionados para elaboração dos planos de desenvolvimento

UF	APL	SETOR CRIATIVO
AL	Apl De Turismo Lagoas E Mares Do Sul	Turismo Cultural
AM	Apl De Artesanato Regional	Artesanato
BA	Candeal - Agenda De Fomento A Cultura Musical	Artes de espetáculo: dança, música, circo, teatro
CE	Apl Festejos E Quadrilhas Juninas	Artes de espetáculo: dança, música, circo, teatro
CE	Arranjo Produtivo Local De Moda Íntima De Frecherinha	Moda
CE	Território Turístico Cultural Do Maciço De Baturité	Turismo Cultural
DF	Apl Marca Brasília	Artesanato
ES	Corredor Nestor Gomes	Arte Digital
GO	Apl Teares Do Xixa	Artesanato
GO	Audiovisual De Goiânia	Audiovisual, incluindo jogos eletrônicos
MG	Apl De Gemas E Artefatos De Pedra De Teófilo Otoni	Artesanato
MG	Polo Audiovisual Da Zona Da Mata De Minas Gerais	Audiovisual, incluindo jogos eletrônicos
MS	Apl Do Turismo Da Rota Pantanal Bonito	Turismo Cultural
MT	Apl Da Economia Criativa Vale Do Rio Cuiabá	Turismo Cultural
PA	Espaço São José Liberto - Apl De Moda E Design	Moda
PE	Coletivo Mata Norte Criativa	Artesanato
PR	Apl De Bonés De Apucarana	Moda
RJ	Apl De Confecções E Moda Leste Fluminense	Moda
RJ	Apl Moda Noite	Moda
RN	Audiovisual	Audiovisual, incluindo jogos eletrônicos
RO	Apl Do Artesanato De Rondônia	Artesanato
RS	Apl De Jogos Digitais	Audiovisual, incluindo jogos eletrônicos
SC	Catarina Criativa	Artesanato
SE	Arranjo Produtivo Local Intensivo De Cultura Do Município De São Cristóvão	Artes de espetáculo: dança, música, circo, teatro
SP	Apl Design, Audiovisual E Economia Criativa	Design
SP	Arranjo Produtivo Cultural Caipira	Artesanato
TO	Associação Dos Artesões Do Capim Dourado Pontealtense	Artesanato

Fonte: Brasil (2013)

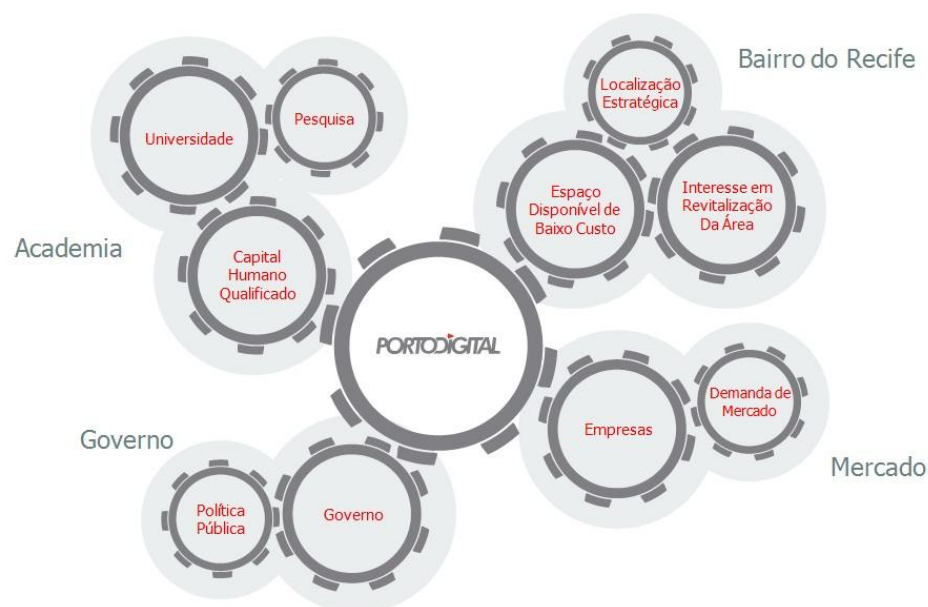
Nesse contexto dos APL, especialmente aqueles intensivos em cultura, cabe salientar que, apesar dos avanços conquistados, ainda carecem de políticas institucionalizadas, solidificadas na viabilização da capacidade competitiva desses espaços produtivos, com a inserção produtiva e o aumento da competitividade, além da atuação, formação e o desenvolvimento da capacidade criativa das pessoas.

As ações relacionadas ao fomento da economia criativa no Brasil têm por objetivo a superação das desigualdades das regiões menos favorecidas, por meio do adensamento da produção em APL que buscam viabilizar o respectivo desenvolvimento econômico a partir da incorporação da tecnologia, inovação, cooperação, do acesso aos mercados, aos eixos logísticos, e a educação das populações presentes ao redor desses (BRASIL, 2013).

3 Contextualizando o Caso: O Portomídia

O Arranjo Produtivo de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e Economia Criativa, denominado Porto Digital, constitui uma rede colaborativa complexa, como ilustra a Figura 7 (3), onde os agentes empreendedores se articulam com outros interagentes, no seu ambiente, buscando produzir bens simbólicos (SILVA et al., 2013; CORRÊA, 2007; PAIVA JR. et al., 2006).

Figura 7 (3)- Estrutura de governança do Porto Digital



Fonte: Porto Digital (2012)

Em treze anos de atuação, o Porto Digital vem se consolidando como um dos principais Parques Tecnológicos do País, destacando-se os investimentos proporcionados na melhoria dos processos de desenvolvimento de *softwares*, que propiciaram a instalação de dezenas de empresas do setor de TIC (PORTO DIGITAL, 2013; SILVA et al., 2013; PAIVA JR. et al., 2006).

O Porto Digital surgiu da articulação de caráter empreendedor de vários atores, de acordo com o ilustrado pela Figura 8 (3), entre eles: o governo do estado de Pernambuco, o Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife (CESAR), o Centro de Informática da Universidade Federal de Pernambuco (CIn/UFPE), além de outros órgãos e empresas privadas do setor de tecnologia da região visando o desenvolvimento econômico e social do

estado de Pernambuco e tendo como ferramenta o setor da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) (PAIVA JR, et al., 2006, p. 8).

Figura 8 (30)- Área de abrangência e governança do Porto Digital



Fonte: Cictec (2013)

O Porto Digital possui 230 empresas, representadas por meio das empresas de *softwares* e serviços de TIC, empresas incubadas, empresas de economia criativa e empresas que prestam serviços às empresas de TIC, que somadas geraram um faturamento anual de R\$1 bilhão de reais. Além disso, o arranjo conta com 7.055 colaboradores, e desses, 75% possuem o Ensino Superior. O *cluster* é composto, em sua maioria, por pequenas e médias empresas, porém, empreendimentos multinacionais como a Motorola, IBM, Samsung e Microsoft também estão presentes no polo (PORTO DIGITAL, 2013; 2010; CICTEC, 2013).

Em 2011, por meio da Lei Municipal do Recife nº 17.762, o Porto Digital anunciou a sua expansão territorial para o quadrilátero que circunda ao leste pela Rua da Aurora, nos trechos entre as avenidas Norte e Mário Melo; ao sul pela Mário Melo, até o cruzamento com a Cruz Cabugá; ao oeste pela Cruz Cabugá, nos trechos entre a Avenida Norte e Mário Melo; e ao norte pela Avenida Norte até a Cruz Cabugá, no bairro de Santo Amaro, assim como obteve a concessão de um programa de benefícios fiscais aos estabelecimentos que se instalem no arranjo e expandiu o seu escopo de atuação passando a incorporar os setores da Economia Criativa: multimídia, *games*, cinema, design, música e fotografia (PORTO DIGITAL, 2013; CICTEC, 2013; SILVA, 2012).

Com isso, a região de Santo Amaro também passa a ser contemplada com os benefícios fiscais voltados para as empresas que se instalam no território do Porto Digital, que passou a incorporar ao seu território o Quadrilátero da Rua da Aurora, composto pela área delimitada entre a Rua da Aurora, Av. Mário Melo, Av. Cruz Cabugá e Avenida Norte (PORTO DIGITAL, 2013, p.1).

Para tanto, o Porto Digital elaborou sua própria estratégia de expansão para a economia criativa, sendo ela (CICTEC, 2013; PORTO DIGITAL, 2013):

- a) **a motivação:** assegurar novas perspectivas de ampliação do Porto Digital a partir da integração com outros setores intensivos em TIC e com forte potencial de crescimento;
- b) **o propósito:** contribuir para a estruturação de um polo de economia criativa internacionalmente relevante na cidade do Recife; e,
- c) **a ação:** o PORTOMÍDIA - Centro de Empreendedorismo e Tecnologias da Economia Criativa.

A estratégia de expansão do Porto Digital soma-se a um conjunto de iniciativas que vem se configurando na Cidade do Recife nas últimas décadas, visando o desenvolvimento e a dinamização da economia da cidade. Acrescenta-se a estas iniciativas, a realização da pesquisa “**Cadeias Produtivas Seleccionadas no Recife**”, realizada pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE, 2011), que teve como objetivo principal contribuir para o estabelecimento de uma nova dinâmica na economia recifense, além de desenvolver a inovação tecnológica nas principais cadeias produtivas da Cidade.

O estudo do CGEE (2011) se debruçou sob duas abordagens importantes e sequenciadas: primeiramente, ele corroborou para a compreensão acerca da dinâmica da realidade socioeconômica e científico-tecnológica do Recife, além da formulação de cenários alternativos do futuro da Cidade. Em um segundo momento, ele possibilitou o estudo aprofundado de três cadeias produtivas seleccionadas que obtiveram destaque na pesquisa geral da cidade, sendo elas: **a) Indústria de equipamentos elétricos, eletrônicos e aparelhos médico-hospitalares; b) Indústria fármaco-química, farmacêutica e radio-fármacos; c) Indústria Criativa.**

A identificação dessas três cadeias produtivas permitiu uma análise acerca das principais oportunidades de negócios que se apresentam, assim como possibilitou uma compreensão aprofundada acerca dos possíveis estrangulamentos tecnológicos que podem emperrar o seu aproveitamento. Nesse sentido, a pesquisa apresenta recomendações e proposições para a consolidação dessas cadeias produtivas na economia recifense.

Outra importante iniciativa que se soma a esse conjunto de esforços que visam dinamização da economia recifense, sobretudo acerca da consolidação de um polo de economia criativa regional, foi o relatório “**Modelagem Conceitual e Planejamento de Cenários do Polo de Produção de Conteúdo Cultural de Pernambuco**” elaborado pela Oremi e Mega Consultores (2010). Esse relatório teve como objetivo principal:

dar suporte aos atores envolvidos com Polo para a elaboração do seu desenho institucional e organizacional, definição das estratégias para sua organização e funcionamento, assim como a estruturação do seu plano de implantação, considerando as institucionalidades, as organizações e o território onde se localizará (OREMI E MEGA CONSULTORES, 2010, p. 5).

E como objetivos específicos:

- a) Consolidar o entendimento dos diversos atores envolvidos com o Polo sobre as questões-chave que necessitam ser equacionadas para construir condições de viabilidade para o projeto;
- b) Realizar a análise de cenários para o Polo e construir sua agenda estratégica;
- c) Construir coletivamente o modelo conceitual e organizacional do Polo e o modelo de governança; e,
- d) Construir e priorizar ações estratégicas estruturantes, bem como o arranjo organizacional para o seu desenvolvimento (OREMI E MEGA CONSULTORES, 2010, p. 5).

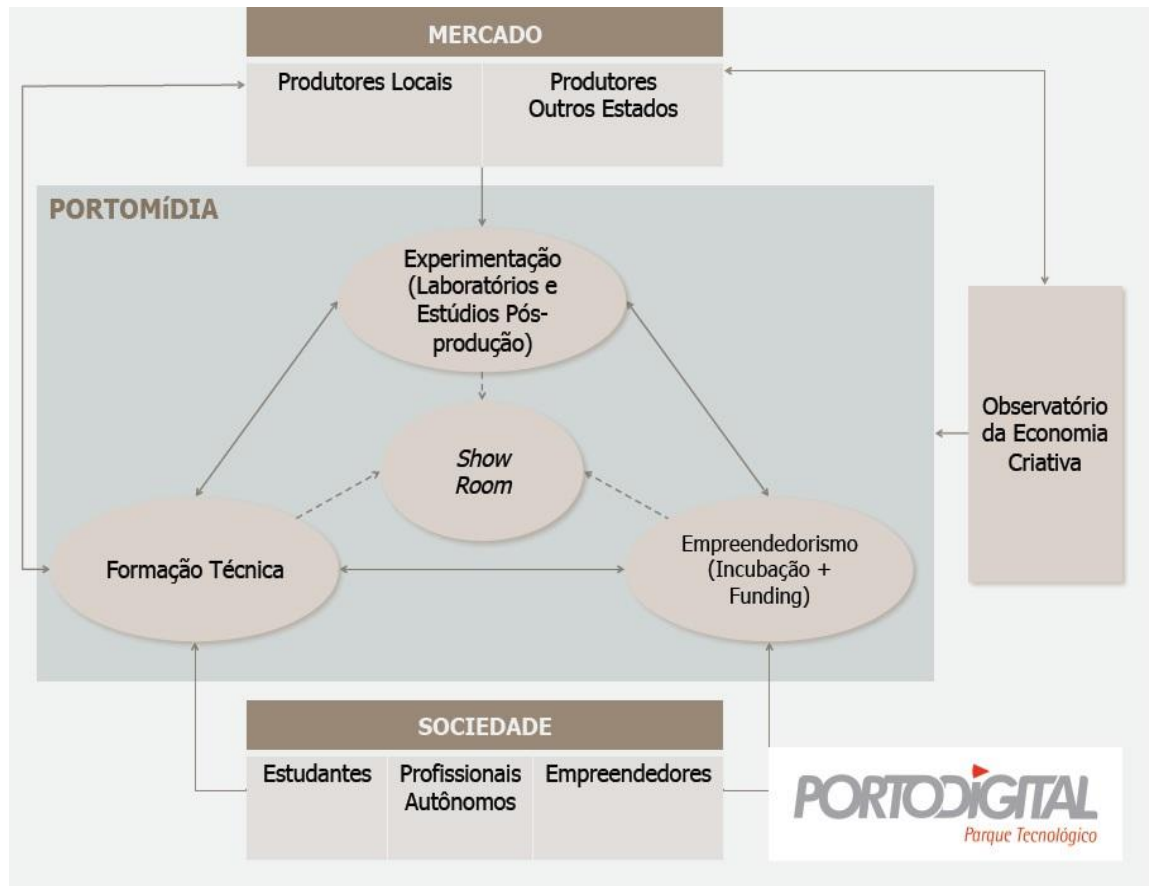
Para a sua efetiva elaboração, o relatório utilizou-se de três métodos para a realização da coleta, crítica e tratamento das informações reunidas, foram eles: a) entrevistas em profundidade (onde foram entrevistados 12 profissionais relacionados às indústrias culturais em Pernambuco e no Rio de Janeiro); b) oficinas de trabalho participativo (foram realizadas três oficinas de trabalho com a participação de representações de diversos segmentos) e; c) trabalho de mesa (realização das consolidações dos resultados obtidos em cada etapa do trabalho e a organização do relatório final) (OREMI e MEGA, 2010).

Os resultados colhidos por este relatório representaram um esforço coletivo e amplo que teve como intuito a construção de um projeto de desenvolvimento local sustentável, assim como um Polo de Produção de Conteúdo Cultural.

A partir desse conjunto de iniciativas empreendidas, somadas às iniciativas dos atores que compõem o Porto Digital, gerou-se o processo de expansão territorial e do escopo de atuação do APL de TIC pernambucano, que agora passa a incorporar alguns setores da Economia Criativa em sua estrutura. Tal [re]conversão se materializou na criação do

Portomídia (Figura 9 (3)) - Centro de Empreendedorismo e Tecnologia da Economia Criativa (CICTEC, 2013; PORTO DIGITAL, 2013).

Figura 9 (3)- O Portomídia



Fonte: Cictec (2013)

São pilares do Portomídia: a educação (por meio da capacitação e da qualificação prática); a experimentação (tecnologia de ponta para o suporte à criação por meio dos estúdios e laboratórios); o empreendedorismo (incubação, formação empreendedora e o *funding*); por fim, a exibição (galeria de artes digitais, com foco permanente na produção local) (CICTEC, 2013; PORTO DIGITAL, 2013).

Em 2013, foi divulgada a lista dos primeiros projetos aprovados, como ilustra a Figura 10 (3), de empreendimentos da economia criativa no Porto Digital, por meio do Portomídia (PORTO DIGITAL, 2013). Esses projetos já se encontram em fase de desenvolvimento, onde, dos 9 (nove) empreendimentos selecionados, apenas 6 (seis) continuaram os 12 (doze) meses finais de incubação, para que possam ser embarcados no Porto Digital.

Figura 10 (3)- Projetos aprovados para incubação no Portomídia

LISTA FINAL DE PROJETOS APROVADOS (em ordem alfabética)	
PROJETOS	
JOGOS PARA TREINAMENTOS EMPRESARIAIS	
MEUCACHÊ.COM	
MOBILIS	
MR PLOT	
MUDCRAB STUDIO	
PORTAL DO ARTISTA	
PROJETO FOX	
SINAPP-SLIDER	
VENDA FÁCIL	

LISTA FINAL DE PROJETOS EM REMANEJAMENTO (em ordem de classificação)	
PROJETOS	
SHEEP BOOKS	
VISTA	
C'MON!	
AUDIOVISUAL É O NEGÓCIO	
BUREAU DISRUPTIVO	
LIFE UP	

Fonte: Porto Digital (2013)

Os primeiros empreendimentos selecionados pelo Portomídia atuam nas seguintes áreas (PORTO DIGITAL, 2013):

- a) **Jogos para treinamentos empresariais:** criação de um conjunto de jogos com a intenção de fomentar o treinamento de profissionais para a indústria turística visando a Copa 2014;
- b) **Meu cachê.com:** desenvolveu um sistema de informação baseado na web para a gestão da carreira musical;
- c) **mobilis:** tem como proposta a criação de espaços alternativos móveis para a exibição de conteúdos digitais interativos visando comunidades e localidades de difícil acesso;
- d) **Mr. Plot:** desenvolve mídias inovadoras direcionadas ao público infantil. Seus produtos são criados a partir da incorporação de conteúdos educativos com alto valor agregado de *design*;
- e) **Mudcrab Studio:** empresa especializada na produção de jogos eletrônicos no gênero “MOTA” (*Multiplayer Online Tactics Arena*, ou Jogo de combate tático para múltiplos jogadores online);
- f) **portal do artista:** tem por objetivo construir o maior acervo humano/artístico e cultural do Brasil, buscando fomentar oportunidade para diversos segmentos, numa espécie de “*Linkedin Cultural*”;

- g) **projeto fox**: desenvolvimento de um sistema de relacionamento que promova a interface entre moda, design, telecomunicação e internet, no intuito de fomentar o comércio de camisas exclusivas;
- h) **sinapp-slider**: tem como principal objetivo o desenvolvimento de um aplicativo web para a criação de apresentações, com recursos audiovisuais animados, biblioteca de elementos, com base em movimento e interatividade; e
- i) **venda fácil**: jogo digital que auxilia na capacitação profissional visando o processo de vendas em ambiente web, direcionados aos profissionais de vendas de automóveis das redes de concessionárias.

As empresas selecionadas pelo Porto Digital passam por um período de 18 (dezoito) meses em incubação. Nesse período, conforme é descrito no edital da Chamada Pública para a Incubação de Startups no Porto Digital - CP 01/2014 (PORTO DIGITAL, 2014), as empresas incubadas passam por uma fase, compreendida em etapas, denominada de “graduação”, buscando ao final dessas etapas o acesso a sua sede própria (Figura 11 (3)). Para tanto, as empresas interessadas deverão aderir ao contrato que estabelece os critérios de participação, bem como a formalização do embarque ao Porto Digital.

Figura 11 (3)- Representação gráfica do processo de incubação e apoio a startups



Fonte: Porto Digital (2014)

Nessa fase, a empresa graduada poderá ter acesso a serviços de valor agregado, conforme suas demandas e a possibilidades existentes no portfólio do Porto Digital, tais como: “assessorias, consultorias, mentorias, suporte para participação em eventos nacionais e internacionais, dentre outros” (PORTO DIGITAL, 2013, p. 7). Entretanto, semestralmente, as empresas em graduação deverão apresentar informações por ventura requeridas e os seus respectivos balanços para um Comitê Interno de Avaliação que poderá fazer ressalvas e considerações a respeito do andamento do negócio.

Em 2014, o Porto Digital realizou uma nova **Chamada Pública Unificada para Incubação de Startups - CP 01/2014**, onde foram aprovados novos projetos de *startups* para atuar nas áreas estabelecidas pelas incubadoras Cais do Porto e do Portomídia, ambas pertencentes ao Porto Digital (2014). Na incubadora do Portomídia foram aprovados 8 (oito) projetos, conforme é descrito abaixo na Figura 12 (3).

Figura 12 (3)- Projetos aprovados para incubação no Portomídia na CP 01/2014

Portomídia	AmpLoud	APROVADA
Portomídia	Axis - Cinema e audiovisual	APROVADA
Portomídia	Animeco - Cinema de Animação	APROVADA
Portomídia	Muma	APROVADA
Portomídia	Blackzebra Toys	APROVADA
Portomídia	Anuraki Studios	APROVADA
Portomídia	Colore Estampas	APROVADA
Portomídia	Les Petits2	APROVADA

Fonte: Porto Digital (2014)

Essas empresas selecionadas na CP 01/2014 ficarão incubadas por 18 meses, tendo à disposição, no caso daquelas selecionadas pela incubadora do Portomídia, os seguintes serviços: salas de treinamento, galeria de artes digitais e laboratórios de experimentação, prototipagem e finalização de seus respectivos produtos (PORTO DIGITAL, 2014).

4 Trilha de Investigação

Os procedimentos que serão apresentados a seguir esclarecem o método de pesquisa que foi utilizado para responder as indagações deste estudo, que consideraram a motivação em compreender como atuam as possíveis tensões desenvolvidas no processo de regulação cultural em meio à [re]conversão de um Arranjo Produtivo Local (APL). Nesse caso, desvela como ocorreu o processo regulatório de expansão do escopo de atuação do Porto Digital, que culminou na criação de um novo *cluster*, denominado Portomídia.

Constituem esta seção as seguintes demarcações: o tipo e natureza da pesquisa; a estratégia de investigação; a descrição do método de pesquisa; o plano de coleta de dados e a construção do *corpus*; análise e interpretação dos dados e; os critérios e formas de validação.

4.1 Tipo e natureza da pesquisa

A questão epistemológica relaciona-se ao conhecimento e como ele poderá ser apreendido, de modo que a presente pesquisa adotará uma abordagem interpretativista, na qual concebe a realidade como uma construção social, onde o conhecimento é relativo e só poderá ser compreendido do ponto de vista dos indivíduos que estejam extremamente envolvidos (BAUER; GASKELL, 2008).

A abordagem interpretativista defende suposições de mundo do ponto de vista daqueles que o vivenciam, descrevendo como os múltiplos e variados significados, desenvolvidos por indivíduos ou grupos distintos, produzem e sustentam um senso de verdade (SCHWANDT, 2006; GEPHART Jr., 2004).

A pesquisa qualitativa é descrita por Creswell (2010, p.26) como “um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano”. O processo de pesquisa envolve diversas formas de representação - entrevistas, fotografias e registros filmicos, notas de campo - onde o pesquisador apresenta, a partir da análise indutiva dos dados tipicamente coletados, a voz dos participantes de um referido contexto ou problema específico, sendo sensível com relação às interações que ocorrem no decorrer do estudo (FLICK, 2009; CRESWELL, 2007; DENZIN; LINCOLN, 2006; MARCONI; LAKATOS, 2004).

Este estudo é de natureza qualitativa por considerar ser mais adequado estudar como agem as possíveis tensões desenvolvidas no processo de regulação cultural em meio à [re]conversão de um Arranjo Produtivo Local (APL), ou seja, compreender como ocorreu o processo regulatório de expansão do escopo de atuação do Porto Digital, que culminou na criação de um novo *cluster*, denominado Portomídia. Procurou-se interpretar o fenômeno em termos dos significados que os indivíduos entrevistados a eles conferiram (DENZIN; LINCOLN, 2006).

4.2 Estratégia de investigação

A partir do posicionamento epistemológico, é definida a estratégia de investigação que será adotada. Na pesquisa qualitativa, existem determinadas linhas de estratégias de investigação e uma extensa possibilidade de métodos de pesquisas que influenciarão inteiramente na escolha das técnicas de coleta e análise dos dados que serão utilizadas (GODOI, 2010).

Quanto à estratégia, este estudo optará pelo estudo de caso, compreendido em um sentido amplo, conforme nos descreve John W. Creswell (2010, p.38):

[...] uma estratégia de investigação em que o pesquisador explora profundamente um programa, um evento, uma atividade, um processo ou um ou mais indivíduos. Os casos são relacionados pelo tempo e pela atividade, e os pesquisadores coletam informações detalhadas usando vários procedimentos de coleta de dados durante um período de tempo prolongado.

A aplicação do estudo de caso como estratégia de investigação tornar-se-á apropriada pelas condições contextuais serem extremamente pertinentes para compreender o fenômeno a ser estudado: o processo de regulação cultural na [re]conversão de um Arranjo Produtivo Local no campo da Economia Criativa. Fenômeno e contexto estão tão interligados nesse caso, que se torna difícil discernir os dois na situação real.

Entre as diversas variações de estudo de caso, esta pesquisa será caracterizada como um estudo de caso único incorporado. Conforme Yin (2005), ocorrerá quando dentro de um caso único dar-se-á atenção a várias subunidades. Será considerado como o caso do estudo o Porto Digital, especificamente o Portomídia - ligado ao desenvolvimento de setores da Economia Criativa -, e como subunidades as empresas que atuem no desenvolvimento das TICs e Economia Criativa no Porto Digital, embarcadas no Portomídia.

Os estudos de caso, no âmbito da administração, são práticas comuns, entretanto, em algumas temáticas, a abordagem naturalista de Robert Stake (1979; 1999; 2000; 2005; 2006)

poderá fornecer subsídios importantes para a solução de problemas. Isso poderá ocorrer, por exemplo, na análise dos processos de adoção, difusão e uso das NTIC pelos seus diversos usuários, bem como a forma pela qual esta influencia no desenvolvimento econômico e social.

4.3 Método de pesquisa

Esclarecemos que para a construção da presente pesquisa adotou-se, como inspiração, o método de Estudo de Caso elaborado por Robert Stake (2000), pela necessidade em se trabalhar, nos estudos interpretativos, a utilização de um método de estudo de caso mais apropriado.

No trabalho de campo, algumas considerações precisarão ser observadas. Nesse sentido, Stake (2000) apresenta algumas preocupações, tais como a seleção do caso ou dos casos, bem como o acesso aos mesmos, a interatividade do caso com o seu contexto, a equipe de pesquisadores que conduz o estudo, além de problemas éticos que deverão ser analisados.

Em relação à seleção do caso que será analisado, deverá ser levada em consideração a representatividade do fenômeno a ser estudado, se o mesmo permite um acúmulo de conhecimento e se existe um acesso para o desenvolvimento do trabalho (STAKE, 2005; 2006). Nesse caso, serão analisados os processos de regulação cultural na [re]conversão de um Arranjo Produtivo Local no campo da Economia Criativa, que culminou na criação do novo *cluster*, o Portomídia - Centro de Empreendedorismo e Tecnologia da Economia Criativa.

O estudo de caso qualitativo procura apreender acerca desta complexidade existente na relação de interação que ocorre nas mais variadas situações, das quais dificilmente poderiam ser entendidas nos estudos de cunho quantitativo (STAKE, 2005). Nesse sentido, o presente estudo buscará compreender como ocorre o processo de regulação cultural na expansão de escopo e território de um Arranjo Produtivo Local no campo da Economia Criativa.

A busca por se construir uma representação fidedigna das experiências do pesquisador é uma das observações mais frequentes da visão de estudo de caso difundida pela abordagem naturalista de Robert Stake. Por isso, ele apresenta o trabalho experiente de uma equipe como um fator que auxilia no desenvolvimento pleno da pesquisa (STAKE, 2006). Outra consideração do trabalho de campo tem a ver com as questões éticas em se tratando do acesso a informações, exposições das pessoas e interpretações coerentes dessas informações (STAKE, 2005).

4.3.1 Plano de coleta de dados e construção do *corpus*

Em se tratando do método no momento da construção do plano de coleta de dados e do *corpus* da pesquisa, optou-se pelo método da observação, por esta ser considerada um fator extremamente significativo para se atingir melhor entendimento do caso (LINCOLN; GUBA, 1985). No estudo de caso, o estabelecimento de uma relação entre dada situação é realizado por meio da aplicação dos métodos de coleta de dados observacionais diretos ou indiretos.

No método observacional direto, existe uma aproximação maior do pesquisador com o contexto estudado, a fim de identificar os fatores que corroboram para o entendimento do caso. Em relação ao método observacional indireto, o mesmo poderá ser adotado quando não inexistir a possibilidade de o pesquisador estar presente na situação, sendo necessário aplicar o método indireto onde os dados serão alcançados por meio de indivíduos presentes na atividade estudada (STAKE, 2006). Ressaltamos que a utilização da observação possibilitará uma análise mais aprofundada do fenômeno a ser estudado.

Outro aspecto significativo para os estudos de caso qualitativos são as entrevistas (conforme Quadro 2 (4)). Estas permitem ao pesquisador uma visão maior dos acontecimentos que não puderam ser presenciados (STAKE, 1995). Para Creswell (2010, p.214) “essas entrevistas envolvem questões não estruturadas e em geral abertas, [...] e se destinam a suscitar concepções e opiniões dos participantes”. Portanto, o presente estudo adotará como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada, também conhecida por entrevista semiaberta.

Quadro 2 (4)- Instituições e empresas a serem pesquisadas no estudo

Cod.	Instituição/Empresa	Entrevistado	Posição
E1	CIN/UFPE	Geber Ramalho	Professor
E2	Hub Criativo	Edgar Andrade	Sócio-fundador
E3	Porto Marinho	Cláudio Marinho	Fundador
E4	Instituto Delta Zero	Tarciana Portela*	Conselho Consultivo
E5	Gapuia – Cultura, Turismo e Comunicação	Tarciana Portela*	Sócio-fundadora
E6	Núcleo de Gestão do Porto Digital	Francisco Saboya	Presidente
E7	SECTEC/PE	José Bertotti	Secretário

Fonte: Produção própria (2014)

* Nos casos indicados foi realizada apenas uma entrevista, mas procurou-se captar dados referentes a ambas as instituições.

Além de tais procedimentos, o pesquisador poderá acessar documentos oficiais, relatórios, leis e demais publicações, a fim de se encontrar dados que contribuam para melhor observação do caso estudado (STAKE, 1995), além de materiais audiovisuais (CRESWELL, 2010). A pesquisa em registros é válida, pois por meio dela poderão ser obtidos informações e detalhes importantes para o estudo realizado.

Como meio para guiar a coleta de dados e nortear os leitores acerca dos objetivos e lócus investigativo do estudo, foi desenvolvido o Protocolo de Pesquisa (Apêndice A).

Por fim, para a etapa da codificação das entrevistas, foi utilizado o *software* de análise de dados qualitativos NVivo, na sua versão 10, por meio da aquisição da licença de uso com fins estudantis do aplicativo, contribuindo para o processo de categorização e enumeração temática (SILVA, 2012). A escolha do *software* NVivo se deu pelo fato de o mesmo estar classificado como um dos “tipos de ferramentas de apoio à análise de dados em pesquisa qualitativa, [classificado como um dos] *softwares* para geração de teoria”, conforme descreveu Lage (2011, p.201).

4.3.1.1 Análise e interpretação dos dados

A análise e interpretação dos dados no estudo de caso naturalista se dão por meio da interpretação subjetiva dos registros efetivados, buscando identificar os significados nas observações realizadas no decorrer do processo de pesquisa.

Essa interpretação estabelecer-se-á nas relações em que os indivíduos consigam enxergar, nos diversos fatores que constituem o caso, o que requer uma análise aprofundada dos registros efetuados no decorrer da pesquisa. Stake (1999) fornece dois meios de conferir sentido aos dados em um estudo de caso único: a interpretação direta - fatos específicos e técnica comum em casos intrínsecos; e a agregação categorial - diversos fatos corroboram para que se alcance uma conclusão.

No entanto, como forma de aprofundar os conhecimentos acerca do manuseio dos dados extraídos, serão levados em conta os estudos reunidos por Tesch (1990).

Seja durante ou ao término do processo de interpretação, serão iniciados os procedimentos de triangulação e validação, buscando excluir possíveis interpretações equivocadas (GASKELL; BAUER, 2002; STAKE, 1999).

4.3.2 Critérios e formas de validação

A utilização dessa técnica tanto por meio de validade quanto de confiabilidade constituir-se-á na descrição mais elucidativa do fenômeno a ser estudado por meio da convergência (PATTON, 2002). Portanto, “a triangulação é uma estratégia de pesquisa de validação convergente tanto de métodos múltiplos quanto de multi tratamentos dos dados relativos a um mesmo fenômeno” (PAIVA JR. et al., 2011, p.196).

As tipologias nos procedimentos de triangulação, conforme Denzin (2009), que poderão ser utilizadas são a triangulação de fontes de dados, baseada na utilização de diversas fontes de informação e a triangulação de investigadores, que sugere que mais de um pesquisador possa analisar os mesmos dados. Esta pesquisa contará com o apoio de estudiosos e pesquisadores que compõem o *Lócus* de Investigação em Economia Criativa da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), a triangulação de métodos, a qual se refere à utilização de dois ou mais métodos de pesquisa, e a triangulação da teoria, que submete os achados ao escrutínio teórico.

5 Apresentação e Discussão dos Resultados

Neste capítulo, inicialmente, delinearemos acerca da evolução do conceito da Economia Criativa, bem como abordaremos o contexto econômico, social e cultural no qual se situa o referido objeto estudado. Em seguida, serão apresentadas as evidências empíricas coletadas por meio das entrevistas realizadas com os principais atores e referências do Arranjo Produtivo de TIC e Economia Criativa de Pernambuco, denominado de Porto Digital, buscando compreender aspectos relacionados a como ocorreu o processo de regulação em sua estratégia de expansão; como se constituem as suas respectivas relações de poder; e as práticas discursivas emergentes.

Esta seção está estruturada em três partes que buscam desvelar como ocorre o processo de regulação cultural de um Arranjo Produtivo Local (APL), sob o ponto de vista da articulação entre os Poderes Institucional, Econômico e Subjetivo, apresentados pela teoria da Regulação Cultural elaborada por Thompson (1997), articulada junto ao Circuito da Cultura de Du Gay et al. (1997^a).

5.1 Economia criativa: um conceito em evolução

Embora a economia criativa venha sendo globalmente debatida, defini-la ainda é um processo em construção, pelo fato de estar associada a contextos culturais, econômicos, políticos e sociais distintos. No entanto, Reis (2008, p.09) sugere três pilares essenciais para se compreender o *lócus* de atuação da economia criativa: “uma produção que valoriza singularidade, o simbólico e aquilo que é intangível: a criatividade”.

O conceito da economia criativa surgiu nos anos 1990, a partir do termo “indústrias criativas”, proposto pelo relatório “*Nação Criativa*”, desenvolvido pelo Governo da Austrália, referindo-se àquelas indústrias fundamentadas na criatividade, na competência e nos talentos individuais. Tais indústrias representam um grande potencial na geração de riquezas, trabalhos e empregos por meio da criação e exploração da propriedade intelectual (AUSTRALIAN GOVERNMENT, 2013; UNESCO, 2006; SMITH, 1998).

Essas indústrias [criativas] têm a criatividade como fator essencial, a considerar que “as indústrias criativas destacam-se das demais pela sua ênfase na dimensão simbólica” (WOOD Jr. et al., 2009, p. xiii).

Entre os setores mais criativos dessas indústrias, compreendem-se:

[...] atividades relacionadas a teatro, cinema, arquitetura, mercado de artes e antiguidades, artesanato, design, design de moda, *softwares* interativos para lazer, música, indústria editorial, rádio, TV, museus, galerias e as atividades vinculadas às tradições culturais” (WOOD Jr. et al, 2009, p. xiii).

As indústrias criativas são consideradas agentes de desenvolvimento econômico relacionado à virada cultural^{viii} ocorrida no final do século XX, que versa acerca das mudanças sucedidas nos valores culturais e sociais. Conforme argumenta Bendassolli et al. (2009), a ascensão da Sociedade do Conhecimento está intimamente vinculada à transição da Sociedade Industrial para a Sociedade Pós-industrial, em que mudanças profundas geraram alterações no sistema econômico contemporâneo, passando de uma economia fundamentada em capital e trabalho e centrada na produção em massa, para uma economia que tem como base principal o capital intelectual, centrado no indivíduo e na sua capacidade de construir redes e difundir o conhecimento.

A expressão “economia criativa”³³ só apareceu em 2001, quando John Howkins elaborou uma obra denominada “*The Creative Economy: How People Make Money From Ideas*”, que abordava o relacionamento entre criatividade e economia (HOWKINS, 2001). Howkins (2001 *apud* UNCTAD, 2013, p.09) afirma que o desenvolvimento da “criatividade não é uma coisa nova e nem a economia o é, mas o que é nova é a natureza e a extensão da relação entre elas e a forma como combinam para criar extraordinário valor e riqueza”. O autor destaca a “economia criativa” (Figura 13 (5)) de forma amplificada, abrangendo 15 indústrias criativas, a exemplo da indústria das artes e do campo da ciência e tecnologia.

³³ Yúdice (2006) potencializa essa discussão, afirmando que a economia criativa (ou economia cultural) é um termo que funda as tendências artísticas e as iniciativas para promover a utilidade sociopolítica e econômica.

alternativos para o desenvolvimento desses países pela absorção de talentos e criatividade neles existentes.

De acordo com os estudos da UNCTAD (2013) e da Pricewaterhouse Coopers (2008), a economia criativa movimenta no mundo cerca de US\$ 2,2 trilhão por ano. O crescimento da produção criativa pelo mundo se estabelece na medida em que um determinado contexto urbano é alvo das aglomerações de empresas com tais características (SCOTT; POWER, 2004), ou seja, a proximidade, a troca de informações e experiências, a geração de inovação, são alguns dos frutos que essas aglomerações de negócios criativos (*clusters* e Arranjos Produtivos Locais) possibilitam.

Ao se agruparem, as empresas serão capazes de economizar em suas interligações espaciais, obter as múltiplas vantagens dos mercados de trabalho concentrados de forma espacial, conectar-se ao abundante fluxo de informações e potenciais inovadores que se faz presente sempre que muitos produtores com especialidades diferentes e complementares se reúnem, e assim por diante (SCOTT, 2005 apud UNCTAD, 2013, p. 16-17).

Em geral, os aglomerados de negócios criativos poderão surgir em qualquer lugar, desde que sejam viabilizadas as condições para a estruturação de um determinado grupo criativo. Conforme a UNCTAD (2013, p.17) argumenta, a tendência é de que haja uma convergência entre grupos distintos, estabelecidos pelos empreendimentos criativos que estão abarcados com as áreas criativas (a exemplo da música, cinema, artes visuais, moda e design), a qual “reflete as interações econômicas, sociais e culturais que se desenvolvem entre as empresas e que se tornam essenciais para sua sobrevivência e seu crescimento”.

Diante desse contexto internacional e, em se tratando do desenvolvimento da economia criativa no Brasil, Florida (2011, p. ix-xi) afirma que a classe criativa brasileira representa 20% da força total de trabalho, o que significa um número aproximado de 18 milhões de pessoas. Os Índices Globais de Criatividade^{ix} elaborados em sua recente pesquisa constataam a liderança do Brasil em termos de tecnologia (líder na América Latina) e em termos de tolerância (primeiro colocado entre os países dos BRICS e líder na América Latina).

Entretanto, com relação aos gargalos e entraves para o desenvolvimento criativo brasileiro, os Índices Globais de Criatividade apontam que, em termos de talentos, o país ocupa o 81º lugar geral (segundo entre os países dos BRICS), porém está bem abaixo de outras potências econômicas latino-americanas, como a Venezuela, que ocupa a 46ª; a Argentina, em 40º; e o México, em 80º (FLORIDA, 2011).

Acrescenta-se a isso o baixo investimento em negócios dessa natureza, a necessidade de se investir na capacitação dos atores envolvidos nas cadeias produtivas de bens e serviços criativos - “agentes cuja atuação exige visão de mercado, de gestão de negócios e de conhecimentos técnicos e artísticos”, além da pouca infraestrutura no que tange à distribuição e difusão desses bens e serviços criativos (LEITÃO et al., 2011, p.159).

Somadas às concepções de desenvolvimento, tais demandas reforçam o papel estratégico que as regiões e cidades acabam possuindo, pois são territórios onde se aglomeram as pessoas, em ambientes onde tal coletividade poderá materializar suas buscas por melhores condições de *habitat* e qualidade de vida (LEITÃO et al., 2011, p.161). Por isso, com base nos argumentos de Florida (2011, p. x), a economia do futuro no mundo não se materializará apenas por meio dos países, mas, também, das megarregiões - “grandes aglomerações de tecnologia, talento e negócios”.

Conforme o exemplo da:

[...] gigantesca megarregião do Brasil composta por São Paulo e Rio de Janeiro [que] é a 12ª maior megarregião do mundo, com mais de 40 milhões de habitantes. Ela gera 230 bilhões de dólares com a produção de bens e serviços (é a 22ª colocada entre as megarregiões mundiais nesse quesito) e está em 30º lugar no que diz respeito ao número de patentes per capita (FLORIDA, 2011, p. x).

Nesse sentido, tanto o Nordeste^x brasileiro, quanto o estado de Pernambuco, especificamente, devem intensificar os esforços no sentido de se incorporarem nessa rede global de regiões e cidades criativas. Conforme estudos do CGEE (2011, p. 16), a Cidade do Recife, capital pernambucana, vem fortalecendo o seu ecossistema criativo, o que culmina na geração “de um ambiente de inovações que favoreça a atração de empresas e o desenvolvimento de cadeias produtivas dinâmicas e de alta tecnologia”.

O peso da produção cultural recifense e o destaque internacional que os diversos empreendimentos criativos vêm obtendo, a exemplo do Porto Digital³⁴, realçam a ascensão dos diversos segmentos criativos que se movem no sentido de criar um ambiente inovador na cidade. Dentre as linguagens criativas que merecem destaque, surgem produções como: cinema, vídeo e TV; música; animação; *games*; os museus e parques (CGEE, 2011).

³⁴ O Porto Digital já recebeu 95 prêmios e/ou reconhecimentos em territórios nacional e internacional. Entre eles, o reconhecimento como APL de TIC de Pernambuco (em 2008); a escolha para sediar a conferência mundial da IASP e o seminário da ANPROTEC (ambos em 2013); e “a concessão, pelo INPI - Instituto Nacional de Propriedade Industrial, do primeiro Selo de Indicação de Procedência no país para a área de serviços. [...] A indicação de procedência é uma indicação geográfica que indica regiões reconhecidas por seus produtos únicos. Mundialmente, são famosas as certificações de alimentos e bebidas francesas, como os vinhos da Champagne e os queijos de Roquefort” (CICTEC, 2013; PORTO DIGITAL, 2013).

5.2 Significados culturais no processo de regulação na [re]conversão de um APL

Conforme apresentado anteriormente, na seção que versa acerca da fundamentação teórica, na visão dos Estudos Culturais, a construção de significados de um artefato não ocorre mediante ação isolada de um sujeito particular, mas, sim, por meio de cada interação cultural ocorrida. Dessa forma, não se originando, necessariamente, do processo de produção (ALMEIDA, 2012; JOHNSON, 2006).

Para compreender essa dinâmica do processo cultural, adotou-se o modelo teórico do Circuito da Cultura de Du Gay et al. (1997a), por considerar que este possibilita um entendimento mais adequado acerca dos diversos significados que poderão ser atribuídos a um artefato, até mesmo significados conflitantes.

A utilização do circuito da cultura pavimenta a investigação acerca do processo de construção dos significados culturais no momento da produção, consumo, identidade, representação e regulação, buscando compreender as diferenças e articulações que são estabelecidas nessas dimensões culturais. Entretanto, como forma de direcionar o estudo, em princípio, priorizou-se a compreensão dos aspectos relacionados à dimensão cultural da regulação, buscando, dessa forma, compreender como se constitui o processo de regulação de um Arranjo Produtivo Local, nesse caso, desvelar como se constituiu a estratégia de expansão de escopo de atuação e do território do APL de TIC pernambucano, denominado Porto Digital, em um polo de Economia Criativa.

Sob a temática da regulação, vimos que a abordagem da regulação cultural de Michel Foucault é mais frutífera e dinâmica, pois, diferentemente da regulação econômica, ela possibilita - de forma mais ampla - compreender como se estabelecem os discursos e as práticas sociais. Foucault (2012) dedicou uma parcela significativa de seus escritos para a compreensão acerca da temática do poder, especificamente buscando achar conexões para a sua utilização como forma de se estabelecer o controle social, regulado, sobretudo, por instituições sociais.

Nesse sentido, conforme argumentado por Mata e Brígido (2013, p. 01), Michael Foucault, com seu estudo acerca da genealogia do poder, não buscava conceituá-lo, mas, sim, analisar os seus dispositivos, suas relações e efeitos que são aplicados nas instituições sociais (escolas, hospitais, quartéis, prisões, e demais órgãos ligados ao Estado).

Para tanto, com base no argumento de Foucault (2012) e de Thompson (1997), haveria, então, três tipos de poder: **Institucional** (regras e regulação), **Econômico** (sistemas de classes) e **Subjetivo** (discurso e práticas sociais). A seguir, alicerçados nas pesquisas documentais e nas entrevistas realizadas, serão aplicados esses conceitos que constituem a tipologia de poder, consequentemente a regulação cultural - nesse caso - do Porto Digital, que culminou na criação do novo *cluster* vinculado ao arranjo, o Portomídia.

5.2.1 Poder institucional

Inicialmente, sob o ponto de vista do **Poder Institucional**, o Porto Digital, antes de tudo, é uma Organização Social (OS), portanto, segue parâmetros estabelecidos pela Lei estadual nº 11.743/2000 e do Decreto 23.046/2001 que qualifica as OS, além dos Decretos estaduais nº 33.817/2009, nº 36.744/2011 e o nº 40.568/2014, que [re]qualificam a titulação da Organização Social “Associação Núcleo de Gestão do Porto Digital (NGPD)” (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2011; 2014).

Sob o ponto de vista da relação do Porto Digital com o estado, a lei que [re]qualifica a titulação do NGPD, prevê que:

Art. 2º - O estado de Pernambuco, observado o contido na legislação aplicável, poderá celebrar contrato de gestão com a Associação Núcleo de Gestão do Porto Digital, com a interveniência das Secretarias de Planejamento e Gestão e da Fazenda, disciplinando as condições e os recursos financeiros a serem disponibilizados pelo Estado de Pernambuco para o desempenho das atividades públicas não-exclusivas a seu cargo, repassadas àquela entidade.

Art. 3º - A execução do(s) contrato(s) de gestão eventualmente celebrado(s) com a Associação Núcleo de Gestão do Porto Digital será acompanhada e fiscalizada pela Secretaria interessada, pelo órgão interessado, ao qual estiver vinculada ação objeto de contrato de gestão, pela Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Pernambuco – ARPE e pela Secretaria da Controladoria Geral do Estado (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2014, p. 7).

Dessa forma, o relacionamento entre o Governo do Estado de Pernambuco com a Organização Social - NGPD passa a ser mediado por secretarias estaduais, que poderão firmar compromissos por meio de contratos de gestão, sob a regulação da Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Pernambuco (ARPE) e da Controladoria Geral do Estado (CGE).

Na largada, o Porto Digital escolheu ser uma O.S. [Organização Social]. Quando se disse: - ah, não, vamos criar o Porto Digital, vamos criar um Sistema Local de Inovação, vamos criar um Parque Tecnológico. Criou-se,

já, sob um modelo de gestão chamado “Organização Social”. Organização Social, são organizações da sociedade civil, são entidades privadas sem fins lucrativos, que implementam políticas públicas, não exclusivas, por delegação do Estado, seja no plano federal, estadual ou local. Isso fez parte da reforma do Estado de 1998, o Governo era Fernando Henrique Cardoso [FHC], o Ministro era Bresser, muitos chamam a lei do Bresser, que cria as O.S. e as OSCIPs [Organização da Sociedade Civil de Interesse Público]. São as Organizações Sociais ou Organizações da Sociedade Civil que tendo o objetivo de darem mais agilidade a implementação de políticas públicas, pudessem, sendo oriundas da iniciativa privada, ser tituladas pelo Estado como Organizações Sociais. Não é uma razão jurídica, O.S. e, sim, uma titulação que você recebe do Estado para poder, por delegação do Estado, mediante Contrato de Gestão, você poder implementar políticas públicas. O instrumento que amarra a relação da O.S. com o Estado é o Contrato de Gestão. O Contrato de Gestão é um contrato que se assemelha muito aos contratos privados aonde a O.S., que é uma entidade privada, mediante a um programa de trabalho muito detalhado, se compromete a entregar metas para o Governo e, em contrapartida, o Governo transfere recursos para a sustentação dessas O.S. e a alimentação da sua capacidade de entregar essas metas. Então, a base do modelo de gestão do Porto Digital é à base do modelo de gestão de uma O.S. genérica (E6: 188-205).

Além disso, cabe salientar que, com base nos argumentos de alguns dos entrevistados, os idealizadores do Porto Digital fizeram a opção por torná-lo uma Organização Social (OS), com a intenção de evitar possíveis interferências político-partidárias de uma determinada gestão de um governo.

Nós temos uma governança profissional, independente do dia-a-dia da política, das trocas do cargo, do toma lá da cá eleitoral, essas coisas que caracterizam parte da administração pública, as O.S. [Organização Social], de um modo geral, ficam a margem (E6: 95-97).

O fato do Porto Digital ter sido criado como uma Organização Social (OS), fez toda a diferença do mundo. Porque, no fundo, o que são as Organizações Sociais? São instituições de direito privado, que exercem uma função pública. E por que não fazer isso dentro do Governo? Porque, o NGPD poderia ser uma secretaria, uma diretoria da Secretaria de Desenvolvimento Econômico... mas, a gente sabe que governo é um negócio lento, comprar qualquer coisa é um negócio complexo, porque tem que fazer todas as licitações de todos os negócios, então... você e o governo é muito afeito, é muito vulnerável a interferências políticas circunstanciais, entendeu? Troca de secretário, troca num sei o que, então você não dar estabilidade de uma política governamental para uma política pública... muitas vezes, não se dar a agilidade e não dar estabilidade... quando você troca de governo, parece um paradoxo, mas, é para isso que existe as organizações sociais (E1: 141-151).

Em 2000 se lançou essa iniciativa do Porto Digital que tinha como estratégia de inovação institucional, a criação de uma Organização Social [...] que tem condições, pela Legislação, de receber recursos públicos e implementar uma política pública, no caso uma política de inovação na área de TI, que foi contratado a essa organização que foi criada pelo Governo do Estado, pra criar aqui no Bairro do Recife esse ambiente que a gente chama: Plataforma de Exportação de Serviços na área de *Software*, que é o Porto Digital. Então

tem essa história institucional que talvez lhe interesse, e você pode investigar mais alguns desses pontos aí e chamar-lhe a atenção especial para a articulação, que se chama na literatura de *triple helix* [tripla hélice], essa Universidade, Governo e Empresa, isso é um dos elementos aqui bem sucedidos, você pode ter comparações na literatura e um indicador do sucesso disso era atrair a empresa para o bairro do Recife, era um dos objetivos fundamentais em 2000, aqui havia duas empresas na área de TI e serviços de informática, hoje já são mais de 250 (duzentas e cinquenta) empresas. Então isso é um bom indicador para o sucesso da iniciativa, uma das razões de eu ter tido essa articulação, e a segunda é ter uma governança com essas características de organizações sociais é que, no meu entender, é o que permite longevidade da iniciativa, que já tem uns 14 (quatorze) anos e atravessou vários governos. Não é uma entidade governamental, ela é público-privada e tem maioria no seu conselho deliberativo do setor privado e representações, digamos, da sociedade civil, isso é um dos fatores de explicação de sucesso do Porto Digital (E3: 23-45).

Podemos analisar que a gestão do Porto Digital segue o modelo teórico da Hélice Tríplice ou “*triple helix*” (ETZKOWITZ; LEYDSORFF, 1997), onde Universidade, Governo e Empresa interagem na produção de conceitos e conhecimentos relacionados aos problemas do setor empresarial - nesse caso, os setores demandantes de TIC e Economia Criativa ligados a estrutura do Porto Digital -, bem como a comercialização dos desdobramentos dessa produção.

A gente leva a sério aquilo que a teoria da gestão de Sistemas Locais Inovação, nos últimos 15 anos, vem enfatizando bastante, que é o conceito da tríplice hélice [*triple helix*]. Na verdade, muita gente fala e é difícil falar porque são três culturas diferentes, são três dinâmicas diferentes, três modos de ver o mundo diferente, mas, a gente compartilhou o diagnóstico da realidade do Recife, compartilhou da estratégia e compartilhou da gestão. De maneira que o Conselho de Administração da O.S. - Porto Digital, é formado por representantes do Governo, representantes da Universidade, representantes do mercado, das empresas, e mais um conjunto de representantes da sociedade que não sejam, necessariamente, institucionais, mas, que são pessoas notáveis do campo da cultura, do patrimônio, etc., dadas as características do nosso bairro e, que a gente leva isso muito a sério. Tocamos as coisas com um nível de escuta muito interessante. Procuramos sempre, sempre colocar em contato uns com os outros, empresas com a Universidade, empresas com o Governo, Governo com a Universidade, a Universidade com empresa, Governo com empresa, enfim, a gente trabalha tudo isso de uma forma muito séria (E6: 224-236).

Para tanto, o Estatuto Social do Porto Digital (2013, p. 4) estabeleceu a criação de órgãos que constituem a administração do Porto Digital, são eles:

- Artigo 11 – São Órgãos da Administração do Porto Digital:
- a) a Assembleia Geral;
 - b) o Conselho de Administração;
 - c) a Diretoria.

Em se tratando do Conselho de Administração do Porto Digital, ele possui uma função deliberativa e de fiscalização, que busca:

O estabelecimento de objetivos, metas e diretrizes fundamentais para o funcionamento do Porto Digital, bem como o controle e avaliação dos resultados de suas atividades em relação a estes objetivos e metas. A composição do Conselho obedece à seguinte proporção:

- a) Governo - 37%
- b) Academia - 11%
- c) Setor Produtivo - 21%
- d) Organizações não governamentais - 16%
- e) Representantes de outros setores da sociedade - 16%. (PORTO DIGITAL, 2014, p. 1)

O Conselho de Administração do Porto Digital, de acordo com o seu Estatuto Social (2013, p. 6-7), é constituído por representantes de notória competência técnica e reconhecida idoneidade moral, vinculados ao Governo, à Universidade, às empresas e à sociedade civil, que tem como atribuição, dentre outras delegações, eleger a diretoria do NGPD. O Conselho de Administração possui a seguinte representação:

- I- Quatro representantes do governo do estado de Pernambuco, indicados pelo Governador do Estado, todos membros natos;
- II- Dois representantes da Prefeitura da Cidade do Recife, indicado pelo Prefeito da Cidade do Recife, membro nato;
- III- Um representante da Endeavor, indicado por seu representante legal, que será um membro nato;
- IV- Um representante do Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife - CESAR, indicado pelo Diretor Presidente do CESAR, membro nato;
- V- Um empresário da área de tecnologia da informação e comunicação indicado pelo SOFTEX Recife, membro nato;
- VI- Um empresário da área de tecnologia da informação e comunicação indicado pela ASSESPRO-PE, membro nato;
- VII- Um representante do SENAI-PE, indicado pelo seu Presidente, membro nato;
- VIII- Um representante dentre os associados Fundadores e Efetivos do Porto Digital, eleito pela Assembleia Geral;
- IX- Um associado mantenedor do Porto Digital, eleito pelos membros do Conselho de Administração;
- X- Um empresário da área de tecnologia da informação e comunicação de empresa associada a uma das incubadoras do Estado de Pernambuco, eleito pelos membros do Conselho de Administração;
- XI- Uma personalidade de notória capacidade profissional e idoneidade moral, da área de Cultura, eleita pelos membros do Conselho de Administração;
- XII- Uma personalidade de notória capacidade profissional e idoneidade moral, da área de Arquitetura e Urbanismo, eleita pelos membros do Conselho de Administração;
- XIII- Um professor ou pesquisador de alguma instituição de ensino ou pesquisa em tecnologia da informação e comunicação em Pernambuco, eleito pelos membros do Conselho de Administração;

XIV- Um professor ou pesquisador representante da UFPE, indicado pelo Reitor, membro nato;

XV- Um representante da Prefeitura do Município de Olinda, indicado pelo Prefeito do município de Olinda, membro nato.

As regulamentações que estabelecem as atividades administrativas e institucionais e que versam sobre as regras e normas que pavimentam o funcionamento do NGPD, além de preverem a entrada e saída de negócios, estão previstas no artigo 12º do Estatuto Social (2013) e no Regimento Interno do NGPD (2014, p. 3-4):

Art. 8º As Normas Internas criadas e instituídas pelo Diretor Presidente estão limitadas à regulamentação dos princípios administrativos referidos no Estatuto Social e às regras internas a seguir relacionadas:

- a) definição da proporção dos excedentes financeiros a serem investidos no desenvolvimento das próprias atividades do Núcleo de Gestão do Porto Digital, bem como na formação de capital humano para gestão e desenvolvimento e operação de produtos e processo inovadores na área da tecnologia da informação e comunicação;
- b) definição dos critérios e exigências para inclusão de novos associados do Núcleo de Gestão do Porto Digital, de acordo com suas respectivas categorias;
- c) fixação da periodicidade e do valor das contribuições a serem efetuadas pelos Sócios Mantenedores, quer sejam financeiras, ou de outro tipo, destinadas à manutenção, operação e ampliação das atividades do Núcleo de Gestão do Porto Digital;
- d) definição dos direitos e deveres das três categorias de sócios que compõem o Núcleo de Gestão do Porto Digital;
- e) definição da tipificação de causas de exclusão de sócios, bem como as formas de procedimento e formação do processo de exclusão;
- f) definição das atribuições e competências do Diretor Presidente e do Diretor Executivo do Núcleo de Gestão do Porto Digital;
- g) definição do Regulamento de Contratações, Compras e Alienações do Núcleo de Gestão do Porto Digital;
- h) definição e criação do Cadastro de Fornecedores de Produtos e Serviços do Núcleo de Gestão do Porto Digital;
- i) definição dos procedimentos para qualificação de Empresas de Construção Civil para compor o Cadastro de Fornecedores de Produtos e Serviços do Porto Digital;
- j) definição dos demais componentes do sistema administrativo do Núcleo de Gestão do Porto Digital, dispondo sobre a organização da Entidade e dos sistemas gerenciais.

Paralelamente a estas regulamentações, foi criado em 2001, por meio da lei Municipal do Recife nº 16.731, o Comitê Municipal de Apoio ao Porto Digital. Em 2004, foi publicado o decreto nº 20.508, que regulamenta a lei municipal nº 16.731/2001 e, a resolução que estabeleceu o Regimento Interno de funcionamento do Comitê Municipal de Apoio ao Porto Digital, além das representações que se fariam presentes (DIÁRIO OFICIAL DA CIDADE DO RECIFE, edição 546), sendo elas:

- I - Secretaria de Desenvolvimento Econômico;
- II - Secretaria de Finanças;

- III - Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente;
- IV – EMPREL e;
- V – Organização Social Porto Digital.

Essas medidas visam assegurar a disponibilidade de recursos públicos e os procedimentos para que esses recursos possam ser investidos nos empreendimentos atrelados ao Porto Digital, sob o acompanhamento do Comitê Municipal de Apoio ao Porto Digital. Portanto, o Comitê, teria como atribuições:

- I - aprovar seu Regimento Interno, observando os critérios estabelecidos na Lei no 16.731/01 e no Decreto 20.508/04;
- II- receber, analisar, avaliar, selecionar e deliberar os processos referentes a empresas que procurem apoio financeiro previstos na Lei no 16.731/01;
- III - receber, analisar e aprovar os relatórios enviados pelos beneficiados;
- IV - realizar a consolidação e avaliação dos resultados anuais da aplicação dos incentivos financeiros das empresas e apresentar relatório a Secretaria de Finanças da Prefeitura do Recife;
- V- elaborar relatórios de acompanhamento da aplicação dos recursos;
- VI - acompanhar e avaliar o cumprimento, pelas empresas, das metas estabelecidas nos projetos de inovação, deliberando sobre a aprovação dos relatórios apresentados;
- VII - elaborar procedimentos, formulários e ritos administrativos para a habilitação de empresas ao incentivo;
- VIII - suspender os benefícios previstos na Lei no sempre que houver desvio de finalidade por parte da empresa beneficiada no que diz respeito ao que trata a Lei no 16.731/01 e ao Decreto 20.508/04;
- IX - indicar para as empresas, programas de qualidade de software para o cumprimento do requisito que trata o Inciso III do artigo 5 da Lei no 16.731/01;
- X - autorizar, mediante previa avaliação, a renovação da concessão do benefício por mais um período uma única vez;
- XI - receber sugestões de análises de projetos por parte de não membros do Comitê;
- XII - cumprir e fazer cumprir este Regimento. (DIÁRIO OFICIAL DA CIDADE DO RECIFE, edição 546).

Em 2006, foi revogada a Lei Municipal nº 16.731/2001, substituída pela Lei Municipal nº 17.244/2006, que cria o programa de incentivo ao Porto Digital mediante a concessão de benefícios fiscais condicionados.

Art. 1º - esta Lei institui o programa de incentivo ao Porto Digital mediante a concessão de benefícios fiscais aos estabelecimentos, contribuintes do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN, situados no âmbito de Revitalização da Zona Especial do Patrimônio Histórico Cultural 09 - Sítio Histórico do Bairro do Recife, e que exerçam atividades de:

- I - serviços de informática e congêneres, inclusive serviços educacionais e certificação de produtos em informática, que constam no item 1 da lista de serviços do art. 102 da Lei 15.563/91, com redação dada pela Lei 16.933, de 30 de dezembro de 2003;
- II - atividades ligadas às funções de relacionamento remoto com clientes mediante centrais nas quais há o processamento de chamadas em alto volume, ativas ou receptivas.

Parágrafo Único - Os benefícios fiscais desta Lei restringem-se às atividades relacionadas neste artigo. (LEI Nº 17.244/2006, p. 1).

Analisando esta lei, percebe-se que ela ainda não contemplava, de maneira objetiva, as áreas vinculadas a Economia Criativa, o que nos faz refletir que naquela época não existia uma discussão consolidada sobre esses conceitos, que surgiam com fôlego em países ligados à Zona do Euro e da Oceania. A discussão daquela época pautava a consolidação do Porto Digital como um polo de informática da Cidade do Recife, garantindo, por meio de instrumentos institucionais e legais, os recursos para o funcionamento dos empreendimentos vinculados ao arranjo.

Além disso, no Artigo 5º da Lei nº 17.244/2006 (p. 1) são estabelecidas as regras para que as empresas atreladas ao polo de informática do Recife pudessem ter acesso aos benefícios fiscais instituídos no programa de incentivos ao Porto Digital, sendo elas:

- I - estar o requerente na situação cadastral regular, conforme definido em Decreto do Poder Executivo;
 - II - estar o requerente adimplente com os tributos municipais;
 - III - exercer o requerente as atividades previstas no artigo 1º;
 - IV - estar o requerente estabelecido no âmbito de Revitalização da Zona Especial do Patrimônio Histórico Cultural 09 - Sítio Histórico do Bairro do Recife;
 - V - Prestar informações relativas ao faturamento e recolhimento de tributos das atividades do artigo 1º, conforme dispuser Decreto do Poder Executivo.
- §1º - Considera-se adimplente com os tributos municipais a empresa que tiver em curso de parcelamento, desde que não haja parcelas em atraso.
- §2º - No caso de não preenchimento dos requisitos necessários, o benefício será suspenso automaticamente, devendo ser utilizada a alíquota prevista na Lei 15.563/91 para as atividades previstas no artigo 1º.
- § 3º - Em caso de fraude por parte do beneficiário, inclusive a apresentação de declarações falsas, o ato de concessão será cancelado de imediato, sem prejuízo das penalidades legais e da cobrança da diferença entre o valor devido e o pago a menor em face da aplicação indevida da alíquota reduzida, se for o caso.
- § 4º - A Autoridade Fazendária confirmará, em despacho fundamentado, a habilitação deferida pelo Comitê Municipal de Apoio ao Porto Digital.

O programa de incentivo ao Porto Digital foi revisto em 2011, por meio da Lei Municipal nº 17.762, a qual, basicamente, estendeu os benefícios fiscais para os setores da TIC e da Economia Criativa, atrelados ao Porto Digital. Dessa forma, a medida passou a beneficiar as atividades:

- I - serviços de informática e congêneres, inclusive serviços educacionais e certificação de produtos em informática, que constam no item 1 da lista de serviços do art. 102 da Lei Municipal nº 15.563/91;
- II - atividades ligadas às funções de relacionamento remoto com clientes mediante centrais nas quais há o processamento de chamadas em alto volume, ativas ou receptivas;

III - produção e pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão, enquadradas nos itens 12.13, 13.01 e 13.02 da lista de serviços do art. 102 da Lei Municipal nº 15.563/91;

IV - distribuição cinematográfica, de vídeo, de programas de televisão e de música, enquadradas no item 10.10 da lista de serviços do art. 102 da Lei Municipal nº 15.563/91;

V - exibição cinematográfica, de musicais, espetáculos, shows, concertos e óperas enquadradas no item 12.02 e 12.16 da lista de serviços do art. 102 da Lei Municipal nº 15.563/91;

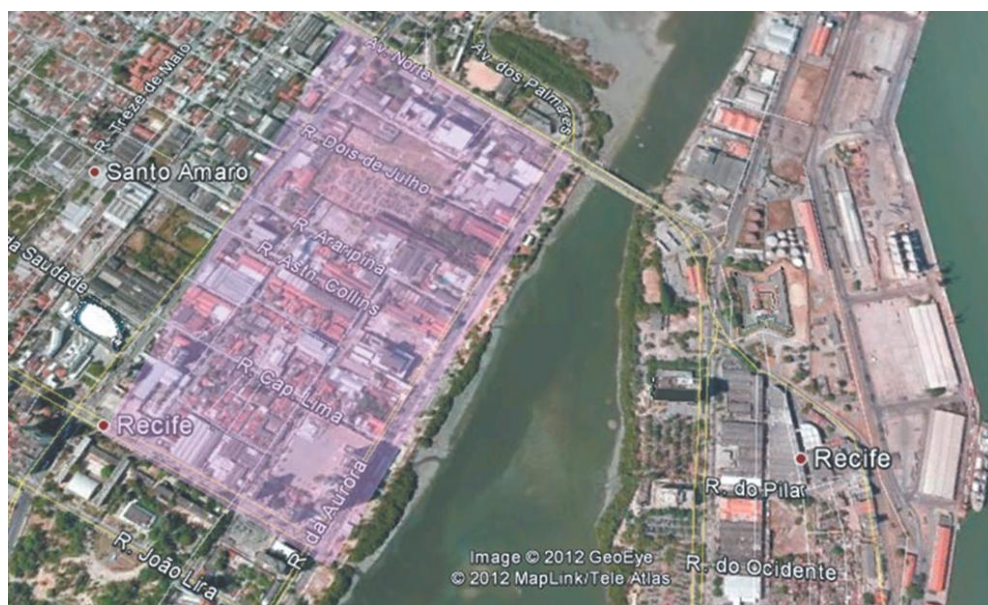
VI - gravação de som e edição de música, enquadradas no item 13.01 da lista de serviços do art. 102 da Lei Municipal nº 15.563/91

VII - fotográficas e similares enquadradas no item 13.02 da lista de serviços do art. 102 da Lei Municipal nº 15.563/91;

VIII - design relativo aos incisos III, IV, V, VI e VII deste artigo enquadradas nos itens 23 e 32 da lista de serviços do art. 102 da Lei Municipal nº 15.563/91 (2011, p. 1).

Outro aspecto significativo disposto na Lei nº 17.762/2011 versa acerca da expansão do território de abrangência do Porto Digital para o bairro de Santo Amaro, conforme indicado na Figura 14 (5) a seguir:

Figura 14 (5) - Expansão de atividades do Porto Digital para o quadrilátero de Santo Amaro



Fonte: Novos ares para Santo Amaro³⁵

Este quadrilátero está compreendido pela Rua da Aurora nos trechos entre a Av. Mário Melo e Av. Norte; ao sul pela Av. Mário Melo, até o cruzamento com a Av. Cruz Cabugá; ao oeste pela Av. Cruz Cabugá, nos trechos entre a Av. Mário Melo e Av. Norte; e, ao norte pela Av. Norte até a Av. Cruz Cabugá.

³⁵ Disponível em: < <http://luciafporto.blogspot.com.br/2012/02/novos-ares-para-santo-amaro-diario-pe.html>>.

O Porto Digital tem leis específicas. Tem a lei que cria e reconhece o Porto Digital como sendo um Arranjo Produtivo nesse território [Bairro do Recife Antigo]. Tem outra lei que expande o território para Santo Amaro [o quadrilátero], que é uma tentativa da gente de criar uma reserva territorial para poder se expandir (E6: 161:164).

Na verdade, essa segunda lei que é de dezembro de 2011, ela expande o Porto Digital nessa dupla perspectiva. O escopo, incorporando a economia criativa e dando a economia criativa o mesmo tratamento que dar para informática. E expande, também, o território. Essas leis dão vantagens, há um tempo em que reconhecem oficialmente a existência do Porto Digital, neste território, e há um tempo em que estabelecem quais são as atividades passíveis de apoio por parte do poder público, específica, as duas leis especificam, quais são esses apoios do ponto de vista fiscal. Que são a redução do ISS [Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza] de 5% para 3% e o abatimento do IPTU [Imposto Predial Territorial Urbano] para os imóveis históricos que você recupere. Tradicionalmente, tem uma lei estadual que a gente quase nunca se refere que reduz o ICMS [Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação] para um tipo específico de atividade que a gente tem aqui, que é a atividade de *Call Center* e *Contact Center*, que é um grande empregador, tem cerca de 16 mil pessoas trabalhando aqui no território do Porto Digital, nessa área, que estão fora da conta que eu falei de 7 mil pessoas, excetuando, as pessoas que trabalham em empresas que tem simultaneamente *Call Center* e desenvolvem *software*, mas, obviamente, não deixa de ser um benefício para empresas de *Call Center* que instaladas nesse território, do Porto Digital, envolvendo Santo Amaro, elas auferem. Então, elas deixam de pagar 19% de ICMS e pagam cerca de 11% ou 9%, não me recordo, mas, é uma diferença. Pagam cerca de metade do que deveriam pagar de ICMS. Como a tarifação de ICMS para a atividade de telefonia é muito alta, para quem vive dela, que é o caso dos *Call Centers* e *Contact Centers*, é um benefício muito expressivo (E6: 167-186).

Ou seja, esta lei proporcionou uma dupla expansão para o Porto Digital: 1º a expansão no escopo de atuação, pois incorpora os setores vinculados a Economia Criativa do Porto Digital aos benefícios direcionados pelas políticas públicas previstas na lei; e 2º anexa ao território de atuação do Porto o quadrilátero localizado no bairro de Santo Amaro, especialmente para o desenvolvimento dos empreendimentos relacionados à Economia Criativa, viabilizando, dessa maneira, o surgimento do novo *cluster*, o Portomídia.

5.2.2 Poder econômico

Em se tratando do **Poder Econômico**, para Foucault (2012) e Thompson (1997), ele é concebido como no sistema de classes. Nesse sistema, o poder político é exercido em uma pluralidade de núcleos e pontos de apoio invisíveis e desconhecidos. No caso pernambucano

do Arranjo Produtivo Local de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e Economia Criativa, o Porto Digital, essa pluralidade de núcleos e pontos de apoio é latente, pois, mesmo antes da sua fundação, já existiam movimentos na Cidade do Recife que almejavam desenvolver projetos que culminassem na diversificação da economia local e no desenvolvimento econômico-social do estado de Pernambuco, sobretudo amparados em plataformas de conhecimento, os Sistemas Locais de Inovação, e na geração de produtos e serviços com alto valor agregado.

No início de 2000, o projeto Pacto 21 foi uma estratégia desenvolvida pelo Governo do Estado de Pernambuco, para fomentar as iniciativas entre os relacionamentos universidade – empresa e para criar um meio ambiente inovador. Como não estava adquirindo a visibilidade desejada (ZOUAIN, 2003), as lideranças locais do Recife, conhecendo a vocação da cidade, se reuniram e elaboraram uma proposta ao governo para desenvolver a economia de TIC na região. Denominado, no início, Teleporto do Desenvolvimento da Nova Economia, previa a instalação de um edifício, o *Information Technology Business Center* (ITBC) (MARQUES; LEITE, 2008, p. 03).

Podemos averiguar esses argumentos nos discursos proferidos por alguns dos entrevistados:

O Porto Digital surgiu, agora já faz 12 anos, a partir de uma necessidade dupla, porque partiu muito da cabeça de Silvio Meira e de Cláudio Marinho [Porto Marinho] que é um cara fundador do Porto Digital e trabalha com coisas da Economia Criativa e tal. Então de um lado todo mundo já sabia, não era experiência só daqui, era no mundo, que você adensar empresas e criar polos tecnológicos, *clusters*, ou o nome que a gente queira dar, APL, isso é uma coisa que funciona. Funciona no Vale do Silício, funciona em vários países do mundo, então, já tinha essa consciência e se estava procurando onde é que ela iria acontecer. Tinha uma hipótese de acontecer aqui na Várzea, porque é a terra da Universidade, ao mesmo tempo, tinha outro problema, é que Cláudio [Marinho] sempre teve uma cabeça de urbanista. Cláudio, na época, era secretário de Ciência e Tecnologia do Governo Jarbas [Vasconcelos]. E ele entendia que o Recife antigo precisava ser recuperado como um espaço de uso da Cidade, ele tinha feito já algumas melhorias lá, com os bares e umas coisas na época que ele estava na Prefeitura [do Recife], e aí, ao invés de criar um lugar distante de tudo, resolveram ocupar o Recife antigo (E1: 5-13).

O Porto Digital foi criado para ser uma espécie de plataforma da nova economia da Cidade do Recife. Na época se chamava a nova economia, economia do conhecimento, economia intensiva em Tecnologia da Informação (TI). [...] O Porto Digital era, portanto, a ideia de termos aqui um sistema local de inovação capaz de [re]articular esse potencial que a gente tinha perdido ou vinha perdendo na área de TI e criar um polo de desenvolvimento de *software* de classe mundial. Que é outra expressão que se usava na época e que hoje não se usa porque *software* de classe mundial é uma redundância, um pleonismo. Parece uma coisa óbvia, eu vou criar um *software* regional, num é? Hoje tem classe mundial e é voltado para o

mercado global ou não existe! Porque um *software* feito na Coréia chega aqui, da Inglaterra chega aqui, da Irlanda chega aqui, qualquer lugar chega aqui. Então, essa é a história que está por trás do nascimento do Porto Digital. Criou-se, então, um sistema local de inovação com conceito de um parque tecnológico urbano, aberto, não condominial, fechado, como muitos são, mas, um parque que você esteja alocado em uma zona delimitada da Cidade. Com isso, gerando um benefício colateral extremamente saudável e fantástico, que é a recuperação do tecido urbano degradado. A escolha do lugar para botar o Porto Digital, poderia ter sido a Universidade, cogitou-se fazer isso e estaria, talvez, lá hoje, como são as coisas na Universidade, atrofiadas, muito aquém do seu potencial. Porque a Universidade, infelizmente, não só a brasileira, mas, a mundial, mais no Brasil parece ser mais exacerbada, a sociedade e a academia ainda não se entenderam muito bem. O mercado e a academia andam de costas, os repertórios parecem que não dialogam. Enfim, mas, a ideia do Porto Digital é que tivéssemos, aqui na Cidade, um lugar real onde as coisas acontecem para poder ter uma dinâmica de inovação maior. O medo do que se tivesse na Universidade, é que você poderia ser aprisionado pela lógica acadêmica de pouco resultado prático-econômico, o que se queria era uma pegada mais de inovação, a ponto da gente gerar negócios a partir da inovação (E6: 6-85).

Dessa forma, podemos constatar que o Porto Digital desde a sua gênese possui características de um APL urbano governado por uma hélice tríplice. Ou seja, ele é constituído por um sistema de relações intra e interempresas e instituições, incorporando aglomerações territoriais de agentes políticos, sociais, econômicos e culturais. Portanto, conforme argumenta o entrevistado 03, o Porto Digital:

É uma iniciativa público-privada e isso é importante pra sua ótica de regulação, de criação de um parque tecnológico urbano pra área de TI que depois migrou para área da economia criativa, foi lançada a iniciativa em 2000, pelo Governo do Estado, eu era secretário de Ciência e Tecnologia na época, numa parceria com Universidade, em particular, com o pessoal liderado por Silvio Meira do C.E.S.A.R., com quem a gente já tinha alguma relação, eu, pelo menos, tinha já feito com ele um trabalho desde os anos 1990, de apoio à área de TI aqui, porque fui do SOFTEX, era um programa nacional de *software* para exportação que se iniciou em 1993 aqui, ainda pela Prefeitura do Recife [...]. Então essa conexão com a Universidade via C.E.S.A.R., Silvio Meira e Centro de Informática [CIn/UFPE] foi importante e, mais ainda, com as empresas, as entidades que representam as empresas, o SOFTEX é uma delas. O SOFTEX, nesse prédio que você está hoje, esse meu escritório fica no prédio do ITBC que é administrado pelo SOFTEX, ele é uma Sociedade Civil sem fins lucrativos, que representa o setor de *software* daqui, então com a representação de Setor Privado, mais Universidade, mais Governo (E3: 7-23).

O estudo de Amorim e Amorim (2004, p. 5) apresenta algumas das instituições que constituem a governança do Porto Digital e que influenciam na tomada de decisões do NGPD, são elas:

Participam do conselho do NGPD, várias entidades públicas, associações e entes privados como: Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTMA) do governo do Estado, o Centro de Informática da Universidade Federal de Pernambuco (CIn/UFPE), a Prefeitura da Cidade do Recife (PCR), Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife (CESAR), Sociedade para Promoção da Excelência do *Software* Brasileiro (SOFTEX) e a Associação das Empresas Brasileiras de Software e Serviços e Serviços de Informática (ASSESPRO).

Averiguamos que a participação do governo é estabelecida na esfera estadual e municipal, por meio da Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia (Sectec) (antiga Sectma) e pela Prefeitura do Recife, por intermédio dos setores relacionados ao fomento do desenvolvimento econômico-social, ciência, tecnologia e inovação. Inclusive, na Sectec³⁶, foi constituído um sistema que articula as instituições: Fundação de Amparo à Ciência e a Tecnologia do Estado de Pernambuco (Facepe); Espaço Ciência - museu aberto para a exploração de conteúdos relacionados à Ciência e Tecnologia; Detelpe/TV Pernambuco - emissora com concessão comercial; Instituto de Tecnologia de Pernambuco (Itep); Universidade de Pernambuco (UPE); Fernando de Noronha - área territorial do Arquipélago Fernando de Noronha e ilhas circunvizinhas; e o Porto Digital - Parque Tecnológico, em torno do desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a Ciência e Tecnologia no Estado de Pernambuco.

Com relação à atuação da Universidade na governança do Porto Digital, ela se dá, em particular, pelos projetos e parcerias desenvolvidos pelo Centro de Informática da Universidade Federal de Pernambuco (CIn/UFPE), desde os anos 1990, quando foi criado. Entre as principais parcerias desenvolvidas pelo CIn/UFPE, de acordo com o seu Portal Institucional (2014), destacam-se a estreita relação com o Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife (Cesar), onde pesquisadores e alunos da universidade atuam profissionalmente, o Centro de Excelência em Tecnologia de *Software* do Recife (Softex) e o próprio Porto Digital. Além disso, por meio da Lei de Informática nº 8.248/1991, o Centro de Informática possui relações com empresas como a Samsung, Itautec, Motorola, dentre outras.

A participação dos entes privados na governança do Porto Digital se materializa, especialmente, por meio da representação das entidades privadas de TIC, a saber: o Centro de Excelência em Tecnologia de *Software* do Recife (**Softex**); a Associação das Empresas Brasileiras de Software e Serviços e Serviços de Informática (**Assespro**) e; o Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife (Cesar).

³⁶ Informações extraídas do Portal Institucional da SECTEC (2014): <http://www.sectma.pe.gov.br/web/sectec/porto-digital>.

O Softex é uma associação civil sem fins lucrativos, criada ainda nos anos 1990, ligada ao programa Softex2000, que tinha como objetivo a solidificação institucional do Núcleo Softex na Cidade do Recife³⁷. Atualmente, a Softex possui 72 (setenta e duas) empresas de tecnologias associadas. Conforme informações do seu Portal Institucional (2014, p. 01), a Softex foi reconhecida como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), nos níveis federal, estadual e municipal.

Do Conselho Deliberativo do SoftexRecife faz parte:

- a) Universidade Federal de Pernambuco (UFPE);
- b) Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação – PE (Assespro-PE);
- c) Sociedade de Usuários de Informática e Telecomunicações de Pernambuco (Sucesu-PE);
- d) Governo do Estado de Pernambuco, representado pela Secretaria de Ciência Tecnologia e Meio Ambiente (Sectma);
- e) Prefeitura da Cidade do Recife, representada pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico;
- f) Centro de Estudos de Sistemas Avançados do Recife (Cesar);
- g) Núcleo de Gestão do Porto Digital (NGPD);
- h) Sindicato das Empresas de Processamento de Dados de Pernambuco (Seprope);
- i) Federação das Indústrias de Pernambuco (Fiepe) e um representante das empresas associadas.

A Assespro é uma associação fundada na década de 1970 e considerada uma das mais antigas representações empresariais do setor de Tecnologia da Informação do Brasil. Em todo o país, a Assespro congrega cerca de 1400 empresas ligadas a TI e na regional, compreendida pelos Estados da Paraíba e Pernambuco, possui 54 empresas cadastradas em seu Portal Institucional (ASSESPRO, 2014).

A importância desses dois entes relacionados aos setores da TIC para o Porto Digital é reforçada por um dos entrevistados:

A gente tem uma instância intermediária chamada: comitê tático, que envolve Porto Digital, ASSESPRO e SOFTEX, aqueles componentes mais táticos do dia-a-dia em que a implementação de certo projeto estratégico para o setor tenha alguma dificuldade. A gente se reúne e trabalha junto (E6: 422-425).

Por fim, outro importante ente privado que integra a governança do Porto Digital, é o Cesar. Criado em 1996, o Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife emprega engenharia avançada em TIC, desenvolvendo produtos e serviços para diversos setores

³⁷ Por meio do apoio ao comércio e a produção do software brasileiro.

produtivos do Brasil e do mundo³⁸. Conforme é ilustrado por Amorim e Amorim (2004, p. 06), o Cesar “tem como missão, aproximar a produção tecnológica com o mercado, por meio do incentivo de novos empreendimentos. Várias das empresas localizadas no Porto Digital foram incubadas pelo CESAR”.

Entretanto, conforme mencionado anteriormente, o Porto Digital anunciou a sua expansão territorial e do escopo de atuação, incorporando setores da economia criativa, mas, como podemos atestar - com base no argumento de alguns dos entrevistados, essa expansão ainda não se materializou, efetivamente. Por dois motivos: primeiro, porque assim que a lei nº 17.762/2011 foi aprovada, prevendo a expansão territorial do Porto Digital para o quadrilátero no bairro de Santo Amaro, se registrou um processo chamado de “gentrificação”³⁹, ou seja, um enobrecimento da área, nesse caso, uma mudança no tecido urbano do bairro, com uma supervalorização dos preços dos imóveis do local, o que vem resultando numa segregação da população menos abastada (NEIL, 1996).

Por isso, para o entrevistado 02, quando se criou a lei que permitiu a expansão do território do Porto Digital, bem como a ampliação dos demais benefícios fiscais para alguns setores relacionados à economia criativa, deveria ter sido estudada a criação de amarras na legislação que assegurassem a destinação do terreno para tal fim, impedindo, assim, a especulação imobiliária no local.

Quando se montou o desenho não se teve, antes de chegar esse momento aqui [de promover a expansão do Porto Digital], tinha que ter uma articulação com a Câmara de Vereadores e a Prefeitura [do Recife], para criar uma lei ou usar a lei disponível para impedir a especulação imobiliária no terreno, entendeu? Isso não foi feito. Então, quando se anunciou a expansão para Santo Amaro, 70% dos terrenos estavam na mão de duas construtoras e da Igreja “alguma coisa lá”. Então, 70% ou 60% de Santo Amaro, ou coisa assim, tem 3 donos, entendeu? Então, as chances disso aqui acontecer [expansão do Porto Digital] são zero! O que aconteceu? Em 2010, ou 2009 ou foi em 2008, Chico [Saboya] visitou um prédio lá em Santo Amaro. Esse prédio estava à venda por 600 mil reais [R\$600.000,00], em 2009. 2010, em abril, eu visitei esse prédio e ele estava por um 1 milhão e duzentos mil [R\$1.200.000,00]. Chico [Saboya] foi de novo nesse prédio, em maio ou em junho estava por 2 milhões [R\$2.000.000,00]. Por quê? Não tem mais área, pô! Então, se não tem mais área, o cara para montar um negócio lá [no território onde funciona a ocupação de negócios e empreendimentos do Porto Digital], ele acha que vai ganhar dinheiro, ele tem que desembolsar isso aqui, entendeu? A gente tentou negociar lá, aluguel, 40 mil reais [R\$40.000,00]. Qual é o negócio que você monta a um custo de reforma absurdo e ainda tendo que pagar um aluguel de 40 mil reais? Ainda tentei carência, e eles disseram que não tinha carência não! Entrou, começa a pagar, entendeu? Então, nesse sentido, como faltou

³⁸ Informações obtidas no Portal Institucional do CESAR (2014): <http://www.cesar.org.br/site/cesar/organizacao/>

³⁹ Do termo em inglês “*gentry*”, que significa burguesia.

legislação no processo de construção, para mim, a expansão territorial ela não vai ser marcante! Ela vai ser pontual, como já está sendo (E2: 197-216).

Apesar de tanto a legislação da Cidade do Recife quanto o Estatuto Social do Porto Digital preverem a sua expansão no escopo de atuação - incorporando os setores criativos de cinema, produção audiovisual, design, fotografia, *games* e multimídia - materializados na criação do *cluster* Portomídia, na prática, a estrutura do Conselho de Administração do Porto Digital, assim como dos demais órgãos relacionados ao APL, permaneceram intactos, ou seja, sem a presença efetiva de representações por parte das empresas de economia criativa, ao contrário das empresas de TIC, que possuem assento e ainda se fazem representadas por meio da Assespro e Softex.

Tem o conselho do Porto Digital que tem alguma representatividade, mas, num tem ninguém lá de economia criativa, alias, só tem um cara lá que é um artista. Isso é uma coisa muito séria. A composição do conselho do Porto Digital não mudou com a expansão para área de economia criativa. Então, as relações institucionais, não sei lhe dizer. Esse é um negócio, complicado! (E1: 304-308).

O Porto Digital nunca vai virar as costas para TIC. Um indício claro, é que o conselho e a composição do conselho não mudaram. E ela [a composição do conselho de gestão do Porto Digital], tem a ASSESPRO, tem a SOFTEX, as empresas, pois, poderia ter empresas de economia criativa, mas, só tem empresas de TIC. Todo o DNA do Porto Digital é TIC” (E1: 475-479).

Contudo, cabe salientar que o NGPD tem procurado desempenhar um papel de articulador entre as empresas que compõem o arranjo. Para tanto, inaugurou em 2013, o Portomídia. Nesse ambiente, empreendedores, artistas e suas respectivas manifestações culturais poderão dialogar, buscando convergências que desemboquem na geração de produtos e serviços carregados dessa criatividade e influenciados por um território de emergência cultural: o Estado de Pernambuco (CICTEC, 2013).

O Portomídia está localizado em um espaço total de 500 m² e conta com duas salas de capacitação equipadas com computadores de última geração e infraestrutura para até vinte alunos por sala. Dispõe ainda de duas salas de incubação para dez empresas, cinco laboratórios de imagem, som, design, animação e interatividade e a mais moderna sala de screen-test para mixagem e finalização de som e imagem do país. Esta sala será equipada com aparelhos de ponta, como o BaseLight, que permitirá o tratamento de cor e imagem em 4k em tempo real, scanner e impressora (prototipagem) 3D. Além disso, o espaço do Portomídia conta com uma sala de exibição de 100 m², equipada com painéis interativos e displays (PORTO DIGITAL, 2014, p. 01).

Se você vai lá no Portomídia, você fica de cara, poxa, 9 laboratórios da mais alta tecnologia, um espaço de treinamento, uma galeria de artes digitais, uma incubadora de negócios, isso é um negócio medonho (E6: 409-411).

Na prática, o *cluster* Portomídia auxilia na formação e qualificação dos empreendedores ajudando, inclusive, na montagem dos seus respectivos negócios e no desenvolvimento da sua ideia criativa, por meio da sua incubadora. Além de ser um espaço para os empreendedores realizarem alguns dos seus experimentos, desenvolvimento dos seus protótipos e a exibição dos mesmos.

Outra importante iniciativa promovida pelo NGPD, em parceria com o *British Council*, foi o *The Playable City*:

Uma parceria nossa com o *Watershed* que é uma espécie de Portomídia de *British Council*, no Reino Unido, em que 20 tecnólogos e artistas se juntaram num programa de residência lá em janeiro e aqui em abril, para pensar soluções para as Cidades. Então, esse diálogo, entre disciplinas distintas no campo da tecnologia e das artes, é uma coisa que é propiciada pelo Portomídia (E6: 393-398).

Essa iniciativa, conforme informações do Portal Institucional do *British Council*, busca “entregar um programa que analisa o desenvolvimento de novas idéias e modelos na intersecção de arte, tecnologia, sociedade e cultura” ⁴⁰ (BRITISH COUNCIL, 2014, p. 01). Participaram desse programa 20 brasileiros e britânicos entre artistas, empresários, pesquisadores, produtores e especialistas digitais, procurando desenvolver soluções inovadoras para desafios da Cidade por meio da junção entre o campo da criatividade, arte e tecnologia. Dessa maneira, essas duas iniciativas, de criação do *cluster* Portomídia - braços da Economia Criativa do Porto Digital, intensificados pelo desenvolvimento de projetos que unem arte, tecnologia e cultura, potencializaram a condição do Porto Digital materializar a sua expansão, tornando-se um Arranjo de TIC e Economia Criativa.

5.2.3 Poder subjetivo

Após analisarmos, sob a ótica da regulação cultural, os conceitos que permeiam o Poder Institucional e Econômico no processo de expansão do escopo de atuação do Arranjo Produtivo Local de TIC e Economia Criativa, o Porto Digital, serão analisadas na presente seção, sob o ponto de vista do **Poder Subjetivo**, as práticas discursivas identificadas nos

⁴⁰ Tradução nossa.

discursos dos entrevistados, bem como nos documentos e textos pesquisados, que se materializam em estratégias de poder, conforme argumenta Cappelle et al. (2005, p. 361), disciplinando “o corpo, instituindo gestos, atitudes, condutas e posturas, regulam a mente e ordenam as emoções.”

Preliminarmente, conforme apresentado no Quadro 3 (5) a seguir, nos debruçaremos por compreender o que apregoam as abordagens de Arranjos Produtivos Locais, ou seja, práticas comuns que caracterizam essas aglomerações, inclusive no caso estudado.

Quadro 3 (5)- Aspectos comuns das abordagens de aglomerados locais

Localização	Proximidade ou concentração geográfica
Atores	Grupos de pequenas empresas Pequenas empresas nucleadas por grande empresa Associações, instituições de suporte, serviços, ensino e pesquisa, fomento, financeiras, etc.
Características	Intensa divisão de trabalho entre firmas Flexibilidade de produção e de organização Espacialização Mão-de-obra qualificada Competição entre firmas Estreita colaboração entre as firmas e demais agentes Fluxo intenso de informações Identidade cultural entre os agentes Relações de confiança entre os agentes Complementaridades e sinergias

Fonte: Lemos (1997)

Conforme verificamos, um primeiro aspecto característico desses aglomerados de empresas está relacionado à concentração geográfica ou proximidade física. Essa característica pode ser compreendida no discurso do entrevistado 06, onde o território do Porto Digital é concebido como um *habitat* de inovação, ou seja:

Um território que tem condições institucionais, políticas, legais, financeiras, técnicas, gerenciais, estratégicas, infraestruturais, propícias à alavancagem de negócios baseados em inovação. Isso é um *habitat* de inovação. Então, nós temos um conjunto de mecanismos legais que criam e reconhecem o território do bairro do Recife como sendo um território do Porto Digital (E6: 89-93).

O fato dos empreendimentos que compõem o Porto Digital estarem próximos geograficamente e de possuírem um ambiente constituído por um conjunto de iniciativas que dinamizam a convivência, a troca de experiências, o compartilhamento de ideias e projetos, dentre outros, propiciam a geração de inovação e de artefatos com alto valor agregado. Dessa forma, o grande benefício proporcionado pelo adensamento é:

O efeito da aglomeração, é a possibilidade da cooperação e dos vínculos de cooperação surgirem espontaneamente, se darem cotidianamente e gerarem possibilidades de negócio. Os custos de transação são extremamente reduzidos quando você está próximo de um parceiro, um fornecedor, um parceiro do ambiente do trabalho, um cliente em potencial. A existência de 240 empresas num mesmo lugar, com 7 mil pessoas trabalhando no mesmo lugar, convivendo cotidianamente, no elevador, no café, nos 36 restaurantes que tem aqui nesse bairro para atender esse povo, nas ruas, nas paradas de ônibus, isso é o maior e o melhor dos benefícios. Não tem outro. Eu não titubearia em destacar esse benefício. A cooperação e a sinergia que você extrai da aglomeração de empresas e pessoas como sendo o principal benefício de se estar aqui no Porto Digital (E6: 149-159).

Alguns desafios estão sendo apresentados para que os efeitos dessa aglomeração produtiva proporcionada pelo Porto Digital nos bairros do Recife e Santo Amaro possam se concretizar em longo prazo, conforme verificamos nos argumentos do entrevistado 01:

Os empresários reclamavam muito de infraestrutura, por incrível que pareça, porque você continua não tendo calçadas, esgoto e etc. Dificuldade para estacionar, agora como o trânsito está pior, o povo reclama mais ainda (E1: 76-78).

Essa questão de imobilidade hoje, eu, por exemplo, ia muito ao Porto Digital, eu ia duas ou três vezes por semana ao Porto Digital. Por diversas razões, hoje, cara, tô dando um boi de presente para não ir, entendeu? Por que eu acho que hoje a questão de mobilidade urbana coloca uma ameaça séria a ideia de adensamento naquela região, entendeu? Sem uma solução mais decente, não adianta (E1: 83-87).

Com relação aos atores que constituem uma aglomeração produtiva, identificamos a construção de pequenos grupos e de grupos nucleados por grandes instituições, além da atuação por parte das entidades representativas, instituições de suporte, universidades, centros de pesquisas, secretarias governamentais nas esferas municipal, estadual e federal, instituições de fomento, dentre outras.

Nós temos aqui, nessa ilha, nós temos Secretarias Municipal e estadual de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, nós temos o Ministério da Cultura [MinC] aqui dentro, nós temos a sede da Associação Empresarial da Informática, que é a Assespro, temos um braço de desenvolvimento do setor de informática chamado Softex e, eles estão aqui na ilha, isso já gera um benefício espontâneo, informal. Além do mais, como eu lhe disse, essas entidades estão dentro do conselho do Porto Digital. Então, você tem não apenas um convívio cotidiano que se dar pela proximidade, hoje eu almocei na mesa ao lado do Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, então, você conversa coisa de trabalho, coisa do Porto Digital, ali. Mas, além disso, do lado informal, cotidiano que vem da aproximação, você tem a participação formal no conselho (E6: 369-378).

Notadamente, no caso do Porto Digital, podemos compreender esses aspectos, pois, no ano de 2013, o APL passou a contar com 230 empreendimentos embarcados, entre empresas de *softwares* e serviços de TIC, empresas incubadas, empresas de economia criativa e empresas que prestam serviços às empresas de TIC (PORTO DIGITAL, 2013; 2010; CICTEC, 2013). Do mesmo modo, conforme descrito na seção anterior acerca do poder econômico, as empresas do Porto Digital, em sua maioria, são nucleadas pelas entidades representativas Assespro e Softex. Compreendemos ainda, as presenças da Universidade, por meio do CIn/UFPE - com forte interação com o Cesar, e das representações governamentais por meio da atuação da Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia (Sectec), da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Recife e demais órgãos.

Igualmente, em se tratando da atuação desses atores no território do Porto Digital, o que se percebe é que eles buscam a sinergia e complementaridades. Essa característica pode ser identificada no discurso de atores que constituem o APL:

O Porto Digital trabalha com estratégias *botton-up*. O que é que isso quer dizer? A gente parte de um modelo conceitual, que a gente julga consiste e robusto. E mergulha na montagem de infraestruturas; infraestruturas de capital humano, infraestrutura de laboratórios, de incubadoras, de aceleradoras, de redes, etc. Ou seja, criamos a base. Daí pra frente, quem ocupa essa base, são as empresas. As empresas vão povoando esse Porto Digital, a partir, daquilo que a gente propicia como base que decorre de um conceito. Ou seja, esse *midway* é os passos das empresas, eu te digo pra dizer que uma vez estando aqui - as empresas - o nosso convívio cotidiano com elas é muito baixo, da gestão do Porto Digital, somos os gestores do Porto Digital. A gente tem um convívio cotidiano baixo com as empresas, porque elas tocam os seus negócios num ambiente que a gente cuide de tornar cada vez melhor. Nosso papel é criar um ambiente que seja muito propício para os negócios. Que seja o melhor possível. Aí sendo um bom ambiente, a empresa vem para cá. E a empresa vem para cá, e no primeiro momento, ela interage com a gente para saber dos benefícios e etc. E, no dia-a-dia, ela vai se relacionando a partir dos programas que a gente tem, e beneficiam as empresas. - Ah, tem um programa de formação em Java, 150 pessoas, então, aqui na nossa área de capital humano, divulga o edital, entra em contato com as empresas, bota na *fanpage*, bota no *website*, faz um *newsletter*, etc. quem inscreve, faz o curso e acabou. Depois, não, vai ter uma missão empresarial, ou o Porto Digital apoia uma missão empresarial e num sei o que. Beleza, vai ter, 3 ou 4 empresas participam. Então, é assim, as empresas vem e se mantém pela qualidade do ambiente, que é nossa responsabilidade. Então, é isso (E6: 383-401).

Todavia, no relacionamento entre aqueles que compõem o arranjo, também existem divergências conceituais e alguns conflitos específicos, estabelecidos por grupos constituídos pelas empresas de TIC tradicionais e as empresas ingressas vinculadas ao novo braço do

arranjo - a Economia Criativa. Do ponto de vista das divergências conceituais, destacam-se as discussões que permeiam o processo de expansão do Porto Digital para economia criativa:

Todo mundo já sabia, não era experiência só daqui, era no mundo, que você adensar empresas e criar polos tecnológicos, *clusters*, ou o nome que a gente queira dar, APL, isso é uma coisa que funciona. Funciona no Vale do Silício, funciona em vários países do mundo, então, já tinha essa consciência e se estava procurando onde é que ela iria acontecer. Tinha uma hipótese de acontecer aqui na Várzea, porque é a terra da Universidade” (E1: 9-13).

O que aconteceu nesse novo planejamento do Porto Digital, é que houve uma reflexão importante, veja bem, o Porto Digital é um Parque Tecnológico, vamos dizer assim, de TIC – Tecnologia de Informação e Comunicação. A reflexão principal do Planejamento Estratégico, e na época eu ainda era conselheiro [do Porto Digital], é que... não dar... é muito difícil você manter um Parque Tecnológico só de TIC! Porque TIC é área-meio, não é área-fim. Ela cria as ferramentas para alguma área fazer alguma coisa. Então, precisava pensar em outras coisas, a primeira coisa que foi pensada, foi a Economia Criativa, como área que absorveria a tecnologia feita pelas empresas do Porto Digital. Mas, a metal-mecânica, coisas ligadas a SUAPE, coisas ligadas a automóveis, coisa ligada a qualquer coisa, pode, qualquer uma dessas áreas ser beneficiada das tecnologias criadas no Porto Digital, entendeu (E1: 47-56) .

O Porto Digital tem um conceito, que bebe mais no conceito original inglês, que pega coisas da inovação e da tecnologia, tanto que as áreas que eles fazem como recorte, são áreas fortes na questão da tecnologia, mas, também, estão engatinhando, nessa questão, quando saem do tradicional que é jogos e TIC, mas, nessa relação cultura, inovação e tecnologia, tem coisas que, digamos assim, são termos em conflitos, em disputa (E4: 47-51).

Uma primeira reflexão idealizada foi a da criação de um conceito de APL urbano na Cidade do Recife, ou seja, instalar em um território adensado e com uma estrutura desenvolvida, um arranjo produtivo de TI. O Porto Digital tinha a opção de se instalar na Várzea, território da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), entretanto, por um conjunto de fatores, inclusive de ordem regulatória, resolveu se instalar no bairro do Recife, expandindo-se em seguida para o bairro de Santo Amaro, com o polo de economia criativa e a criação do *cluster* Portomídia.

Sobre o processo de expansão, fez-se uma importante reflexão, pois, como podemos perceber no discurso de um dos entrevistados, a TIC é considerada área-meio, ou seja, ela cria instrumentos para outras áreas se desenvolverem, como no caso da economia criativa por meio da música e os *games* – por exemplo, assim, viabilizando os seus artefatos. Então, mais do que compreender as competências e as novas cadeias produtivas que surgiram no mundo, o Porto Digital necessitava expandir o seu escopo de atuação, de modo que pudesse assegurar a sua competitividade nesse cenário tão complexo e em disputa que nos deparamos. Portanto,

com base em pesquisas realizadas, a exemplo dos estudos da CGEE (2011) e da Oremi e Mega Consultores (2010), o Porto Digital decidiu por se expandir, por alterar o seu Estatuto Social, influenciando na atualização das leis vigentes no Recife e incorporando alguns setores criativos nos benefícios que também são proporcionados as empresas de TIC, materializados na estratégia de construção do Portomídia.

[...] isso já vinha sendo costurado antes, isso já vinha rolando, porque a prefeitura tem assento no conselho do Porto Digital e isso já era uma conversa que já vinha andando. Agora, em paralelo, teve uma discussão, ainda com João da Costa [ex-prefeito do Recife], sobre as vocações da Cidade do Recife, e foi feito um estudo com Cláudio Marinho [estudo realizado pelo CGEE, denominado: Inovações Tecnológicas em cadeias produtivas selecionadas: Oportunidades de negócios para o município de Recife (PE)] que bebeu do documento de Planejamento Estratégico financiado por mim, por meio da Finep [Financiadora de Estudos e Projetos], foi eu que coordenei, para a criação do Delta Zero. Na época, a gente fez todo um estudo, envolvendo mais de 200 pessoas, envolvemos na discussão sobre economia criativa em Recife. Então, foram convergências que estavam rolando em paralelo. Do jeito, aliás, é preciso dizer que o projeto Finep, ele já era para criar um polo de cine-animação aqui. E veio ampliando para um polo de economia criativa, que na época a gente não tinha nem esse nome... foi só no fim que apareceu. A gente chamava de produção de conteúdo cultural... nem nome tinha... e... em paralelo foi o Porto Digital querendo se envolver nisso, entendeu? Então, em paralelo, aí, a ordem histórica, a gente começou... o Porto Digital começou, mas, independente da gente, depois a gente foi convergindo... o Governo do Estado, dentro da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, eu tenho até uma figura disso, foi com o programa PE Criativo, também, achando que isso era importante, e a Prefeitura lançou esse estudo também, então, houve convergências de que era importante olhar para a economia criativa de vários atores diferentes (E1: 182-203).

Um terceiro aspecto que podemos destacar está associado ao processo de escolhas dos setores criativos que mais dialogariam com os setores de TIC presentes no Porto Digital. Nesse sentido, conforme podemos constatar no discurso dos entrevistados, as escolhas foram realizadas da seguinte maneira:

Fácil! Os [setores] que tinha uma dependência maior da tecnologia. Esse é o recorte que Chico Saboya tomou, ele tem um discurso um pouco diferente. Ele vai dizer que tem umas áreas que é assim, que ele considera que é, e outras que ele considera que não é economia criativa, mas, tudo conversa fiada, entendeu? O básico, e seria muito mais fácil de dizer, em vez de criar polemicas, é dizer o Porto Digital recorta, então, por exemplo, gastronomia que não tem TIC ou muito pouca a gente não tá e/ou a gente não incluir gastronomia, porque a gente acha que não tem [TIC]. E eu fiz o trabalho com ele: quais os setores, nos próximos anos, terão um maior impacto da tecnologia e do *design*? Fez um gráfico todinho, e os setores que tem mais impacto foi esse que o Porto Digital disse: são esses que eu vou tomar conta. *Games*, cinema, publicidade, entendeu? Música. E aí, antiquários e num sei que lá, móveis e num sei o que. Ok. Móveis pode ter um impacto

tecnológico, mas, não é como *games*, entendeu? Então, o recorte é esse que faz...completamente coerente com o que faz o NGPD. Porque, apesar de como eu estou lhe dizendo, apesar da expansão para economia criativa e do Portomídia, ainda se você olhar para o conselho [de gestão do Porto Digital], é um conselho de TIC, entendeu? Então, o pé do Porto Digital continua fincado em TIC! Não tem o que fazer (E1: 366-380).

Bem simples! Aqueles que são intensivos em Tecnologia da Informação e Comunicação [TIC] (E3: 217-218).

Você sabe que a economia criativa tem que ter o conceito. A economia criativa é um bocado de gente escrevendo sobre isso, ok. Eu já vi listas com 30 (trinta) linguagens! - Ah, economia criativa é artesanato, restauração, eventos ao ar livre, dança, ópera, pintura, escultura, *games*, informática, *software*, audiovisual, *design*, etc. Aí, você vai... vai... vai... moda, gastronomia, então tem gente que escreve que são 12 (doze), 16 (dezesesseis), 18 (dezoito), 20 (vinte)...eu já vi 30 (trinta). Se você não der foco, nada acontece. Então, a gente precisava tomar uma decisão, a primeira decisão era: Vamos crescer. A segunda decisão era: Uma das estratégias para a gente crescer, era criarmos um segundo *cluster*. A terceira decisão era: Qual será esse *cluster*? Economia criativa. A quarta decisão é: Que recorte nós vamos dar da economia criativa? Aí, nós escolhemos, 6 (seis) linguagens: *games*, multimídia, cine-vídeo-animação, *design*, fotografia e música. Sobre que critérios: são os 6 (seis), dos 12 (doze), dos 15 (quinze), dos 30 (trinta) setores ou segmentos que compõem a economia criativa, que estão mais diretamente relacionados e impactados pelas Tecnologias da Informação. Primeiro deles, é *games*, é óbvio. Se você tira TI, não existem os jogos digitais, entendendo que *games* são jogos digitais. Então, fizemos um modelinho matemático simples, em que a gente considerava essencialmente o seguinte: Imagina uma matriz em que você tem nas colunas essas linguagens todas, essas 15, 20 ou 30 linguagens que vão dos *games* até restauração de antiguidades. E nas linhas você tem os parâmetros de avaliação do grau de aderência entre essas linguagens e as TIC, entre essas linguagens e o *design*. As duas variáveis que nós tomamos como referencia, foram: O impacto das TIC e o impacto do *design* nessas 30 (trinta) linguagens. E fizemos uma escala de 1 a 5 com pesos e pontos, em que a gente perguntava fundamentalmente, o seguinte: O quanto essas linguagens são impactadas pelas TICs? Considerando o modo como elas se davam 30 anos atrás, como se dão hoje e como se darão nos próximos 30 anos [...] (E6: 404-470).

O que podemos constatar nos argumentos proferidos pelos entrevistados é que o Arranjo Produtivo Local pernambucano de TIC e Economia Criativa identificou a necessidade em se expandir, diante desse cenário tão complexo e em disputa no qual está inserido, assim como pressionado pelo surgimento de iniciativas na Cidade do Recife que ansiavam pela criação de um polo que congregasse empreendedores vinculados a diversos setores da economia criativa, como música e *games*. O arranjo optou pela criação de mais um *cluster*, materializado na estratégia do Portomídia, chegando à conclusão de que os setores relacionados à economia criativa que mais dialogam com a sua área-meio são: *games*, multimídia, cine-vídeo-animação, *design*, fotografia e música.

Do ponto de vista dos conflitos específicos, podemos compreender que apesar do seu protagonismo, o Porto Digital é povoado por diversos grupos, entre artistas, intelectuais, empresários e empreendedores atrelados aos setores de TIC e/ou economia criativa, representantes governamentais, dentre outros. Portanto, conforme demonstraremos a seguir na fala de alguns dos entrevistados, existem conflitos específicos com relação à decisão de se expandir o Porto Digital; sobre as empresas entrantes de economia criativa e a sua “culturalização” ao modo de funcionamento do Porto; além do próprio acompanhamento cotidiano das empresas embarcadas.

[...] O NGPD tem é feito um esforço genuíno de aproximação com os artistas e empresários da área de economia criativa. Mas, o diálogo precisa avançar muito. Eu acho que esse é um desafio! Tinha instituições como o Delta Zero, que supostamente deveriam está fazendo esse meio de campo, não sei se estão conseguindo fazer, o próprio Chico disse que o Delta Zero era o *missing link*, porque eles precisam desse dialogo... Por quê? Porque o Porto Digital, o segundo desafio que tem conexão total com esse, que o Porto Digital fez um investimento altíssimo de infraestrutura, um prédio do Portomídia e precisa ocupá-lo. Não que ele não tenha o que fazer nada, mas, eles estão subutilizando o prédio. Isso, a tempo, não se sustenta. Então, como você cria uma mobilização para o uso intenso e ter agenda ali para usar, os caras esperando uma semana para poder conseguir espaço, entendeu? A parte mais fácil foi conseguir dinheiro, a parte mais difícil vai ser conseguir fazer as pessoas usarem e apartir dali empreenderem e criarem coisas novas, e o incrível, é que existe demanda de um lado, existe a oferta do outro, então, é só uma questão de azeitar o diálogo e pensar nos modelos que isso vai funcionar. (E1: 109-124).

Eu sinto falta de uma articulação maior do Porto Digital com relação às empresas que estão embarcadas. Estrategicamente optou-se por focar na expansão do Porto Digital, na viabilização de projetos estruturantes - como vem acontecendo, mas, eu sinto que nos últimos anos se perdeu um pouco dessa, que também é missão do Porto Digital, se perdeu um pouco dessa capacidade de juntar as empresas, de colocá-las próximas. Desde ações simples, como *happy hour* com os embarcados, ações de relacionamento, enfim. Eu sinto falta, hoje, disso. É como se tivesse crescido tanto que talvez tenha olhado pouco para os embarcados. Tem empresa lá que nem deu entrada ainda na isenção do imposto, entendeu? Não sei se por não enxergar relevância, pra mim cada centavo é relevante, enfim, esse para mim é o principal problema. Eu sinto uma falta de articulação interna, entendeu? A imagem do Porto Digital, para fora, ela é fantástica, extremamente bem cuidada, bem sucedida. Talvez, a imagem interna não tenha tanto essa força. Você talvez deva ter conversado com empresas embarcadas que tenham esse mesmo sentimento, entendeu? De achar que o Porto Digital está distante deles, entendeu? Pronto, acho que é isso o resumo, eu sinto que o Porto Digital, hoje, distantes dos embarcados, entendeu? (E2: 139-152).

Eu acho que foi uma ótima sacada, uma ótima visão, uma ótima proposta. Acho, no entanto, que hoje, o Núcleo de Gestão do Porto Digital (NGPD), tinha que... a gente está numa época de discussão de transparência. Eu acho que falta uma maior transparência, eu acho que é uma questão fundamental! Até para o próprio avanço do Porto Digital, é porque ele é uma Organização

Social (OS), então, ele não é simplesmente, nem é do governo, mas, também, não é só de quem está à frente do negócio. Ah! Tem um Conselho de Gestão. Acho que uma das coisas que se discute muito, hoje, é transparência e a participação! Para ousadia da proposta, ele tem que ter mais transparência e maiores instrumentos de participação. Ele não tem um instrumento de participação de quem pertence ao território. Não existe! Um lugar, de articulação do território, eles não tem uma política de articular o território. Ele diz, apenas: - Esse território aqui, eu estou aqui, tem tantos milhões sendo feito aqui, tem meus prédios aqui. Não tem uma política de chamar pra junto. Acho que desse ponto de vista, quando você colocou no futuro, das questões legais e etc., eu acho que para os desafios que estão postos, precisa maior transparência, precisa de articulação e interlocução com a sociedade como um todo, mas, mais ainda com os que estão ao redor e que consta na hora de apresentar à estatística, como sendo do território. Acho que estas são questões-chave e que são fundamentais do ponto de vista do futuro, para que tenha um futuro bem sucedido. Porque, pode ser também... porque se ficar muito fechado, pode ficar muito poderoso, muito fechado, muito monopólio, e aí não vai dar certo [...]. É o ouvido, ouvidoria, é o ouvir. Hoje, a sociedade pede interlocução. Então, o Porto Digital não é uma estrutura privada, ele precisa ser mais aberto, mais transparente e aberto a escutar e a interagir, a criar parcerias. [...] O Delta Zero é uma associação de empreendedores. E a gente vai passar, agora, por uma formatação, pra gente ter mais perto, inclusive, os associados, para poder ter interação. Porque se não, fica só a cúpula. Então, esses mecanismos de transparência, de participação, de interação é que são fundamentais para o presente e o futuro. Porque se não, vira uma caixa preta e, onde tem caixa preta, tem confusão! (E4: 348-385).

Conforme podemos verificar, os entrevistados citados reconhecem os esforços que foram ou estão sendo feitos pelo NGPD, entretanto, consideram não suficientes diante dos desafios colocados ao APL, sobretudo, com a decisão de expandir o seu escopo de atuação, criando um novo *cluster* de economia criativa, representado pelo Portomídia.

Acerca do novo polo de economia criativa, o Portomídia, os entrevistados são unânimes no sentido de que precisa existir um maior diálogo entre o NGPD, as empresas existentes e as entrantes, inclusive as de economia criativa. Além disso, percebe-se a necessidade em haver maior articulação entre os embarcados, visando à consolidação dos investimentos feitos para a criação do novo arranjo. Conforme o argumento do entrevistado 04, um caminho alternativo que poderia ser trilhado seria por meio do fortalecimento do Conselho de Gestão do Porto Digital, existindo maior participação dos embarcados, bem como uma presença mais cotidiana do Conselho no dia a dia do Porto. Esse argumento é reforçado pelo entrevistado 01:

Aí, tudo bem... tem uma série de relações aí. Tem programas, como eu disse, não tem uma amarração grande porque, mas, elas tem sempre um representante das incubadas, das locais no conselho. Então, tem amarrações institucionais. É porque o conselho, antes da expansão, já previa a presença

de um artista [no caso da representação da economia criativa no conselho de gestão do Porto Digital]. Só isso. Mas, depois disso, não mudou. Não tem, hoje, um negócio que diga, tem um representante do Delta Zero [Instituto Delta Zero Para o Desenvolvimento da Economia Criativa, associação de empresários de economia criativa], pensando nas empresas do Porto Digital, não, não tem. Por isso que eu digo, o Porto Digital expandiu para economia criativa, mas, ainda falta um dialogo, entendeu? Com TIC, não. Porque os caras já tem lá membro da Assespro, membro da Softex tem assento no conselho, portanto, tem representatividade no conselho. (E1: 310-321).

Por fim, o que podemos compreender nas práticas discursivas presentes nos discursos dos entrevistados é que apesar de o Porto Digital ter protagonizado mais um importante capítulo no desenvolvimento da Cidade do Recife, levando-se em consideração as suas características e o contexto no qual estamos inseridos, sobretudo, no que tange à criatividade e à forte cultura presente na região, materializados na estratégia de criação de um novo *cluster* de economia criativa, o arranjo ainda necessita consolidar a sua expansão, levando-se em conta a presença dos novos entrantes, vinculados aos setores criativos, bem como viabilizando espaços que permitam maior articulação e diálogo de todos os atores que o integram.

6 Considerações Finais

Diante da necessidade em se descortinar novas abordagens e campos teóricos que possibilitem compreender essa nova ordem mundial e o complexo papel da cultura no cotidiano que se inseriu o presente estudo, o interesse por se apreender como atuam as possíveis tensões desenvolvidas no processo de regulação cultural em meio à [re]conversão de um Arranjo Produtivo Local (APL), nesse caso, assimilar **como ocorreu o processo regulatório de expansão do escopo de atuação do Porto Digital, que culminou na criação de um novo *cluster*, denominado Portomídia**, representa o alvo do esforço analítico produzido por esse estudo. Assim, com base nas entrevistas realizadas, além dos documentos, leis e relatórios coletados, se buscou discutir o marco regulatório desse processo de expansão do Porto Digital, sobretudo com a criação do novo arranjo institucional.

Testemunhamos, no campo organizacional, a emergência das empresas em rede surgindo como resposta adaptativa à demanda por individualização da mão de obra, agilidade, flexibilidade, mobilidade, capacidade para geração de conhecimento e processamento de informações com eficiência para atender às necessidades crescentes de lucro do capital. Logo, a morfologia da rede parece estar bem adaptada à crescente complexidade de interações e aos modelos imprevisíveis do desenvolvimento derivado do poder criativo de tais interações articulando os fluxos de negócios organizacionais. Tais aspectos, consequentemente, têm pavimentado a construção de novas vivências sociais e culturais para os indivíduos, conforme analisamos na cidade do Recife com a criação do cluster de informática e de economia criativa.

Assistimos as intensas mudanças que vêm ocorrendo no ambiente organizacional, sobretudo, com a intensificação das redes e das parcerias, somados ao estreitamento na relação entre as organizações e os atores envolvidos na construção dos seus respectivos artefatos, como no caso pernambucano do APL de TIC e Economia Criativa - o Porto Digital. Entretanto, como vimos ao longo do estudo, embora exista um vasto campo de pesquisas na literatura das teorias organizacionais acerca dos *cases* de arranjos produtivos no Brasil, o que observamos é que estas não conseguem dar conta do universo simbólico dessas organizações, sobretudo, aquelas marcadas por uma complexa e interdependente dinâmica entre focos dispersos de produção, circulação e consumo que vivenciamos na globalização e que alteram a relação espaço e tempo dessas organizações na contemporaneidade (HARVEY, 2012).

A justificativa por utilizar os conceitos que permeiam o estabelecimento dos Estudos Culturais para a elaboração teórico-empírica do presente estudo se produziu pela sua abertura e versatilidade teórica, além da sua leitura crítica, reflexiva e dinâmica sobre diversos aspectos. A aplicabilidade desse novo construto propicia maior entendimento acerca dos fenômenos organizacionais relacionados a temas contemporâneos, como a criação de espaços para a transferência de conhecimento e tecnologia, *living lab*, criação de sistemas integrados e o desenvolvimento do processo de organicidade de arranjos produtivos.

No argumento dos Estudos Culturais, a definição de um artefato se estabelece ou se modifica por meio de cada interação cultural ocorrida. Para tanto, conforme verificamos na Figura 2 (2), diversas teorias surgiram buscando compreender tais interações, entre elas o modelo teórico proposto por Du Gay et. al (1997), que abrange a circularidade de valores simbólicos que interagem por meio de cinco processos culturais: representação, identidade, produção, consumo e regulação. Para a construção do presente estudo, fez-se a opção por se debruçar pela compreensão da regulação cultural, pois, em se tratando dos argumentos proferidos pelas teorias acerca dos Arranjos Produtivos Locais, o que prevalece é a visão economicista do processo, desprezando, muitas vezes, o aspecto institucional e subjetivo, até mesmo a articulação desses três processos.

Com base no modelo teórico de Du Gay (1997), buscou-se analisar, sob o ponto de vista da temática da regulação, como se estabeleceram os discursos e as práticas no processo de expansão do APL pernambucano de TIC, especialmente com a criação do novo *cluster* de economia criativa. Nesse sentido, fez-se a opção pela visão da regulação cultural possibilitada pelos estudos de Thompson (1997), com base nos conceitos de Foucault (2012), buscando identificar conexões na forma como se estabelecem o controle social dos agentes vinculados ao *cluster*, regulamentado, sobretudo, por instituições sociais.

Para compreendermos essas conexões na formatação do controle social, os estudos de Thompson (1997) e Foucault (2012) se constituem por meio de uma abordagem da tipologia de poder, havendo três tipos: o poder institucional, no qual é alicerçado por meio de regras e regulação; o poder econômico, que é composto pelos sistemas de classes; e o poder subjetivo, organizado por intermédio dos discursos e práticas.

Aplicando esses conceitos de poder no processo de expansão de um Arranjo Produtivo Local, especificamente no caso estudado, identificamos que sob o ponto de vista do poder Institucional, o *cluster* Porto Digital é caracterizado por um conjunto de leis como uma Organização Social (OS) governada por uma hélice tríplice representada pelo Núcleo de Gestão do Porto Digital (NGPD) e o seu Conselho de Administração, onde atuam os atores

envolvidos. Além disso, essas regras e regulamentações que são estabelecidas também são responsáveis por criar os benefícios (redução dos impostos, por exemplo) e os formatos de funcionamento (Estatuto e Regimento Interno) do arranjo.

Em se tratando do poder Econômico, onde o poder político dos atores envolvidos é exercido, verificamos que apesar da expansão, o arranjo de TIC pernambucano e a estrutura por ele criada para embarcar os setores de economia criativa entrantes, não sofreram grandes modificações, portanto, são governados sob a lógica majoritária dos setores tradicionais de TIC. Para exemplificarmos, o Porto Digital criou um comitê tático, representado pelo NGPD, a Assespro e Softex, que trabalha para articular os projetos estratégicos do APL.

Por fim, sob o ponto de vista do poder Subjetivo, onde estão situados os discursos e as práticas, vimos que no caso pernambucano do APL de TIC, sobretudo no processo de expansão para a criação do novo *cluster* de economia criativa, a partir da Lei Municipal do Recife nº 17.762/2011, obteve autorização para se expandir até o bairro de Santo Amaro, bem como obteve a extensão do programa que oferece a concessão de benefícios fiscais aos estabelecimentos que estão associados ao Porto, inclusive os setores da Economia Criativa – cinema, produção audiovisual, design, fotografia, *games* e multimídia. Entretanto, ao longo da definição dessa estratégia de expansão e de incorporação dos novos setores ligados à economia criativa, surgiram divergências conceituais e conflitos específicos, relacionados ao conceito de economia criativa adotado e o formato de expansão do arranjo, que resultou na criação do Portomídia.

Sobre essas divergências conceituais vimos que surgiram algumas reflexões importantes no Porto Digital, primeiramente acerca do local de funcionamento do arranjo, portanto, conforme verificamos, definiu-se pela criação de um conceito de APL urbano instalado no bairro do Recife. Igualmente, refletiu-se acerca dos setores de atuação do Porto Digital. Isso se deu por se compreender que a TIC é uma área-meio, não uma área-fim, portanto ela é complementar para outras áreas, como a economia criativa. Dessa forma, o Porto Digital, amparado por alguns estudos e reflexões que estavam sendo produzidas na Cidade do Recife, decidiu-se por expandir o seu escopo de atuação, criando um novo *cluster* que abrangeria alguns setores da economia criativa. Sobre o processo de escolhas dos setores criativos, optou-se por escolher aqueles que mais dialogariam com a TIC.

Acerca dos conflitos específicos, percebemos que existem alguns deles com as empresas entrantes de economia criativa, por terem que se adequar à cultura de funcionamento do Arranjo, sobretudo por sua relação fundamental com a TIC, além da ausência de um acompanhamento diário das empresas embarcadas.

Essas práticas discursivas e esses contextos, na verdade, influenciam no processo de regulação do próprio arranjo. Os questionamentos levantados pelos entrevistados compuseram um acervo de discussões que estão presentes na construção do APL pernambucano de TIC e Economia Criativa, de disputas, debates colocados e caminhos alternativos, nos quais o arranjo poderá vir a seguir e, que políticas e normas deverão adotar. Então, a regulação de um Arranjo Produtivo Local, assim como o seu processo de expansão, não se estabeleceria apenas por um marco legal, pois o marco legal ele é consequência dessas práticas que estão ao seu entorno.

Por isso, ao se estudar um Arranjo Produtivo Local, especialmente os APL ligados a setores estratégicos como a economia criativa e a Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), é fundamental compreender não apenas os processos econômicos e tecnológicos de manufatura, a organização e distribuição dos artefatos, mas, sobretudo, práticas e discursos que se constituem nos processos decisórios e estratégicos, porque estes orientam os demais.

Devido à importância em se elaborar estudos que se proponham a discutir a dimensão da cultura nos estudos organizacionais, especificamente nos estudos de Arranjos Produtivos Locais, justamente pela importância que o mesmo possui para a geração de inovação e o desenvolvimento da economia criativa, no caso do Porto Digital, que este estudo traz implicações gerenciais para os empreendedores atuantes no setor, assim como para os agentes que elaboram as políticas públicas.

Entre as observações encontradas no setor identifica-se a dificuldade de articulação das empresas que compõem o arranjo, especialmente o relacionamento das empresas entrantes de economia criativa e as empresas consideradas tradicionais de TIC, o que dificulta a consolidação do processo de expansão do APL de TIC e economia criativa, com a construção do novo *cluster*, o Portomídia. Além disso, o Portomídia surgiu por meio do esforço coletivo de vários agentes relacionados à universidade, às empresas privadas e instituições públicas, com investimentos totais de R\$24 milhões⁴¹. Entretanto, o espaço necessita de uma agenda permanente de ações e iniciativas que envolvam todos esses agentes para a construção de um processo de governança específico para o *cluster* criado.

A partir deste estudo, surgiram novas inquietações que merecem maior aprofundamento e indicações para futuras pesquisas, tais como a aplicação do modelo teórico de Du Gay (1997), possibilitadas pelos Estudos Culturais, para se compreender como a

41 Informações obtidas no portal institucional do Porto Digital. Disponível <<http://www2.portodigital.org/portodigital/imprensa/ultimasnoticias/41501;42901;0805;6804;24289.asp>>. Acesso em 17 nov 2014.

criação de espaços de transformação de conhecimento e tecnologia podem auxiliar no desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais no âmbito da *open innovation*.

Referências

- ADORNO, T. W. (1903-1969). **Indústria cultural e sociedade** / Theodor W. Adorno; seleção de textos Jorge Mattos Brito de Almeida, traduzido por Juba Elisabeth Levy... [et al.]. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- AGLIETTA, M. **A Theory of Capitalist Regulation: The US experience**. London: Verso, 1979.
- ALBAGLI, Sarita. e MACIEL, Maria, L. **Capital social e empreendedorismo local: Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais**, UFRG, 2005.
- ALMEIDA, S. L. **Inovação e [Re]articulação de significados culturais**: disputas e alianças pela atribuição de sentidos ao queijo de coalho artesanal no contexto da indicação geográfica “Agreste de Pernambuco” / Simone de Lira Almeida. Tese (Curso de Doutorado em Administração). Recife: O Autor, 2012.
- _____. GUERRA, J. R. F.; PAIVA JR., F. G. Que Cultura é essa nos Estudos Organizacionais? Uma Proposta de [Re]Discussão a partir dos Estudos Culturais. **Anais**. São Paulo: XXXIII EnAPAND, 2009. Disponível em < http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad_2009/EOR/2009_EOR2849.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2014.
- AMORIM, A. N. G. F.; AMORIM, T. N. G. F. Iniciativas de Desenvolvimento Local na Criação de Ecossistemas Inovadores em TI: O Caso do Porto Digital. **Anais**. Resende – RJ: Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia (SEGET), 2004. Disponível em < http://www.aedb.br/seget/artigos04/153_SEGET-Porto%20Digital.doc>. Acesso em 13 jun. 2014.
- ASSESPRO. **Portal Institucional: Associados**. Recife: ASSESPRO PE-PB. Disponível em < <http://www.assespro-pe.org.br/listaTodos.php>>. Acesso em 08 ago. 2014.
- AUSTRALIAN GOVERNMENT. **Creative Australian**. Commonwealth of Australia: Australian Unlimited, 2013.
- BAUER, M.; GASKELL, G.; **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BENDASSOLLI, P. F. *et al.* Compreendendo as Indústrias Criativas. In: Kirschbaum, Charles *et al.* (org.). **Indústrias Criativas no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2009.
- BERBEL, A. C. A. **O processo de internacionalização de um cluster de empresas de software**: o caso do Porto Digital. Dissertação (Mestrado em Administração). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto COPPEAD de Administração, 2008.
- BRITISH COUNCIL. **Recife Playable City**. Reino Unido: British Council Mundial. Disponível em: < <http://creativeconomy.britishcouncil.org/blog/13/07/12/recife-playable-city/>>. Acesso em 13 ago. 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. DF: Planalto, 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 19 mai. 2014.

BRASIL. **Edital do Pregão Eletrônico Nº 35/2013: Anexo I - Termo de Referência**. DF: MDIC, 2013. Disponível em <<http://www2.desenvolvimento.gov.br/arquivo/se/licitacao/PREGAO%20ELETRONICO%20N%2035-2013-%20ESTUDO%20TECNICO%20ARRANJOS%20PRODUTIVOS%20LOCAIS.pdf>>. Acesso em 14 jun. 2014.

CANCLINI, Néstor G. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. 4. Ed. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1999.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 13 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

CAPPELLE, M. C.; MELO, M. C. O. L.; BRITO, M. J. Relações de Poder segundo Bourdieu e Foucault: Uma Proposta de Articulação Teórica para a Análise das Organizações. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 7, n. 3, p. 356-369, 2005.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. Sistemas de Inovação e Desenvolvimento: as implicações de política. **SciELO**. São Paulo: EM PERSPECTIVA, v. 19, n. 1, p. 34-45, jan./mar. 2005. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v19n1/v19n1a03.pdf>>. Acesso em: 14 mai. 2014.

CASSIOLATO, J. E. O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas. In: LASTRES, H. M. M. et al. *Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003. P. 1-10.

CAPES. **Banco de teses e dissertações**. Disponível em:<<http://bancodeteses.capes.gov.br/>>. Acesso em 13 mai. 2014.

CICTEC. **3º Seminário CICTEC: Inovação e Competitividade na Economia Criativa**. Recife: Centro de Inteligência Competitiva para Parques Tecnológicos, 2013. Disponível em: < <http://www.slideshare.net/cictec/3-seminrio-cictec-porto-mdia-joana-mendona-e-mariana-valena-29-05-2013>>. Acesso em: 09 de ago. 2013.

CIN/UFPE. **Portal Institucional: Sobre o CIn**. Disponível em <<http://www2.cin.ufpe.br/site/secao.php?s=1&c=1>>. Acesso em: 05 ago. 2014.

CGEE. **Inovações Tecnológicas e Cadeias Produtivas selecionadas: Oportunidades de negócios para o município de Recife (PE)**. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2011.

CLEGG, S. R.; HARDY, C. Introdução: organização e estudos organizacionais. In CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. (orgs. ed. inglesa) e CALDAS, M.; FACHIN, R.; FISCHER, T. (orgs. ed. brasileira). **Handbook de estudos organizacionais**, v.1. São Paulo: Atlas, 1999.

COMBAT, F. A. Hegemonia e Dominação: as possibilidades de reinterpretação de conceitos gramscianos a partir da Abordagem da Regulação. **Anais**. Campinas: 5º Colóquio Internacional Marxengels, 2007. Disponível em <http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt1/sessao4/Flavio_Combat.pdf>. Acesso em: 07 de set. 2013.

CORIAT, B. La régulation dans la crise actuelle. **Les Cahiers Français**, n. 209, p. 65-68, jan./fev. 1983.

CORRIGAN, P.; SAYER, D. **The Great Arch**, Oxford, Blackwell, 1985.

CORRÊA, Maria Iraê de Souza. **Os novos tempos e a constituição discursiva do sujeito coletivo**: um estudo no campo do empreendedorismo no setor de Tecnologia da Informação e Comunicação. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Administração. Recife: O Autor, 2007.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3.ed. Porto Alegre: Artmed/Bookman, 2010.

_____. **Qualitative inquiry and research design**: Choosing among Five approaches. 3 ed. Thousand Oaks, CA: Sage, 2007.

CUNHA, S. K.; NEVES, P. Aprendizagem Tecnológica e a Teoria da Hélice Tripla: Estudo de Caso num APL de Louças. **RAI - Revista de Administração e Inovação**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 97-111, 2008.

Decreto nº 20.508/2004. Disponível em <http://www.recife.pe.gov.br/pr/secfinancas/portalfinancas/uploads/pdf/Decretos/DECRETO_20508_2004.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2014.

Decreto nº 33.817/2009. Disponível em <http://www2.portodigital.org/portodigital/ARQUIVOS_ANEXO/Decreto_OS.pdf>. Acesso em 24 mai. 2014.

DENZIN, N. K. **The research act**: a theoretical introduction to Sociological methods. New Brunswick: Transaction Pub, 2009.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens . 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006. 432 p.

DIÁRIO OFICIAL DA CIDADE DO RECIFE. **Regimento Interno do Comitê Municipal de Apoio ao Porto Digital**. Prefeitura do Recife: Recife, 2004, edição 546. Disponível em <<http://www.recife.pe.gov.br/diariooficial/exibemateria.php?cedicacodi=546&aedicaano=2004&ccadecodi=2&csecaocodi=21&cmatercodi=1&QP=Porto+Digital&TP=>>>. Acesso em 25 jun. 2014.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO (ISSN 1677-7069). **Secretaria de Economia Criativa**. Imprensa Nacional: Brasília, 2013, p. 16-19, nº 146, seção 3. Disponível em <<http://www.in.gov.br/visualiza/index.jsp?data=31/07/2013&jornal=3&pagina=16&totalArquivos=248>>. Acesso em 24 set. 2013.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. **Termo de Cooperação registrado no processo nº 01400.015221/2013-65 em 22 de julho de 2013.** Imprensa Nacional: Brasília, 2013, p. 21, nº 141, seção 3. Disponível em < <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/56952160/dou-secao-3-24-07-2013-pg-21/pdfView>>. Acesso em 14 jun. 2014.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **Decreto nº 36.744, de 07 de julho de 2011.** Companhia Editora de Pernambuco – CEPE: Recife, 2014, p. 9, nº 129. Disponível em < <http://www.cepe.com.br/diario/includes/doel/box.php?ano=2011&data=20110708&caderno=1-PoderExecutivo&key=faf6019ad4983d749a910b4d41fe544d74771361>>. Acesso em 20 jun. 2014.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **Decreto nº 40.568, de 01 de abril de 2014.** Companhia Editora de Pernambuco – CEPE: Recife, 2014, p. 7, nº 61. Disponível em < <http://www.cepe.com.br/diario/includes/doel/box.php?ano=2014&data=20140402&caderno=1-PoderExecutivo&key=faf6019ad4983d749a910b4d41fe544d74771361>>. Acesso em 24 jun. 2014.

DU GAY, P. *et al.* **Doing cultural studies: the story of the Sony walkman.** London Publications, Ltd, 1997a.

EREZ, M.; NOURI, R. Creativity: The Influence of Cultural, Social, and Work Contexts. **Management and Organization Review**, v. 6, n.3, p.351–370, 2010.

ESCOSTEGUY, A. C. Os Estudos Culturais. **Cartografias:** website de estudos culturais. Porto Alegre: PUCRS, 2013. Disponível em: <http://www.pucrs.br/famecos/pos/cartografias/artigos/estudos_culturais_ana.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2013.

ESTATUTO SOCIAL DO PORTO DIGITAL. Recife: Portal Institucional do Porto Digital, 2013. Disponível em < http://www2.portodigital.org/portodigital/ARQUIVOS_ANEXO/Sexta_Reforma_Estatuto_Social_PD;1007;20140312.pdf>. Acesso em 20 jun. 2014.

ETZKOWITZ, H. **The triple helix: university-industry-government innovation in action.** New York: Routledge, 2008.

ETZKOWITZ, H.; LEYDSDORFF, L. **Universities in the global knowledge economy: a triple helix of academic-industry-government relations.** London: Cassel, 1997.

FREEMAN, C. Networks of innovators: a synthesis of reaserch issues. **Research Policy**, n. 20, 1991.

FERNANDES, N. C. M. **Reestruturação do mundo do trabalho e a constituição do trabalhador empreendedor.** Dissertação (Curso de Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

FLICK, Uwe. **Introdução à Pesquisa Qualitativa.** Tradução Joice Elias Costa. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FLORIDA, R. **A Ascensão da classe criativa** / Richard Florida; tradução de Ana Luiza Lopes. – Porto Alegre, RS: L&PM, 2011.

FONSECA, M. A. A Época da Norma. **Revista Cult**. Edições 134, nº 3. São Paulo: Editora Bregantini, 2010. Disponível em < <http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/a-epoca-da-norma/>>. Acesso em: 15 mai. 2014.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Org., intr., rev. de Roberto Machado. 25 ed. São Paulo: Graal, 2012^a.

FOUCAULT, M.; CHOMSKY, N. **Human nature: justice versus power**. Noam Chomsky debates with Michel Foucault (1971). Disponível em <<http://www.chomsky.info/debates/1971xxxx.htm>>. Acesso em 18 mai. 2014.

GASKELL, G.; BAUER, M. W. Para uma prestação de contas pública: além da amostra, da fidedignidade e da validade. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002.

GEPHART Jr., Robert P. Qualitative Research and the Academy of Management Journal. From the Editors. **Academy of Management Journal**, 2004, Vol. 47, No. 4, 454-462.

GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. (Org.). **Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2010.

GUERRA, J. R. F. **O Empreendedor na Produção Cinematográfica: A dinâmica empreendedora de realizadores de filmes pernambucanos**. Dissertação (Curso de Mestrado em Administração). Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Administração. Recife: O Autor, 2010.

HABERMAS, J. **The Philosophical Discourse of Modernity: Twelve Lectures**. Trans. Frederick Lawrence. Cambridge, MA: MIT Press, 1987, p. 116.

HALL, STUART. Cultural Studies: Two Paradigms. *Media, Culture and Society*, n. 2, p. 57-72, 1980. Tradução de Ana Carolina Escosteguy *et al.* In: HALL, STUART. **Da Diáspora: Identidade e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2011.

HALL, STUART. **Da Diáspora: Identidade e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2011.

HALL, STUART. “The Spectacle of the Other”. In: Stuart Hall (Ed.) **Representation. Cultural representation and cultural signifying practices**. London: Sage and The Open University, pp. 223-279.

HALL, STUART. “The work of representation”. In: HALL, Stuart (Org.). **Representation. Cultural representation and cultural signifying practices**. London/Thousand Paks/New Delhi: Sage/Open University, 1997.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

HOWKINS, JOHN. **The Creative Economy: How People Make Money From Ideas**. Londres: Penguin, 2001.

JOHANNENSSEN, J-A.; OLSEN, B. The future of value creation and innovations: Aspects of a theory of value reation and innovation in a global knowledge economy; **International Journal of Information Management**, p. 502–511, 2010.

JOHNSON, R. O que é, afinal, Estudos Culturais? In: SILVA, T. T. da. (org.). **O que é, afinal, Estudos Culturais?** 3ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

JULIEN, P-A. **Empreendedorismo regional e economia do conhecimento**. São Paulo: Saraiva, 2010.

KIRSCHBAUM, C. **Indústrias Criativas no Brasil** / coordenadores Charles Kirschbaum ... [et al.] – São Paulo: Atlas, 2009.

KUMAR, KRISHAN, **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

LAGE, M. C. Utilização do *software* NVivo em pesquisa qualitativa: uma experiência em EaD. **Educação Temática Digital (ETD)**. Campinas, v.12, n.esp., p.198-226, mar. 2011.

LASTRES, Helena M.M.; CASSIOLATO, João E. Mobilizando conhecimentos para desenvolver arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas no Brasil. **RedeSist**, 2005. Disponível em: <www.ie.ufrj/redesist>. Acesso em: 20 nov. 2005.

LEI Estadual nº 11.743/2000. Disponível em: <<http://legis.alepe.pe.gov.br/arquivoTexto.aspx?tiponorma=1&numero=11743&complemento=0&ano=2000&tipo=>>>. Acesso em 24 mai. 2014.

_____. Federal nº 8.248/1991. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1991/lei-8248-23-outubro-1991-367204-normaatualizada-pl.html>>. Acesso em 27 jul. 2014.

_____. Federal nº 8.313/1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8313cons.htm>. Acesso em 20 ago. 2013.

_____. Federal nº 8.685/1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8685.htm>. Acesso em 24 set. 2013.

_____. Federal nº 12.761/2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12761.htm>. Acesso em 20 ago. 2013.

_____. Federal nº 12.852/2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm>. Acesso em 24 set. 2013.

_____. Municipal nº 16.731/2001. Disponível em: <<http://www.legiscidade.recife.pe.gov.br/lei/16731/>>. Acesso em 25 jun. 2014.

_____. Municipal nº 17.244/2006. Disponível em: <
<http://www.recife.pe.gov.br/sefin/legislacao/lei17244.php>>. Acesso em: 10 ago. 2013.

_____. Municipal nº 17.762/2011. Disponível em: <
<http://www.recife.pe.gov.br/sefin/legislacao/lei17762.php>>. Acesso em: 10 ago. 2013.

LEITÃO, C. S.; GUILHERME, L. L.; OLIVEIRA, L. A. G.; GONDIM, R. V. O Nordeste Criativo: Uma proposta para o desenvolvimento no Nordeste do Brasil por meio das Indústrias Criativas. In: LEITÃO, C. S. *et al* (Org.). Anais. 1st International Conference on Creative Economy in Northeast Region of Brazil. Fortaleza: Instituto Animacult, 2011. 320p.

LINCONL, Y. S.; GUBA, E. G. **Naturalistic inquiry**. London: Sage Publications, 1985.

LIPIETZ, A. New tendencies in the international division of labour: regimes of accumulation and modes of regulation. In: SCOTT, A. e STORPER, M. (Eds.) **Production, Work, Territory: the geographical anatomy of industrial capitalism**. London: Boston: Allen & Unwin, 1986a.

LOIOLA, E.; LIMA, C. L. C. Aglomerações Produtivas e Segmento Cultural: Algumas Considerações. **Anais**. Salvador - BA: IV ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2008. Disponível em:
 <<http://www.cult.ufba.br/enecult2008/14453.pdf>>. Acesso em 17 out. 2013.

LUENGO, M. J.; OBESO, M. Efeito da hélice tríplice em desempenho de inovação. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, v. 53, n. 4, julho-agosto, 2013.

MARCONI, M.; LAKATOS, E. **Metodologia Científica**. 4. Ed. São Paulo: Atlas. 2004.

MARQUES, J.; LEITE, C. Clusters como Novas Possibilidades de Regeneração Urbana e Reestruturação Produtiva: O Caso do Porto Digital, Recife. **Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**, v. 5, n. 1. Disponível em
 <<http://www.mackenzie.br/dhtm/seer/index.php/cpgau/article/view/120/25>>. Acesso em 11 ago. 2014.

MARSHALL, A. **Princípios de economia**. São Paulo: Síntesis, 2006.

MARX, K. 'A contribution to the critique of political economy'. In: T. B. Bottomore and M. Rubel (eds.) **Karl Marx: selected writings in sociology and social philosophy**, Harmondsworth, Penguin (publicado pela primeira vez em 1859). 1963.

MATA, E. S.; BRIGÍDO, E. Foucault: Do Poder Centralizado ao Poder Microfísico. **Revista Aproximação**, nº 6, 2º semestre de 2013. Disponível em <
<http://www.ifcs.ufrj.br/~aproximacao/artigos/foucaulthobbes.pdf>>. Acesso em 17 mai. 2014.

MELLO, S. C. B. de.; CORDEIRO, A. T. Investigando Novas Articulações e Possibilidades no Discurso Empreendedor: Contexto, Sujeito e Ação. **Organizações & Sociedade (Impresso)**. , v.17, p.279 - 295, 2010.

MERCER, K. Welcome to the jungle. In: RUTHERFORD, J. (org.). **Identity: community, culture, difference**. Londres: Lawrence and Wishart, 1990.

MILLER, Daniel. (1997) 'Consumption and its Consequences'. In: MACKAY, Hugh (Ed.) **Consumption and Everyday Life**. London: Sage. 1997. P. 1-50.

MOREIRA DE CARVALHO, Inaiá Maria. Globalização, metrópoles e crise social no Brasil. **EURE (Santiago)**, v. 32, n. 95, p. 5-20, 2006.

MURAD, E. G. **Consumo e território**: a ação política e social da construção do sentido de pertencimento a um território pela produção e pelo consume. São Paulo: II Colóquio Binacional Brasil-México de Ciências da Comunicação, 2009. Disponível em < <http://www.espm.br/ConhecaAESPM/Mestrado/Documents/COLOQUIO%20BXM/S4/eduardo%20murad.pdf>>. Acesso em 15 mai. 2014.

NEGUS, K. 'The Production of Culture'. In: DU GAY, P. (Ed.). **Production of Culture/Cultures of Production**. Milton Keynes/London: Open University/Sage. 1997, P. 67-102.

SMITH, NEIL. **The new urban frontier**: Gentrification and the revanchist city. Psychology Press, 1996.

NETO, M. S.; PAULILLO, L. F. O. Estruturas de governança em arranjos produtivos locais: um estudo comparativo nos arranjos calçadistas e sucroalcooleiro no estado de São Paulo. **Revista de Administração Pública**. V. 46, n. 4, Jul/Aug. 2012.

NORONHA, E.G.; TURCHI, L. (2005). **Política industrial e ambiente institucional na análise de Arranjo Produtivo Local**. Brasília: IPEA. Texto para discussão nº1076, 31 p. Disponível em < http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1076.pdf>. Acesso em 23 Fev. 2013.

O'CONNOR, J.; GU, X. Developing a Creative Cluster in a Postindustrial City: CIDS and Manchester. **The Information Society**, v.26, n.2, p.124-136, 2010.

OLIVEIRA, S. C. **Sobre a Interação Universidade-Empresa no Desenvolvimento de Software**: Um Estudo de Caso no Recife. Tese de Doutorado. Instituto de Economia, UFRJ, 2008.

OREMI e MEGA CONSULTORES. **Modelagem Conceitual e Planejamento de Cenários do Polo de Produção de Conteúdo Cultural de Pernambuco** (Relatório Final). Recife: Oremi Consultoria, Articulação e Negócios e MEGA Consultores Associado, 2010. Disponível em <<http://www.deltazero.org.br/wp-content/uploads/2012/05/OREMI-MEGA-RelatorioFinal-PoloIndustriasCulturais-2010-05-30-18001.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2014.

PAIVA JR., F. G.; ALMEIDA, S. L.; GUERRA, J. R. F. O empreendedor humanizado como uma alternativa ao empresário bem-sucedido: um novo conceito em empreendedorismo, inspirado no filme Beleza Americana. **RAM – Revista De Administração Mackenzie**, V. 9, N. 8, Nov./Dez. 2008.

_____. CORRÊA, M. I. S.; SOUZA, A. C. R. A Identidade Cultural e a Articulação de Caráter Empreendedor na Busca por um Desenvolvimento Local. **Anais**. Salvador: 30º EnANPAD, 2006.

_____. LEÃO, A. L. M. S.; MELLO, S. C. B. Validade e Confiabilidade na Pesquisa Qualitativa em Administração. **Revista de Ciências da Administração**. v. 13, n. 31, p. 190-209, set/dez 2011.

PATTON, M. Q. **Qualitative research and evaluation methods**. 3. ed. London: Sage Publications, 2002.

PEREIRA, J. A.; CENERINO, A.; SOUZA, M. C. D.; REINERT, M. **Estratégias de Estímulo a Empresas Incubadas de Base Tecnológica: um estudo multicaso em incubadoras do estado do Paraná – Brasil**. Porto: XV Congresso Latino-Iberoamericano de Gestão de Tecnologia, 2013. P. 1-15. Disponível em: <http://www.altec2013.org/programme_pdf/830.pdf>. Acesso em 15 mai. 2014.

PORTO DIGITAL. **Chamada Pública para Incubação de Empreendimentos da Economia Criativa no Porto Digital (CP 01/2012)**. Porto Digital: Recife, 2012. Disponível em <<http://pt.scribd.com/doc/101515387/Edital-de-Selecao-de-Empreendimentos-2012-Incubadora-do-Portomidia>>. Acesso em 24 set. 2013.

_____. **Chamada Pública Unificada para Incubação de Startups no Porto Digital (CP 01/2014)**. Disponível em: <http://www2.portodigital.org/portodigital/ARQUIVOS_ANEXO/CHAMADA_PUBLICA_IN_CUBACAO_versao_final.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2014.

_____. **Resultado Final da Chamada Pública para Incubação de Empreendimentos da Economia Criativa no Porto Digital (CP 01/2012)**. Porto Digital: Recife, 2012. Disponível em: <http://www2.portodigital.org/portodigital/ARQUIVOS_ANEXO/RESULTADO_FINAL_IN_CUBACAO_Portomidia.pdf>. Acesso em 31 out. 2013.

_____. **Lista final de classificação dos projetos submetidos na Chamada Pública Unificada para Incubação de Startups no Porto Digital (CP 01/2014)**. Disponível em: <http://www2.portodigital.org/portodigital/ARQUIVOS_ANEXO/Listafinaldeclassificacaodo_sprojetossubmetidosnaChamadaPublicaUnificadaparaIncubacaodeStartupsnoPortoDigital;06;20140515.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2014.

_____. **Institucional: APL**. Recife: Porto Digital, 2013. Disponível em: <<http://www.portodigital.org.br/>>. Acesso em: 03 de ago. 2013.

_____. **Perfil Geral do Porto Digital**. Recife: Porto Digital, 2010. Disponível em: <http://www2.portodigital.org/portodigital/ARQUIVOS_ANEXO/pesquisa_2010.PDF>. Acesso em: 14 ago. 2013.

PORTO DIGITAL. Perspectivas para os Setores de TIC e Economia Criativa com a Expansão do Porto Digital para Santo Amaro. **Apresentação Porto Desembarque**. Recife: Porto Digital, 2012.

PRICEWATERHOUSECOOPERS (2008). **Global Entertainment and Media Outlook Report, 2008-2012**. Disponível em: <http://www.swissmediatool.ch/_files/researchDB/210.pdf>. Acesso em 24 set. 2013.

RAVASI, D.; LOJACOMO, G. Managing Design and Designers for Strategic Renewal. **Long Range Planning**. 2005, 38: 51-77.

RAVASI, D.; RINDOVA, V. Symbolic Value Creation. **The Sage Handbook of new approaches in management**. 2.6: 270-284, 2008.

REGIMENTO INTERNO DO NGPD. Recife: Porto Digital, 2014. Disponível em: <http://www2.portodigital.org/portodigital/ARQUIVOS_ANEXO/regimento%20interno;;20061006.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2014.

REIS, Ana Carla Fonseca. **Economia Criativa como estratégia de desenvolvimento**: uma visão dos países em desenvolvimento. São Paulo: Itaú Cultural, 2008. 268 p. Disponível em: <<http://www.culturaypolitica.com.php5-4.ord1-1.websitetestlink.com/files/EconomiaCriativaPortugues.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2013.

REIS, Ana Carla Fonseca. **Economia da cultura e desenvolvimento sustentável**: o caleidoscópio da cultura / Ana Carla Fonseca Reis. Barueri, SP: Manole, 2007.

RIBEIRO, C. **Hélice Tripla**: Ações articuladas dão mais utilidade ao conhecimento. Inova Brasil, 2010. Disponível em <<http://inovabrasil.blogspot.com.br/2010/09/helice-tripla-acoes-articuladas-dao.html>>. Acesso em 14 jun. 2014.

RIBEIRO, M. F. **A Música no Processo Constitutivo de Arranjos Produtivos Locais**. Tese (Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, COPPE). Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

ROCHA, P. R. S.; SANTOS, G. F. C. A contribuição e o legado de Raymond Williams para a consolidação dos Estudos Culturais britânicos. **Revista Temática**. Ano XIX, n. 01 – Janeiro/2013.

SÁBATO, J. e BOTANA, N. La ciencia y la tecnologia en el desarrollo futuro de América Latina, **Revista de la Integración**, p. 15-36, nov. 1968.

SAKAIYA, T. **The knowledge value revolution or a History of the future**. Tokio: Kodansha, 1991.

SCHWANDT, T. A. Três posturas epistemológicas para a investigação qualitativa: interpretativismo, hermenêutica e construcionismo social. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. 2. ed, Porto Alegre: Bookman, 2006.

SCOTT, A. J. **On Hollywood**. Princeton, Estados Unidos da América, Princeton: University Press, 2005.

SCOTT, A. J.; POWER, D. **Cultural Industries and the Production of Culture**. Londres: Routledge, 2004.

SENNETT, RICHARD, **A corrosão do caráter**: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo, Record, Rio de Janeiro, 1999.

SILVA, A. D. F. A Influência da Rede de Negócios na Produção de Bens Simbólicos: Um Estudo no Setor das Empresas Produtoras de *Softwares*. **Anais**. Volta Redonda - RJ: Congresso de Administração, Sociedade e Inovação (CASI), 2012.

SILVA, A. D. F.; FERNANDES, O. L. C.; FERNANDES, N. C. M.; PAIVA Jr., F. G. A Produção de Bens Simbólicos com Tecnologia Musical: O Estudo de uma Empresa de *Software* para Educação Musical no Porto Digital. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social (Rigs)**. V.2, N.2, P. 61- 80, Maio/Ago, 2013.

SILVA, J. S. **O capital social como ativo nas redes interorganizacionais**: um estudo sobre a inovação no setor de *games* de Pernambuco à luz dos empreendedores. Dissertação (Curso de Mestrado em Administração). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

SMITH, Chris. **Creative Britain**. Londres, faber and Faber, 1998. 170p.

SMITH, C. De la automatización de los años sesenta a la especialización flexible: un déjàvu de las panaceas tecnológicas. In: POLLERT, A. (org.). **Adios a la Flexibilidad?** Madrid, MTSS, p. 225-252, 1994.

SOFTEX. **Portal Institucional: Histórico**. Recife: SoftexRecife, 2014. Disponível em <<http://www.recife.softex.br/index.php/o-softex-recife/>>. Acesso em 11 ago. 2014.

STAKE, R. E.; EASLEY, J. A. **Case studies in Science Education**. Urbana: University of Illinois, 1979.

_____. Case studies. In: DENZIN, N. K; LINCOLN, Y. S. (Eds.). **Handbook of Qualitative Research**. 2 ed. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2000.

_____. **The art of case study research**. 2 ed. London: Sage Publications, 1999.

_____. Qualitative Case studies. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Eds.) **The Sage handbook of qualitative research**. London: Sage Publications, 2005.

_____. **Multiple case study analysis**. New York: The Guilford Press, 2006.

TAYLOR, F. W (1856-1915). **Princípios da Administração Científica** / Frederick Winslow Taylor; Tradução de Arlindo Vieira Ramos. 8ª edição. São Paulo: Atlas, 1995.

TESCH, R. **Qualitative Research: Analysis types and software tools**. New Iork: Falmer Press, 1990.

THOMPSON, Kenneth. 1997. “Regulation, De-Regulation and Regulation”, In: THOMPSON, K. (Ed.). **Media and Cultural Regulation**. London: Sage. p: 9-68.

TRIPLE HELIX RESEARCH GROUP. **Sobre a Triple Helix**. Rio de Janeiro: UFF, THERG-Brazil, 2014. Disponível em: <<http://www.triple-helix.uff.br/sobre.html>>. Acesso em 15 mai. 2014.

UNCTAD. **Relatório de Economia Criativa 2010**. Geneva: UNCTAD, 2010. Disponível em: <<http://www.Unctad.org/creative-economy>>. Acesso em 24 set. 2013.

UNESCO. **Understanding Creative Industries**: cultural statistics for public policy making. Unesco, 2006. Disponível em: <http://portal.unesco.org/culture/en/files/30297/11942616973cultural_stat_EN.pdf/cultural_stat_EN.pdf>. Acesso em: 24 set. 2013.

WILLIAMS, R. Base e Superestrutura na teoria cultural marxista. **Revista USP**, São Paulo, nº 65, p. 210-224, março/maio, 2005. Disponível em: <http://www.4shared.com/office/e7YHD9dd/Base_e_superestrutura_na_teor.html>. Acesso em 14 ago. 2013.

WILLIAMS, R. The Long Revolution. Michigan: Independent Publishe, 2012. p: 55-61.
WOOD Jr, T. *et al.* Apresentação. In: Kirschbaum, Charles *et al.* (org.). **Indústrias Criativas no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2009.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org). **Identidade & Diferença**. Petrópolis: Vozes, 2000.

YIN, R. K. **Estudo de Caso**: planejamento e métodos. 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.
YÚDICE, G. **A conveniência da cultura**: usos da cultura na era global. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

Apêndice

APÊNDICE A - PROTOCOLO DE PESQUISA

Cobertura Temática	Objetivo principal	Categorias analíticas	Subcategorias analíticas/Indicadores	Indagações Principais
PROCESSO DE REGULAÇÃO CULTURAL	Desvelar como é possível o processo de regulação cultural em meio à [re]conversão de um Arranjo Produtivo Local de TIC em um polo de Economia Criativa.	Poder Institucional	- Regras - Convenções - Normas - Leis	- Que leis regulamentaram a criação e a estratégia de expansão do Porto Digital? - Como se estabeleceram as normas que regulam o processo de funcionamento do Porto Digital? - Que regras regulam o processo de entrada e saída de empresas no Porto Digital? E do Portomídia?
		Poder Econômico	- Pressões Econômicas - Estruturas de Poder	- Como é a relação do Porto Digital com as instituições ligadas aos setores da TIC e Economia Criativa de Pernambuco? - Como é a relação entre o Núcleo de Gestão do Porto Digital (NGPD) e as empresas de TIC e Economia Criativa embarcadas no Porto?
		Poder Subjetivo	- Práticas discursivas - Ação Criativa - Contexto	- Em sua opinião, quais os maiores desafios e benefícios que serão/estão sendo trazidos ao Porto Digital por meio da criação do Portomídia? - Por que a escolha/opção pelo bairro do Recife? - Como se dar a relação das empresas tradicionais de TIC e as empresas (grupos) de economia criativa no Porto Digital? Existem conflitos?

Anexos

ANEXO A: Lei Municipal da Cidade do Recife Nº 17.762/2011, estabelece a ampliação e concessão de benefícios fiscais ao Porto Digital.



Prefeitura do Recife
Secretaria de
Finanças do Recife

legislação tributária legislação complementar LEI Nº 17.762 /2011

EMENTA: Introduz alterações nas Leis Municipais nº 17.244/2006 e nº 17.237/2006.

O POVO DA CIDADE DO RECIFE, POR SEUS REPRESENTANTES, DECRETOU, E EU, EM SEU NOME, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - 1º O artigo 1º da Lei Municipal nº 17.244/06 passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 1º Esta Lei institui o programa de incentivo ao Porto Digital mediante a concessão de benefícios fiscais aos estabelecimentos, contribuintes do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN, situados no âmbito de Revitalização da Zona Especial do Patrimônio Histórico Cultural 09 – Sítio Histórico do Bairro do Recife e no quadrilátero do bairro de Santo Amaro, que exerçam as seguintes atividades:

I - serviços de informática e congêneres, inclusive serviços educacionais e certificação de produtos em informática, que constam no item 1 da lista de serviços do art. 102 da Lei Municipal nº 5.563/91;

II - atividades ligadas às funções de relacionamento remoto com clientes mediante centrais nas quais há o processamento de chamadas em alto volume, ativas ou receptivas;

III - produção e pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão, enquadradas nos itens 12.13, 13.01 e 13.02 da lista de serviços do art. 102 da Lei Municipal nº 15.563/91;

IV - distribuição cinematográfica, de vídeo, de programas de televisão e de música, enquadradas no item 10.10 da lista de serviços do art. 102 da Lei Municipal nº 15.563/91;

V - exibição cinematográfica, de musicais, espetáculos, shows, concertos e óperas enquadradas no item 12.02 e 12.16 da lista de serviços do art. 102 da Lei Municipal nº 15.563/91;

VI - gravação de som e edição de música, enquadradas no item 13.01 da lista de serviços do

art. 102 da Lei Municipal nº 15.563/91;

VII - fotográficas e similares enquadradas no item 13.02 da lista de serviços do art. 102 da Lei Municipal nº 15.563/91;

VIII - design relativo aos incisos III, IV, V, VI e VII deste artigo enquadradas nos itens 23 e 32 da lista de serviços do art. 102 da Lei Municipal nº 15.563/91.

§1º Os benefícios fiscais desta Lei restringem-se às atividades relacionadas neste artigo.

§2º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se quadrilátero do bairro de Santo Amaro a região delimitada ao leste pela Rua da Aurora nos trechos entre a Av. Mário Melo e Av. Norte; ao sul pela Av. Mário Melo, até o cruzamento com a Av. Cruz Cabugá; ao oeste pela Av. Cruz Cabugá, nos trechos entre a Av. Mário Melo e Av. Norte; e, ao norte pela Av. Norte até a Av. Cruz Cabugá.

§3º A planta da região definida no parágrafo anterior encontra-se no anexo 01 e é composta pelas seguintes quadras do cadastro imobiliário do Município do Recife: 1.1450.185; 1.1450.186; 1.1450.187; 1.1450.260; 1.1450.295; 1.1450.300; 1.1450.305; 1.1450.330; 1.1450.335; 1.1450.345; 1.1450.350; 1.1560.005; 1.1560.010; 1.1560.015; 1.1560.020; 1.1560.025; 1.1560.030; 1.1560.035 e 1.1560.045.

Art. 2º - O inciso IV do artigo 5º da Lei Municipal nº 17.244/06 passa a vigorar com a seguinte redação:

"IV - estar o requerente estabelecido no âmbito de Revitalização da Zona Especial do Patrimônio Histórico Cultural 09 - Sítio Histórico do Bairro do Recife ou no quadrilátero do bairro de Santo Amaro"

Art. 3º - Ficam revogados o inciso I do artigo 3º da Lei Municipal nº 17.237/06 e o inciso I do artigo 5º da Lei Municipal nº 17.244/06.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Recife, 28 de Dezembro de 2011.

JOÃO DA COSTA BEZERRA FILHO

PREFEITO DO RECIFE

Projeto de Lei nº 21/2011 Autoria Chefe do Poder Executivo.

Notas

ⁱ O Portomídia – Centro de Empreendedorismo e Tecnologia da Economia Criativa “tem como principal objetivo a estruturação de empreendimentos nascentes de Economia Criativa, mais especificamente nas seguintes áreas: design, jogos digitais, multimídia, cine-vídeo-animação, música e fotografia que façam uso intensivo de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e do Design” (PORTO DIGITAL, 2013).

ⁱⁱ O conceito da Hélice Tríplice “foi desenvolvida como um conceito *ex-post*, refletindo a realidade dos países desenvolvidos onde a inovação tem sido associada com setores baseados em atividades de P&D. Na medida em que o papel do conhecimento codificado na inovação tem aumentado de importância, universidades de pesquisa passam a desempenhar uma função fundamental neste processo. A realidade dos países em desenvolvimento e a brasileira, em particular, é muito diferente. As transformações produzidas no cenário econômico mundial colocaram estes países diante do desafio de fazer convergir esforços para melhorar seus sistemas produtivos e estruturar sistemas inovativos através da geração, acumulação e aplicação de conhecimentos e, adicionalmente, obterem as vantagens comparativas necessárias para a sua integração com sucesso no mercado internacional de bens e serviços” (TRIPLE HELIX RESEARCH GROUP, 2014).

ⁱⁱⁱ Conforme Stuart Hall (2011, p.131) as *rupturas significativas* ocorrem quando as “velhas correntes de pensamento são rompidas, velhas constelações deslocadas, e elementos novos e velhos são reagrupados ao redor de uma nova gama de premissas e temas”.

^{iv} Escosteguy (2013, p.3) argumenta que “Embora não seja citado como membro do trio fundador, a importante participação de Stuart Hall na formação dos Estudos Culturais britânicos é unanimemente reconhecida. Avalia-se que ao substituir Hoggart na direção do Centro, de 1968 a 1979, incentivou o desenvolvimento da investigação de práticas de resistência de subculturas e de análises dos meios massivos, identificando seu papel central na direção da sociedade; exerceu uma função de “aglutinador” em momentos de intensas distensões teóricas e, sobretudo, destravou debates teórico-políticos, tornando-se um “catalizador” de inúmeros projetos coletivos”.

^v Para Habermas (1987), “A teoria crítica inicialmente desenvolveu-se no círculo de Horkheimer para pensar sobre desapontamentos políticos na ausência da revolução no Oeste, o desenvolvimento do stalinismo na Rússia Soviética e a vitória do fascismo na Alemanha. Era pretensão explicar prognósticos marxistas equivocados, mas sem quebrar as intenções marxistas”.

^{vi} No *case* da empresa Sony, a ideia de juntar diferentes equipes e grupos não funcionou e gerou prejuízos enormes para a empresa. O argumento reside pelo fato da metodologia sinérgica pertencer ao Japão, o que não reverberava com a realidade dos EUA (NEGUS, 1997).

^{vii} Woodward (2000, p.15) apresenta a discussão acerca da tensão existente entre o essencialismo e o não-essencialismo. Esclarecendo que “o essencialismo pode fundamentar suas afirmações tanto na história quanto na biologia; por exemplo, certos movimentos políticos podem buscar alguma certeza na afirmação da identidade apelando seja à “verdade” fixa de um passado partilhado seja a “verdade” biológicas. [...] o essencialismo assume, assim, diferentes formas, como se demonstrou na discussão sobre a antiga Iugoslávia”. Basicamente, as questões levantadas pelo estudo, buscam ilustrar acerca das tensões existentes “entre as concepções construcionistas e as concepções essencialistas da identidade”.

^{viii} Conforme Bendassolli *et al.* (2009, p. 25), a “virada cultural surge da combinação de dois fenômenos simultâneos: a emergência da sociedade do conhecimento e a transição de valores materialistas para valores pós-materialistas”.

^{ix} Pesquisa desenvolvida e apresentada por Richard Florida em seu livro “A Ascensão da Classe Criativa” (2011).

^x Planos vêm sendo elaborados e implementados no sentido de criar um ecossistema criativo no Nordeste brasileiro. Conforme estudo recente de Leitão *et al.* (2011, p.167), uma dessas iniciativas, é o Programa Nordeste Criativo, que visa “a criação de um Observatório das Indústrias Criativas [e] se propõe a identificar [o] nosso manancial criativo, do outro [lado], os Birôs de Negócios Criativos objetivam consolidar as cadeias produtivas da criatividade, enfatizando a profissionalização de empreendedores, a formação de gestores, a construção de novas habilidades e competências para os atores do campo criativo. Trata-se enfim de se construir e consolidar uma nova cidadania pelo viés da criatividade”.